

4º FÓRUM Mestres e Conselheiros
Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento Local
17 a 19 de Agosto de 2012

4º FÓRUM Mestres e Conselheiros
Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento Local
17 a 19 de Agosto de 2012

FICHA CATALOGRÁFICA

4º Fórum Mestres e Conselheiros: Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento local / Coordenação geral Leonardo Barci Castriota – Belo Horizonte: IEDS; MACPS; Ministério Público Estadual, 2012.

106 p.

ISSN 2176-2783

1. Patrimônio cultural. 2. Agente Patrimonial. 3. Gestão Patrimonial. 4. Sustentabilidade 5. Cidades I. Castriota, Leonardo Barci. II. Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável. III. Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. IV. Ministério Público Estadual. V. Título.

CDD: 350.85

Dados internacionais de catalogação na publicação
Bibliotecária - Carla Angelo (CRB-6/2590)

CADERNO DE RESUMOS
4º FÓRUM Mestres e Conselheiros
Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento Local

4º FÓRUM Mestres e Conselheiros
Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento Local
17 a 19 de Agosto de 2012

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
TEMÁRIO	6
ESTRUTURA DO FÓRUM	6
ORGANIZAÇÃO	6
RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES	8
<i>Eixo 1 Patrimônio Cultural e Turismo</i>	9
<i>Eixo 2 Planejamento para o Turismo Sustentável</i>	39
<i>Eixo 3 Rotas e Itinerários Culturais</i>	43
<i>Eixo 4 Relatos de Experiências</i>	55
<i>Eixo 5 Turismo e Educação Patrimonial</i>	70
<i>Eixo 6 Instrumentos de Proteção</i>	78
<i>Eixo 7 Fundo Municipal e Financiamentos</i>	91
<i>Eixo 8 Conselhos e Democracia</i>	93
<i>Eixo 9 Políticas de Proteção</i>	95
AUTORES	102

4º FÓRUM Mestres e Conselheiros

Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento Local

17 a 19 de Agosto de 2012

Minas Gerais é destaque no cenário nacional quando se trata de políticas de preservação do patrimônio, apresentando uma experiência bem sucedida de municipalização, com mais de 700 municípios usando metodologias preconizadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG). A continuidade deste processo de criação e operação das estruturas municipais de proteção do patrimônio tem um grande efeito multiplicador, permitindo a preservação do rico acervo cultural do Estado e servindo, ao mesmo tempo, de estímulo ao desenvolvimento dos diversos municípios e regiões do Estado.

Para se discutir as experiências de municipalização em curso, surgiu em 2008 o *Fórum Mestres e Conselheiros*, que se estendeu para todo país a partir de sua segunda edição. A ideia tem sido congregar num mesmo evento os agentes que formulam e efetivam as políticas de patrimônio em nível municipal e os pesquisadores acadêmicos, dos diversos programas de pós-graduação, para se realizar uma avaliação do processo de municipalização no Brasil, suas premissas, instrumentos utilizados, arranjos institucionais, resultados e possibilidades de financiamento.

Assim, desde 2009, o *Mestres e Conselheiros* tem reunido durante um fim de semana, em Belo Horizonte, membros dos conselhos municipais e profissionais do patrimônio de todas as regiões do Brasil, bem como profissionais, pesquisadores e estudantes. Com isso, ele tem se constituído num rico espaço de discussão onde se confrontam questões teóricas e práticas do campo da preservação, assim como um fórum para apresentação e discussão de experiências.

A quarta edição deste evento, a acontecer em agosto de 2012, vai ter como temática central a relação entre *patrimônio cultural, turismo e desenvolvimento local*, central nas discussões da área do patrimônio em nossos dias. Como se sabe, o patrimônio cultural pode ser de extrema utilidade para a atividade turística, especialmente quando se observa o crescimento de demandas nacionais e internacionais interessadas em conhecerem o legado cultural das diversas destinações turísticas. Porém, embora grande parte da vitalidade do turismo proceda do patrimônio cultural, deve-se evitar que este seja considerado apenas como uma mercadoria a serviço da atividade.

Assim, embora muito se fale hoje no potencial que o patrimônio cultural e o turismo têm para alavancar projetos de desenvolvimento locais e regionais, é urgente avançar na discussão dessa delicada relação, de forma que o turismo seja sustentável e se apoie, de fato, numa base social e cultural sólida e contribua para o seu fortalecimento.

TEMÁRIO

O Encontro se organiza em conferências, mesas redondas, apresentações de comunicações e exposição de estudos de caso (em painéis), estruturados a partir dos seguintes Eixos Temáticos:

PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

- Eixo 1 Patrimônio Cultural e Turismo*
- Eixo 2 Planejamento para o Turismo Sustentável*
- Eixo 3 Rotas e Itinerários Culturais*
- Eixo 4 Relatos de Experiências*
- Eixo 5 Turismo e Educação Patrimonial*

MUNICIPALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO

- Eixo 6 Instrumentos de Proteção*
- Eixo 7 Fundo Municipal e Financiamentos*
- Eixo 8 Conselhos e Democracia*
- Eixo 9 Políticas de Proteção*

ESTRUTURA DO SEMINÁRIO

Conferências magistrais proferidas por convidados nacionais e estrangeiros;
Mesas redondas sobre aspectos temáticos, para ampliar o debate;
Comunicações - foi feita chamada de comunicações, contemplando os temas desenvolvidos na conferência.

ORGANIZAÇÃO

Coordenação Geral:

Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota (MACPS/UFMG)

Comitê Científico:

Professora Doutora Ana Meira (IPHAN/RS - UNISINOS)
Jorge Askar (Diretoria de Promoção do IEPHA/MG)
Professora Doutora Margareth de Castro Afeche Pimenta (DAU/UFSC)
Professora Doutora Maria Angélica da Silva (UFAL)
Professora Doutora Maria José Marcondes (UNICAMP)
Professora Doutora Marieta Cardoso Maciel (MACPS/UFMG)
Professor Doutor Marcos Olender (UFJF)
Professor Doutor Silvio Pinto Ferreira Junior (MACPS/UFMG)

Comissão de Organização:

Arlete Soares de Oliveira (IEDS)

Mestre Carla Viviane da Silva Angelo (IEDS)

Mestranda Flávia Mosqueira Possato Cardoso (MACPS / UFMG)

Mestre Guilherme Maciel Araújo (IEDS)

Mestranda Jaqueline Duarte Santos (MACPS / UFMG)

Arquiteta MsC. Luciana Rocha Feres (IAB-MG)

Mestre Marina Salgado (IEPHA)

Mestre Vilmar Pereira de Sousa (IEDS)

Neise Mendes (MPE)

Promoção

Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável (IEDS)

Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG)

Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável / Universidade

Federal de Minas Gerais (MACPS / UFMG)

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais (MPE)

Patrocínios

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

Apoios

Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais

BELOTUR - Prefeitura de Belo Horizonte

SETUR – Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais

Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento de Minas Gerais (IAB-MG)

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-MG)

RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES

EIXO 1 PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO

A CERTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E O TURISMO

FÉRES, LUCIANA ROCHA
luciana@myrprojetos.com.br

O presente artigo visa discutir a certificação da qualidade aplicada ao patrimônio cultural e sua relação com o turismo. Ao longo do tempo a gestão do patrimônio cultural tornou-se cada vez mais complexa, uma vez que o conceito de patrimônio ampliou-se significativamente e os agentes sociais envolvidos multiplicaram-se. Na contemporaneidade a noção de “patrimônio cultural” abarca o meio ambiente urbano, a paisagem cultural, e até mesmo a imaterialidade. No quadro atual, os Programas de Certificação estabelecem um “padrão” de gestão da qualidade baseados em valores e critérios universais. Mas no campo da preservação do patrimônio cultural, nos perguntamos como a Gestão da Qualidade poderá ser aplicada. Diante de um universo cultural tão vasto e diversificado, em um país como o Brasil, será possível a aplicação de uma metodologia universal? As relações entre o turismo cultural e o patrimônio estão cada vez mais estreitas, uma vez que o segmento do turismo representa na atualidade uma estratégia de desenvolvimento socio-cultural, econômico e sustentável, tanto no âmbito mundial quanto nacional. Percebe-se que no setor turístico, a aplicação do sistema de gestão da qualidade fez parte de um Programa amplo de certifica-

ção e este surgiu no contexto brasileiro. No segmento turístico, os estabelecimentos (principalmente hotéis e pousadas) precisam se diferenciar e a certificação é um modo de obter tal diferencial competitivo. Até o momento, as certificações aplicadas à arquitetura, avaliam a qualidade do empreendimento com base em questões objetivas, que podem ser mensuradas, tais como o gasto energético do edifício, a incidência solar e os materiais construtivos empregados. Mas e a avaliação da qualidade do patrimônio cultural que envolve questões subjetivas, tais como a qualidade da intervenção arquitetônica ou a percepção dos usuários? A gestão da qualidade pressupõe métodos, processos e indicadores objetivos, mas como aplicá-la em um campo do saber marcado pela subjetividade como o campo da preservação do patrimônio cultural? Além das dificuldades metodológicas, a gestão da qualidade no campo da preservação do patrimônio cultural apresenta desafios, tais como as especificidades que devem ser levadas em conta. Há que se considerar a realidade local, o contexto urbano, a comunidade e sua cultura. Como mensurar a qualidade de uma festa popular? Como adotar um critério único para medir bens tão díspares como uma edificação e um sítio arqueológico? A natureza, diversidade e imensidão do universo patrimonial tornam o processo de certificação complexo e conflituoso. No campo da gestão do patrimônio cultural, a certificação da qualidade é um novo instrumento, e como tal suscita várias questões que precisam ser investigadas.

Palavras-chave: Gestão da qualidade. Gestão do Patrimônio Cultural. Certificação do Patrimônio Cultural. Turismo.

A INFLUÊNCIA DA ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL NA FORMAÇÃO CULTURAL DA CIDADE DE MONJOLOS - MG
ZILLE, BÁRBARA C.
barbarazille@yahoo.com.br

A Estrada de Ferro Central do Brasil – EFCB exerceu um papel significativo na fundação e/ou desenvolvimento de diversas cidades no Brasil. Durante os anos que esteve em atividade provocou deslocamentos de pessoas que buscavam emprego diretamente na ferrovia ou até mesmo indiretamente como no comércio, agropecuária, entre outros. Assim como em outras cidades, em Monjolos, a história não foi diferente. Localizada no Ramal que ligava Curralinho (hoje Corinto) à Diamantina, Monjolos tem sua vida socioeconômica e cultural fortemente influenciadas pela instalação da ferrovia. Até 1910, ano em que começaram as construções do Ramal, há registro de poucas famílias morando no lugar. Em contrapartida, em 1940 há o maior número de habitantes vivendo no lugar. Número esse que vem decaindo constantemente até hoje. Após a retirada dos trilhos diversas mudanças têm acontecido em todos os setores de Monjolos como a completa transformação da tradicional Festa de São Sebastião (iniciada na década de 1930 pela devoção das pessoas e por tradição dos padres do Rio de Janeiro que atendiam o então vilarejo), Festa do Mês de Maria, Hora do Fute, além de costumes daquela população. Um impacto a ser destacado é o abandono do patrimônio cultural da cidade, que está se perdendo. Assim, o trabalho versará sobre a influência da EFCB na formação cultural de Monjolos e proporá ações de valorização deste patrimônio tanto para preservação da

memória como para o desenvolvimento do turismo local.

Palavras-chave: Monjolos. Ferrovia. Turismo Cultural. Patrimônio Cultural.

A QUESTÃO DOS TOMBAMENTOS: UMA ANÁLISE DO CASO DA FÁBRICA RHEINGANTZ NA CIDADE DO RIO GRANDE
SILVA, ROGÉRIO PIVA ; SILVA, MÁRCIA A. P.; LARROSA, TAMIRES L.
tamireslarrosa@hotmail.com

A primeira indústria capitalista do Rio Grande do Sul teve origem na cidade do Rio Grande no ano de 1873, sob o nome de Fábrica Nacional de Tecidos e Panos de Rheingantz e Vater. A “fábrica Rheingantz”, como é conhecida até hoje, situada na principal avenida de acesso ao centro da cidade, chegou a empregar 2.000 funcionários em uma área de 155 mil metros quadrados. Seu complexo é formado pela planta industrial, pela vila operária, casas de mestres e técnicos, por um grupo escolar, jardim de infância, cassino dos mestres, além de vias de deslocamento e construções originadas pelo trabalho industrial. Sua implantação foi fundamental na urbanização, no crescimento portuário e na expansão da malha férrea do Rio Grande. Esse conjunto de edificações permanece erguido em grande parte, apesar da degradação ambiental e econômica que vem sofrendo, desde que a atividade entrou em declínio e chegou ao fim por volta da década de 1960. Conjuntamente com a memória construída ao longo de gerações, esse complexo representa um patrimônio cultural do país e, em função disso, deve ser preservado. Entretanto, todos os esforços já empreendidos nesse

sentido fracassaram. A demora na implantação de uma política de proteção e do efetivo tombamento de estruturas arquitetônicas em geral e do complexo da fábrica Rheingantz, particularmente, tem efeitos devastadores não só para os bens edificados, mas também, para a compreensão do processo histórico de formação da indústria e ocupação interiorana no Brasil. O presente artigo busca fazer uma análise dos aspectos jurídicos da proteção do patrimônio cultural, analisando especificamente o caso da fábrica Rheingantz. Inicialmente, é estudado o significado da proteção e suas políticas, constituída, principalmente, pelo tombamento. Também, a importância cultural do tombamento da mesma, fazendo uma análise dos órgãos responsáveis por sua tutela, através de um estudo da legislação competente sobre o tema nas esferas Federal, Estadual e Municipal, tendo como base a Constituição brasileira de 1988. Da mesma forma, é analisada a possibilidade da atuação integrada dos três entes federados na execução do tombamento da Rheingantz que, até o momento, não foi efetivado, colocando em risco um dos últimos sítios industriais urbano-histórico do Estado do Rio Grande do Sul que ainda mantém parte de sua estrutura edificada.

Palavras-chave: Fábrica Rheingantz. Tombamento. Cidade do Rio Grande/RS.

A RELAÇÃO ENTRE CULTURA E ARQUITETURA RESIDENCIAL EM OURO PRETO - MG NO SÉCULO XVIII

FARIA, ANA CRISTINA; MIYASAKA, ELZA LULI; GUTIERREZ, RODRIGO LUIZ MINOT
anacristina_faria@hotmail.com

A formação da arquitetura colonial na América Portuguesa deu-se não somente por meio de influências dos padrões da metrópole, mas principalmente pelo uso dos materiais aqui existentes, num processo de adaptação, e também pelos costumes e práticas sociais, religiosas, culturais, políticas e familiares aqui instaladas. Para o desenvolvimento deste trabalho, buscou-se então, verificar por meio de análise de fontes primárias, bibliográficas e observação das próprias edificações a relação da arquitetura residencial em Ouro Preto com os modos de vida, cultura e costumes em vigor no período colonial. A pesquisa percorre ainda caminhos associados às técnicas construtivas, os espaços construídos e os materiais utilizados nas edificações na ocasião. A expectativa é a de que a investigação realizada possa contribuir para a compreensão destas relações, mostrando o panorama geral resultante de aspectos culturais impressos nas edificações domésticas. Para além dessas questões, é importante destacar que a observação e o registro dessas peculiaridades e exemplares conversam com a premissa da valorização e salvaguarda do patrimônio edificado na medida em que o seu estudo, conhecimento (origens, história e memória) trazem benefícios econômicos, políticos e culturais, atrelados à sua proteção e valorização, entendendo que só é possível defender e proteger aquilo que se conhece, quando se sabe o significado e o valor. Esta justificativa, por sua vez, encontra no turismo uma grande alternativa econômica, pois a sua base pressupõe a necessidade de preservação do patrimônio e da cultura local, estabelecendo assim uma relação intrínseca de existência.

Palavras-chave: Barroco. Arquitetura colonial. América portuguesa. Arquitetura luso-brasileira. Arquitetura residencial. Cultura. Turismo.

CASA CHICA DA SILVA: UM ESTUDO DOS SEUS USOS ESPACIAIS E DA SATISFAÇÃO DO PÚBLICO TURISTA

MARIANO, LUCIMARA CARDOZO; FIGUEIREDO, ANA FLÁVIA; SIMÃO, DÉBORA CRISTINA RIBEIRO; ARAÚJO, STEFANE GRACE BATISTA
l.cardozomariano@yahoo.com.br

Diamantina está localizada no Alto Jequitinhonha, na serra do Espinhaço a 290 quilômetros de Belo Horizonte. O progresso local esteve conjugado com o comércio diamantífero. Assim, a economia da cidade se desenvolveu por meio da extração de diamantes. Essa época possibilitou à cidade a constituição de um acervo histórico cultural que proporcionou a mesma ser tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938 como Patrimônio Nacional e mais tarde, já em 1999, ser reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) como Patrimônio Cultural da Humanidade. Diamantina, atualmente, tem sua economia baseada na atividade turística, estando o Turismo Cultural identificado como segmento principal da cidade, pois como aponta a Pesquisa do Perfil da Demanda Turística Real de Diamantina e Região em seus três anos (2009, 2010, 2011) de realização a cultura aparece como motivação principal para vir a Diamantina. O Turismo Cultural na cidade tem como atrativos: igrejas e casarios históricos, museus, personalidades como Juscelino Kubitschek e Chica da Silva e a Vesperata, que representa a tradição musical da cidade. Dentre os atrativos culturais, Diamantina possui a Casa da Chica da Silva, objeto de estudo deste trabalho, que consiste em um Trabalho de Conclu-

são de Curso da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. A Casa da Chica da Silva, segundo o IPHAN (2011), é uma construção que retrata as edificações residências do período colonial mineiro, tendo muito de sua história ligada à época da mineração do diamante na cidade. O local foi residência do desembargador João Fernandes de Oliveira e da ex-escrava Chica da Silva entre os anos de 1755 a 1770 quando aquele era responsável pelos negócios de exploração de diamantes no antigo Arraial do Tijuco. Atualmente, a casa é de propriedade do IPHAN, tendo sido adquirida em 1984 e tombada pelo mesmo em 1950. A escolha do tema para realização da pesquisa se deu pelo fato da cidade de Diamantina apresentar riquezas culturais, mas em alguns casos faltar-lhe uma maior capacidade de promoção e fruição de forma a proporcionar momentos de troca e construção no uso dos espaços que foram tombados como Patrimônio Cultural da Humanidade. Como argumenta Junior (2008) apenas tomar não é o suficiente, sendo importante também realizar ações que tornem o patrimônio autosustentável. Portanto, traçou-se como objetivo identificar os atuais usos dos espaços da Casa da Chica da Silva e a satisfação do turista que a visita. Como metodologia foi utilizada a pesquisa descritiva, a bibliográfica e a pesquisa de campo com aplicação de questionário com turistas e realização de entrevista com o gestor da casa. Assim, por meio da pesquisa, foi possível identificar a percepção do turista quanto a utilização dos espaços na casa e sugerir algumas ações para que a mesma se torne mais interativa, proporcionando satisfação às pessoas que a visitam e agregando valor à vida cultural da cidade.

Palavras-chave: Turismo Cultural. Patrimônio. Casa Chica da Silva.

**CONJUNTO ARQUITETÔNICO
DO MUSEU DO PÃO DE ILÓPOLIS
– PASSADO E PRESENTE EM
HARMONIA**

ROMANINI, ANICOLI; SCHRAMM,
LILIANY
anicoliromanini@yahoo.com.br

O conjunto arquitetônico do Museu do Pão está situado no centro da cidade de Ilópolis, região serrana do estado do Rio Grande do Sul / Brasil. Atualmente, é constituído por uma oficina de panificação, uma bodega (taverna) e pelo antigo Moinho Colognese, construído em 1910. O projeto foi conduzido pelo escritório Brasil Arquitetura, de São Paulo – SP, dos arquitetos Marcelo Ferraz e Francisco Fannuci, juntamente com estudantes do curso de restauração e arte em madeira, promovido pelo Instituto Ítalo Latino Americano. Nesta obra, construída em 2006 e 2007, além da restauração do antigo moinho, foi proposta a construção de uma oficina de panificação. Inaugurado em 2008, o Museu do Pão foi patrocinado pela Nestlé-Brasil, tendo apoio da Prefeitura de Ilópolis, do IPHAN e da Universidade de Caxias do Sul. No moinho, é mostrado o processo de transformar o grão em farinha, com os equipamentos ainda originais, ativados a pedido dos visitantes. O antigo depósito de grãos foi transformado em uma bodega, que oferece produtos da oficina de panificação e de toda a região, também servindo de ponto de convivência para moradores e visitantes do local. O diálogo entre o novo e o antigo, composto pelo moinho restaurado e, também, pelo entorno imediato e toda a região é um dos aspectos mais interes-

santes do projeto. Segundo os autores: a “dialética permanente entre tradição e invenção, somada a nossa abertura crítica para assimilar e recriar linguagens e informações produzidas em outros cantos do planeta é um traço central da cultura brasileira”. A partir da idéia desenvolvida no Moinho Colognese, surgiu à proposta de recuperar uma série de moinhos coloniais ainda existentes na região e integrá-los como parte de um circuito turístico e cultural. Alguns destes moinhos já foram restaurados e outros ainda estão em pleno funcionamento. Assim, o turismo gaúcho que se restringia à região da serra, às missões e ao Itaimbézinho, passou a partir de fevereiro de 2008 a ter uma interessante e nova rota turística e cultural chamada de Caminho dos Moinhos.

Palavras-chave: Conjunto Arquitetônico do Museu do Pão de Ilópolis. Turismo sustentável. Rota turística e cultural. Caminho dos Moinhos.

**ENTRE O PERENE E O EFÊMERO,
AREIAS DE PIXAIM: A
COMUNIDADE DAS DUNAS DA
FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO, AL
ZAMBI, MARIA MADALENA
madalenazambi@gmail.com**

A comunidade de Pixaim assentou o seu lugar no mundo sobre as dunas móveis que compõem o conjunto ecossistêmico da foz do rio São Francisco, na margem alagoana. Em 1983 o território do povoado foi abarcado pela Área de Proteção Ambiental-APA de Piaçabuçu e organizado dentro do mundo, porém a partir de normas e critérios institucionais. No contexto ecológico e cultural do povoado, os sinais patrimoniais (edificados ou não) dialogam fatalmente

com a efemeridade. As casas de taipa, por exemplo, duram em média 4 ou 5 anos com uma ordenação que varia no tempo e no espaço. Apesar da grafia “breve” sobre dunas, há pelo menos um século, o espaço da localidade de Pixaim é constituído por práticas históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais mediante as quais ocorrem os processos temporais de transformação do território. Essas transformações se processam à imagem das pessoas que ali vivem e a ele pertencem, em processos contínuos de adaptação. Enquanto realizam a vida, constroem um lugar que conserva qualidades singulares. E, exposto ao olhar, tem facilmente seu consumo viabilizado por empreendedores da indústria turística e pelos administradores da APA que reconhecem no conjunto das características “naturais” do povoado, a condição de Paraíso. No caso de Pixaim, o turismo ecológico - atividade quase sempre relacionada a lugares que recordam espaços primários - é oferecido como única alternativa para reverter o quadro de difícil sobrevivência da comunidade, hoje calcado na miséria. Apesar do quadro adverso, o patrimônio que tem o respaldo dos moradores, como extensão moral e simbólica, alimenta não só o sentido de pertencimento, mas acentua o entendimento de que é essencial a permanência no lugar que escolheram para realizar a existência. Através dos seus sinais patrimoniais, no lugar de habitação, os moradores realizam mediações importantes entre o passado e o presente, o material e o imaterial, entre a alma e o corpo. A cultura, item na questão do desenvolvimento local é um incentivo apreciado dentro do rol dos diferentes tipos de turismo. Porém, mesmo que sob a manta da sustentabilidade e/ou a partir da retórica do “baixo impacto”, ações mal con-

duzidas podem causar danos não só sobre as esferas da água, do solo, da fauna e da flora, mas no âmbito social, deixando a comunidade vulnerável a danos e rupturas abissais em suas relações mais estruturantes, aniquilando a possibilidade humana de diálogo com o “outro”. Esta comunicação pretende destacar a humana diferença do povoado de Pixaim e apontar para a necessidade de se pensar uma prática no trato com o patrimônio adequada à particularidade deste lugar especial, pressupondo novas ferramentas e nova sensibilidade. Os caminhos institucionais para a preservação dos sinais patrimoniais de Pixaim - bens carregados de referência à identidade e à memória - têm se mostrado inadequados quando retraem gestos de maior longevidade no território de pertencimento, lugar onde o patrimônio por si já se faz quase imperceptível pela delicadeza de marcas constrangidas pela força do meio natural e pelo minimalismo de intervenções na paisagem.

Palavras-chave: Pixaim. Turismo ecológico. Patrimônio.

**ESPAÇO CULTURAL CHICO XAVIER:
PATRIMÔNIO CULTURAL DA
CIDADE DE PEDRO LEOPOLDO - MG**
PINTO FERREIRA JUNIOR, SILVIO
stagliano26@hotmail.com

Diante das crescentes e importantes reflexões e discussões no âmbito da valorização e reconhecimento do patrimônio cultural tangível e intangível brasileiro, o país vem se afirmando como um grande mosaico de culturas que ainda está por ser desvelado. A partir do projeto interdisciplinar “Dimensões da Sustentabilidade: urbanização e desenvolvimento sustentável” desenvolvido

pelo MACPS – Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da UFMG realizado durante os anos de 2010 a 2012 -propõe-se aqui apresentar uma parte do trabalho que diz respeito à dimensão cultural. O objeto principal da pesquisa é a Fazenda Modelo situada na cidade de Pedro Leopoldo - MG, região metropolitana de Belo Horizonte, mas o que interessa fundamentalmente para a discussão que abarca o patrimônio cultural material e imaterial é o Espaço Cultural Chico Xavier, que está situado no local. Chico Xavier – ilustre funcionário da antiga Fazenda Modelo é lembrado em um ambiente reconstituído contendo um acervo das suas obras. A estrutura abarca um salão multiuso para encontros, exposições ou conferências e atende um número crescente de visitantes a cada ano, o que vem fazendo do local um importante ponto turístico da região, recebendo fiéis de todo o Estado de Minas Gerais, do Brasil e também muitos estrangeiros. A cidade de Pedro Leopoldo já é rota turística de muitos religiosos – principalmente espíritas, já que foi nesta cidade que o médium nasceu. No entanto, cabe aqui divulgar a importância do espaço da Fazenda Modelo disponibilizado para visitação, onde além de fazer parte da UFMG, abrigar projetos variados na área da sustentabilidade, propõe ainda uma valorização do Espaço Cultural Chico Xavier como patrimônio cultural da cidade, local em que o médium psicografou pela primeira vez.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Fazenda Modelo. Sustentabilidade.

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE TERESINA: PATRIMÔNIO

FERROVIÁRIO SOBREVIVENTE
MENDES, HERCILIA R. S.; SILVA,
DEISY N. B.; SILVA, MARCELLE L.
hercilia_raquel@hotmail.com

O presente trabalho, intitulado “Estação Ferroviária de Teresina: patrimônio ferroviário sobrevivente” aborda a arquitetura eclética da capital piauiense, tomando como exemplo o edifício da Estação Ferroviária de Teresina, e enfatiza a importância deste no desenvolvimento local, tanto no âmbito do turismo patrimonial quanto da construção e consolidação da identidade local. Tal iniciativa de trabalho, incitada na disciplina de Arquitetura Brasileira II, ministrada pela professora Alcília Afonso, no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Piauí, objetiva pesquisar e publicar sobre a arquitetura eclética na capital piauiense, ressaltando, a importância de tal estilo e das ferrovias no processo de modernização do Piauí, nas primeiras décadas do século XX, além de realizar análise arquitetônica do edifício em questão e avaliar o estado atual de conservação do mesmo. O edifício referido encontra-se tombado a nível estadual e, recentemente, a nível federal, entretanto, apresentou necessidade de mais um escrito acerca, principalmente, de seu contexto histórico e características, no intuito de contribuir para o resguardo de sua memória. Além disso, pretende-se lançar à discussão a importância dada à preservação do patrimônio cultural na atual conjuntura e a necessidade da inserção do patrimônio, no caso o arquitetônico, na vida cotidiana dos cidadãos, contribuindo, dessa forma, tanto para o quadro do turismo patrimonial quanto para a construção da identidade local, ressaltando que a preservação estende-se à paisagem urbana de qualidade cultural e requer

atuação integrada de vários planos da realidade local. Quanto à metodologia utilizada, realizou-se pesquisa bibliográfica, visitas in loco, análise visual, levantamento fotográfico e entrevista, fazendo-se uso, dessa forma, de fontes primárias e secundárias. Quanto a fontes acerca do tema, fez-se uso de obras que traçam um panorama histórico da vinda do Eclesiástico da Europa para o Brasil e, posteriormente, para o estado do Piauí, fontes que abordam a história das ferrovias no estado do Piauí, além de referência ao Dossiê de Tombamento do Conjunto Ferroviário de Teresina e entrevistas com usuários-chave.

Palavras-chave: Eclesiástico. Patrimônio cultural. Estação Ferroviária de Teresina.

ESTAÇÕES DE CAMPINAS: ESTUDO SOBRE OS USOS SOCIAIS DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO (CAMPINAS, SP)

ARAUJO, PRISCILA KAMILYNN;
ROMERO, EDUARDO
priscilakamilynn@yahoo.com.br

Desde 1836, o centro-oeste paulista, região comandada por Campinas já se destacava devido à cultura cafeeira. Tinha era sua importância, que após a criação do primeiro trecho ferroviário paulista (Jundiaí-Santos), os cafeicultores da região campineira manifestaram a necessidade de um prolongamento ligando a capital agrícola a Jundiaí. (MATTOS 1990). Por obter o monopólio do trecho São Paulo-Santos a Companhia Inglesa São Paulo Railway não se interessou a princípio em um possível prolongamento. Coube aos grandes cafeicultores e capitalistas da província de São Paulo a função de expandir as estradas de ferro. Fato este que, resulta

na fundação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro em 1868. As estações na cidade transformaram o espaço e são consideradas um dos principais vetores de urbanização na área. A partir da implantação das linhas-tronco e dos prolongamentos posteriores, na região de Campinas surgiram estações complementares ao longo do século XIX e XX. À medida que, o café perde sua importância, as estradas de ferro caem gradualmente no esquecimento. O abandono progressivo das estruturas ferroviárias transformou muitas esplanadas das empresas que estavam em áreas urbanas em terrenos baldios e espaços degradados. Após serem desativadas cada uma das estações, foram reutilizadas de diferentes modos, sejam eles regulares ou irregulares. Em função disso, algumas estações foram selecionadas para nosso estudo: a estação central da Companhia Paulista; estação Guanabara, Anhumas e Tanquinho, todas estas da Mogiana. Esta pesquisa tem por objetivo geral, propor uma reflexão de como se deu o processo de reutilização dos bens ferroviários, realizando um estudo de caso a partir das estações por nós estudadas. De maneira específica, coletaremos informações sobre os usos atuais de cada uma delas, tal como seus respectivos responsáveis. Pretende-se verificar se houveram e/ou se existe algum projeto de reutilização e preservação em relação aos bens estudados. Cabe, além disso, verificar se nos projetos de reutilização estão previstos usos turísticos dos bens ferroviários. Nossa metodologia de trabalho evolui: levantamentos bibliográficos de temas afins à pesquisa e levantamentos de informações nos órgãos ou entidades atualmente responsáveis pelos prédios (prefeitura, Unicamp e ABPF), entrevistas com responsáveis por cada uma das estações, pesquisas

documentais na Secretaria de Cultura e Turismo de Campinas, CONDEPAAC, Unicamp, Estação Guanabara e ABPF; avaliação do estado atual de preservação, através de uma ficha de inventário do patrimônio industrial e avaliações do uso turístico (in locu: infra-estrutura e do perfil do público visitante - as quais serão executadas por meio de um questionário fechado). Até o presente momento, através da ficha de inventário do patrimônio industrial, realizamos avaliação do estado, uso e proteção de cada um dos bens por nós estudados. Além disso, tivemos a oportunidade de analisar o valor atribuído no tombamento das Estações Campinas e Guanabara e os mesmos justificam-se, por possuir valores histórico, cultural, identitário e representativo, tratando-se do desenvolvimento proporcionado pelas estações nos locais em que foram inseridas.

MATOS, Odilon N. de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 4ª edição. Campinas: Pontes, 1990.

Palavras-chave: Patrimônio Industrial. Ferrovias. São Paulo e Turismo Cultural.

GONGO SOCO: UMA DISCUSSÃO SOBRE PATRIMÔNIO E TURISMO

ALVES, JONAS J. M.; SILVA, ANDRÉ L. G. jmeloalves@gmail.com

O artigo trata da história da mina de Gongo Soco e do antigo núcleo urbano - arraial -, com influências inglesas, que se formou ao seu redor, atualmente em ruínas. A mina de Gongo Soco está localizada a 13 Km da sede do município de Barrão de Cocais/MG, na região da Zona Metalúrgica e aproximadamente a 90

Km de Belo Horizonte. A exploração aurífera no local foi uma das mais rentáveis em Minas Gerais no decorrer dos séculos XVIII e XIX. João Batista Ferreira de Sousa Coutinho, o Barão de Catas Altas, foi um dos célebres proprietários da mina, que hoje pertence à empresa VALE que explora o minério de ferro. Entre as temáticas sobre Gongo Soco está uma das mais interessantes, ou seja, aquilo que pode ser considerado o verdadeiro tesouro histórico da mina, ou seja, possíveis jazidas de ouro que ainda possam existir em seu subsolo além, das riquezas que podem ser vistas a olho nu ou encobertas superficialmente por camadas de terra. O verdadeiro "tesouro" de Gongo Soco é mais precisamente, o sítio arqueológico composto de ruínas - do antigo núcleo urbano minerador - que ainda insistem em se manter de pé, e os milhares de objetos e fragmentos utilizados pelos seus antigos moradores encravados em seu subsolo - que comprovam a vitalidade do local durante algumas décadas e, por que não em mais de um século. A vocação deste sítio como patrimônio histórico, cultural e arquitetônico é inequívoca e conforme a Declaração de Caracas - 1992, "o Patrimônio Cultural de uma nação, de uma região ou de uma comunidade é composto de todas as expressões materiais e espirituais que lhe constituem, incluindo o meio ambiente natural". Gongo Soco é importante para compreensão da identidade histórica da região, o que o caracteriza como Patrimônio Histórico. É importante para a compreensão da história local permitindo a conscientização dos indivíduos, o que o caracteriza como Patrimônio Cultural. Possui capital cultural e social de valor inestimável o que o caracteriza como Patrimônio Arquitetônico.

É possível identificar os valores sociais e históricos que o colocam como espaço apropriado para atividade turística, fundamentalmente a visitação cultural. Esse trabalho poderá ser o início de uma reflexão sobre como o manejo do local como atrativo cultural busque contribuir para a elaboração de uma memória sociocultural, através de seus signos e elementos iconográficos. A principal característica de um patrimônio é que a sua conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do lugar e de seu povo, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. Gongó Sôco detém essas características e esse é o mote desse trabalho.

Palavras-chave: Patrimônio. Cultura. Turismo.

IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS: PATRIMÔNIO TURÍSTICO RELIGIOSO EM PIRIPIRI- PIAUÍ
COÊLHO, KÁCIA D.N. I.; NOGUEIRA, ROCHELLE H. N.; SILVA, LAYANE M. L.
kacia_danielle@hotmail.com

O trabalho tem como título “Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios: patrimônio turístico religioso em Piripiri, Piauí”, e apresenta como objetivo destacar a importância deste edifício para o desenvolvimento do turismo na cidade. Possui como eixo temático patrimônio cultural e turismo, enfatizando a construção religiosa. Este texto possui um enfoque arquitetônico, realizando uma análise histórico-cultural da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, que configura uma edificação de incontestável importância à cidade de Piripi-

ri, município situado ao norte do Estado do Piauí, possuindo menos de cem mil habitantes. O trabalho é resultado de um estudo feito para a disciplina de Arquitetura Brasileira II, ministrada pela Professora Alcília Afonso de Albuquerque e Melo, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Piauí, tendo sido orientado pela mesma. O objetivo deste artigo foi discutir sobre o patrimônio cultural através de uma análise formal da arquitetura da igreja, bem como suas características ecléticas marcantes e sua importância para o turismo religioso na cidade. Além disso, o estudo visa também incentivar a preservação e a proteção deste patrimônio a um patamar governamental, pois o edifício não possui tombamento ou inventário feito por nenhum órgão, cabendo apenas à Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios a responsabilidade pela sua conservação e manutenção de suas características originais, desde o mobiliário até a cor da pintura original. Com metodologia baseada em pesquisa arquitetônica, coletando dados com a paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, visitas in loco, análise de registros fotográficos, confecção de perspectivas à mão e pesquisa bibliográfica, decidiu-se analisar esta igreja não apenas por sua importância para a região, mas também pelo fato da mesma ainda não haver sido muito estudada. Assim pretende – se discutir neste evento a importância do patrimônio analisado para o desenvolvimento econômico de uma cidade do interior do Estado do Piauí, onde os pontos turísticos são escassos e pouco valorizados.

Palavras-chave: Piripiri. Patrimônio turístico. Religiosidade.

**IGREJA MATRIZ DE SÃO
RAIMUNDO NONATO: UM
ESTUDO DA ARQUITETURA
ECLÉTICA DE TERESINA.**

LEITE, FRANCISCO C.; LUZ, MOISÉS
R.; MESQUITA, CAROL C.
carol_arqeng@yahoo.com.br

Teresina é uma cidade com grande presença de edifícios caracterizados pela arquitetura eclética, marcada pela mistura de outros estilos. Para a análise arquitetônica de um edifício essencialmente desse estilo, escolheu-se a Igreja Matriz de São Raimundo Nonato, localizada no bairro Piçarra, zona sul da capital. O texto descreve características arquitetônicas e o atual estado de má conservação da igreja em questão, destacando a importância patrimonial e turística e as reflexões que devem ser feitas para a preservação desse edifício. Debater sobre a arquitetura histórica e a maneira como ela foi concebida, levando em consideração as técnicas e os materiais empregados que os construtores tinham à disposição e as ideologias predecessoras à atual, é de extrema valia no âmbito profissional por apresentar o valor desses exemplares dentro das cidades, enfatizando a responsabilidade dos arquitetos e agentes públicos e privados que formulam e efetivam as políticas de patrimônio em nível municipal bem como pesquisadores acadêmicos e estudantes, enquanto formadores de consciência, criticando o fato de que a arquitetura regional está ficando à margem de um novo panorama construtivo. A magnitude da edificação, conferida mediante a sua observação a uma distância de pelo menos três quilômetros dos paredões da igreja (que é uma distância relativamente afastada do local) demonstra a presença de residências de baixo gabarito em seu contorno, eviden-

ciando, então, um dos objetivos desse artigo, que é a manutenção dentro da cidade de pequenas “bolhas” desprovidas de construções contemporâneas e dotadas de elementos construtivos que são como um livro que conta a história de um povo e “breca” o crescimento compulsório das construções, principalmente fazendo uso do espaço destinado aos diversos patrimônios históricos espalhados pela cidade. Isto poderia ser feito mediante a investimento público da secretária de turismo e do governo do estado. Em abril desse ano, a paróquia comemora 45 anos da construção e esse artigo vem como inspiração à comunidade e ao poder público para ajudar a preservar uma obra tão rica ao catolicismo e ao patrimônio cultural, fazendo com que o edifício fosse incluído dentre os principais pontos turísticos da cidade. É importante frisar que a igreja analisada não é tombada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e também não se encontra presente no inventário municipal, alertando a necessidade de estudos e a realização de eventos acerca desse tipo de obras para que a memória permaneça viva e para que profissionais da área da construção civil e interessados nela, tenham conhecimento das técnicas construtivas antigas, cruciais para a proposição e entendimento do modo de fazer contemporâneo. Essa análise foi realizada como parte do programa da disciplina Arquitetura Brasileira 2, ministrada pela professora Alcília Afonso, no curso de Arquitetura e Urbanismo, do Departamento de Construção Civil e Arquitetura (DCCA), do Centro de Tecnologia (CT), da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Procurou-se ressaltar a riqueza arquitetônica e cultural que se faz presente na igreja estudada, tendo como objetivo lograr a sua valorização,

preservação e a subsequente exploração turística histórica, tornando-o e evidenciando-o como um possível patrimônio da humanidade.

Palavras-chave: Igreja. Patrimônio turístico. Arquitetura eclética.

**MANUTENÇÃO DO LUGAR
FRENTE AO DESENVOLVIMENTO
TURÍSTICO NO PALCO CONCEIÇÃO
DO IBITIPOCA, LIMA DUARTE/MG**

CRESTON, HELENA TULER;
TEIXEIRA, MARIA CRISTINA
VILLEFORT

helenatuler@hotmail.com

A prática do turismo tem provocado interferências significativas em locais inseridos em paisagens de grande relevância. Esses locais são entendidos como o conjunto de edificações, desenho urbano, paisagem e ambiente natural, elementos que constituem o bem patrimonial maior, que caracterizam o lugar como singular e que, portanto, devem ser resguardados como tal. O conjunto patrimonial da paisagem construída pelo homem, somado à paisagem natural, representa a ampliação do conceito de patrimônio. Nesse novo contexto, são identificadas as relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si para preservar o equilíbrio da paisagem como um todo, frente ao inevitável desenvolvimento. Embora esse conceito tenha ganhado forma nos anos 1970, na prática ele ainda não se concretizou em grande parte das áreas brasileiras exploradas pelo turismo. Esta pesquisa pretende abordar essa situação, aplicando-a a Vila Conceição do Ibitipoca, distrito de Lima Duarte, que sedia as atividades de lazer e turismo do Parque Estadual do Ibitipoca, em Minas Gerais. O turis-

mo, fator importante na compreensão dos povos, não tem sido aproveitado inteiramente para este fim em Ibitipoca. A atividade turística, ao contrário, tem contribuído para as relações econômicas e de lucro, causando apenas a dependência da atividade por parte da população local. Além disso, a maneira como a vila cresceu – impulsionada pelo turismo – não foi acompanhada pelo desenvolvimento estrutural e social na mesma proporção. Alguns aspectos podem ser observados na situação atual da região, destacando-se a preocupação exclusiva quanto à preservação do Parque, que não incorpora a Vila como objeto de estudo, a expansão dos loteamentos e a monopolização territorial. Tal conjuntura traz possíveis consequências, como o desordenamento urbano e a desfiguração física e cultural, ou seja, a descaracterização do lugar, preocupação a ser tratada no estudo. A ideia de desenvolvimento sustentável é ainda um discurso muito restrito às dimensões físico-energética (ambiental) e econômica. No entanto, ela ultrapassa esse olhar e aqui está associada à conservação, no sentido de um desenvolvimento que aplica a paisagem cultural como unidade de planejamento e preserva a identidade do sujeito com o lugar através dos valores registrados pela população. Essa ampla participação dos diversos atores da comunidade torna-se fundamental para a permanência da identidade local. Dessa forma, este trabalho tem como premissa a possibilidade de desenvolvimento de medidas e estratégias de gestão relacionadas à maneira de atuar em localidades como Ibitipoca, que vêm sofrendo acentuada descaracterização com o avanço do turismo. Além das proposições de atuação, busca-se uma definição da forma de estudo para a percepção da essência do lugar, em que

necessariamente devem ser mantidas as características originais com adequadas transformações ao longo do seu desenvolvimento. Tal definição permitirá o aprimoramento da gestão do turismo, considerando efetivamente o desenvolvimento turístico sustentável.

Palavras-chave: Manutenção do lugar. Identidade cultural. Desenvolvimento sustentável. Turismo.

NÚCLEOS E SÍTIOS HISTÓRICOS: UMA VISÃO DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO

MAGALHÃES, ROBERTA D.

robertaduartemagalhaes@hotmail.com

Com a ampliação do conceito de patrimônio e a incorporação dos núcleos urbanos como bens tombados pelo poder público, criou-se a necessidade de estabelecer ações visando à conservação desses bens. Levando-se em consideração a dinâmica destes bens, as medidas antes adotadas para a preservação de monumentos isolados se mostram ineficientes para a conservação do espaço urbano, pela característica inerente às cidades, que estão em constante evolução. Nesse cenário, torna-se necessária uma ação constante dos órgãos de preservação, que devem estar sempre presentes de forma a garantir que as características peculiares que levaram aquele espaço urbano ao patamar de patrimônio, não sejam perdidas. Ao serem considerados como monumento, esses espaços urbanos passam a ser vistos como unidade e é essa unidade que se busca manter quando esses espaços são tombados. O instrumento do tombamento, forjado principalmente para bens isolados, passa a ser utilizado também na preservação e

no reconhecimento de sítios urbanos. Porém, muitos destes centros e núcleos não são espaços homogêneos, pois, ao longo dos anos, as cidades foram sofrendo modificações e isto vai sendo refletido na arquitetura, no traçado urbano e no modo como a população usa aquele local. No momento do tombamento, essa porção urbana passa a ter a necessidade de ser preservada, de modo a garantir que seja um testemunho da importância histórica daquela cidade, ou de parte dela, para as futuras gerações. No entanto, a cidade é dinâmica e requer constantes adaptações para atender às necessidades de seus moradores, necessidades estas que aumentam e se modificam a cada momento. E aí está o grande desafio na gestão dos núcleos históricos urbanos, pois a forma de preservação tradicional, utilizada na proteção de edificações isoladas e obras de arte tombadas, não se aplica adequadamente aos espaços urbanos protegidos. Diversos autores discutem as formas como estão sendo aplicadas políticas de preservação em centros históricos. Existem aqueles que defendem a busca por investimento como forma de assegurar recursos para a manutenção, muitas vezes onerosa, desses espaços. Mas existem também aqueles que criticam a transformação desses centros históricos em verdadeiros parques temáticos, o que incentivaria uma grande especulação imobiliária e a exclusão da população local. No centro desse conflito está o poder público, que com seus órgãos reguladores, tem a função de intermediar esse conflito e garantir o objetivo maior, que é a preservação dos sítios históricos urbanos.

Palavras-chave: Núcleos urbanos. Gestão do patrimônio. Políticas urbanas.

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS FRENTE A PROJETOS DE TURISMO CULTURAL E OS MECANISMOS DA INDÚSTRIA CULTURAL

LOURES, PATRÍCIA MARCELINA;

BALDINO, JOSÉ MARIA

patricia.loures1@gmail.com; jmbaldino@uol.com.br

O presente trabalho visa discutir o papel de instituições educativas como escolas, museus, frente a manifestações da cultura local e projetos de incentivo ao turismo envolvendo elementos da cultura. Sabemos que ações neste sentido tem-se tornado uma constante na atualidade, visto que algumas das justificativas seriam a divulgação, a salvaguarda da cultura da localidade aliada ao desenvolvimento sócio econômico, o que geraria em tese mais empregos, renda à população, a visualização e ainda a salvaguarda de uma certa “identidade” em termos regionais e ou locais. Observamos mecanismos públicos de incentivos ao desenvolvimento de ações que visam a salvaguarda dos patrimônios, tanto materiais quanto imateriais efetivados principalmente por órgãos federais por meio de iniciativas diversas, como percebemos no caso do ministério da cultura e também órgãos estaduais e municipais. Notamos obviamente a importância de ações neste sentido, porém defendemos que a educação no âmbito geral e mais especificamente a educação patrimonial tem um papel determinante neste processo. Sabemos que não se constitui tarefa fácil para as instituições educativas constituírem um projeto sólido para a temática visto que, em meio à sociedade e a tais projetos estão incluídos os mecanismos da indústria cultural. Para o educador neste caso ao nosso ver este seria um dos principais dificul-

tadores. Como efetivar neste sentido um trabalho educativo e ao mesmo tempo “escapar” dos mecanismos impostos pela indústria cultural? Reflexões estas posteriores a pesquisa de Mestrado em Educação realizada na cidade de Nova Veneza Goiás a qual realizou um inventário das manifestações da cultura popular, tendo como público alvo educadores ligados ao patrimônio cultural e profissionais afins.

Palavras-chave: Instituições Educativas. Turismo Cultural. Indústria Cultural.

O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE BATATAIS – SP: O CASO DA RESIDÊNCIA DE WASHINGTON LUÍS E A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO MUNICÍPIO

PAIVA, KAUE FELIPE

kauefp@hotmail.com

A Estância Turística de Batatais(1) , a noroeste do estado de São Paulo, apresenta-se, ainda e por enquanto, como detentora de um dos mais belos conjuntos arquitetônicos preservados representante dos áureos tempos do café na chamada Alta Mogiana. O crescimento da região se dá com maior intensidade na década de 1890 quando da exaustão dos minérios da região aurífera de Minas Gerais e a imigração de boa parte daquela população que vai à procura de terras cultiváveis em território paulista. Neste contexto, em 1893, Washington Luís, o último presidente da República Velha, aceita o convite de um ex-colega de faculdade de direito do Largo de São Francisco para trabalhar, no distante, mas próspero, município paulista. Neste cenário de elevado crescimento urbano o advogado é convidado a elaborar o chamado Código de Posturas de 1984,

que vislumbra suprimir o Código até então vigente de 1872, que regulamentava questões urbanas relativas a saneamento, alinhamento e espaçamento de vias públicas bem como às obras edificatórias. Este processo é extremamente influenciado pelas reformas urbanas ocorridas nas grandes cidades brasileiras do período que tinham como modelo de civilidade as intervenções promovidas por Haussmann em Paris. Em 2010, um trabalho de levantamento e pesquisa (2) realizado por alunos da disciplina Técnicas Retrospectivas do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia, teve por objetivo levantar todas as informações referentes à residência em que viveu o ex-presidente em Batatais, assinalando os valores que a fazem significativo exemplar do início de uma renovação da arquitetura urbana local e da introdução de linguagens ligadas ao ecletismo do século XX. A presente comunicação, a partir do estudo realizado sobre a residência citada, busca apresentar o valor do patrimônio arquitetônico presente em Batatais, tendo em vista que a residência do ex-presidente encontra-se localizada em área de reconhecido valor histórico para a cidade – área central e núcleo original do município -, nas proximidades da Praça Cônego Joaquim Alves que, juntamente com a Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus da Cana Verde (3), constitui o maior referencial urbano da Estância Turística. Além da praça e da igreja matriz, todo o conjunto da região central – arruamentos, edificações e traçado urbano - é de interesse do patrimônio cultural do município e quicá do estado de São Paulo, tendo em vista as suas características morfológicas e históricas que representam o momento de apogeu da região ligado à produção cafeeira.

Atualmente, observa-se o aceleramento na alteração dos usos originais das edificações da área em questão, com substituição do uso residencial para serviços e, principalmente, comércio, com a conseqüente alteração ou substituição integral das construções antigas. Outrossim, busca-se uma reflexão sobre a quase que inexistente política de preservação da cidade e a necessidade de um trabalho mais amplo de inventário dos bens patrimoniais e culturais de todo o município, sobretudo da região central – Centro Histórico -, a fim de guiar políticas consistentes e eficazes de preservação deste patrimônio ímpar para que, de fato, a cidade possa fazer jus ao título de Estância Turística e à verba advinda desta nomeação.

NOTAS:

1-Batatais é um dos 29 municípios paulistas considerados estâncias turísticas pelo Estado de São Paulo por cumprirem determinados pré-requisitos definidos por Lei Estadual. Tal status garante a esses municípios uma verba maior por parte do Estado para a promoção do turismo regional. Também, o município adquire o direito de agregar junto a seu nome o título de estância turística, termo pelo qual passa a ser designado tanto pelo expediente municipal oficial quanto pelas referências estaduais. Recebeu esse título em 23 de dezembro de 1994 através da Lei Estadual 8.993.

2-Exercício Acadêmico de elaboração de Dossiê de Tombamento da edificação realizado aos moldes daquele utilizado pelo IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais -, por se tratar de uma disciplina ofertada em uma universidade federal mineira.

3-Destaca-se aqui o fato de a Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus da Cana

Verde em Batatais abrigar o maior acervo sacro reunido do pintor brasileiro, internacionalmente reconhecido, Cândido Portinari. Tal acervo, desde 2009, encontra-se ameaçado por cupins e umidade no interior da igreja, à espera da resolução de um impasse entre a Paróquia e a Prefeitura Municipal.

Palavras-chave: Batatais. Arquitetura eclética. Patrimônio.

O TELEFÉRICO DO COMPLEXO DO ALEMÃO: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA TRÍADE PAISAGEM, POLÍTICA E TURISMO

SOARES, ADRIANO SANTOS; SILVA, JARDEL SANDY DA; BRITO, MARIANA VIEIRA DE
adrianoge@ufrrj.br

O intenso processo de urbanização associado à ausência de políticas públicas de habitação eficazes culminou em um intenso processo de favelização nas cidades brasileiras. Atraindo grande quantidade de força de trabalho, e não oferecendo opções de residência legalizada na cidade, era inevitável que o Rio de Janeiro visse surgir, a partir de então, uma nova forma de habitação que, pela precariedade de sua construção, e pelo desafio que representava ao controle urbanístico, constitui-se em verdadeira negação da estética de modernidade que se procurava dar a cidade. Esta forma de habitação foi a favela (ABREU, 1987). Estes espaços marginalizados, de grande vulnerabilidade social e forte estigmatização por parte da mídia e da sociedade em geral, têm, recentemente, se constituído como locus privilegiado da atuação do poder público. Neste movimento, desde 2007, o governo federal em parceria com outras esferas do poder público, através

do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), atua na cidade do Rio de Janeiro tendo como pontos de atuação preferencial áreas tradicionalmente marginalizadas pelo Estado e deficientes em infraestrutura, dentre elas o Conjunto de Favelas do Alemão. Intervenções urbanísticas transformaram radicalmente a paisagem deste local. Foram construídos diversos equipamentos urbanos, conjuntos habitacionais, instituições de ensino e de saúde, e ainda, mais notadamente, pelo fato de ser avistado de diferentes pontos da cidade, o sistema de teleférico, inspirado no bem-sucedido modelo de Medellín - Colômbia, com o objetivo de dinamizar a acessibilidade/mobilidade entre as favelas e integrá-las à cidade. Diante disto, podemos observar uma crescente valorização da paisagem local. Antes era estigmatizada e rejeitada, agora é vista com outros olhos por diversos atores da sociedade. Também é notória a crescente presença de turistas que visitam a comunidade via teleférico, sendo este o seu maior atrativo e, colocando assim, o Complexo do Alemão na rota do turismo da cidade. O presente trabalho tem como objetivo central discutir a valorização da paisagem do Complexo do Alemão a partir das intervenções urbanísticas do PAC Favelas, mais especificamente da inserção do teleférico, ou seja, a partir da inserção de marcos visuais/simbólicos de grande impacto imagético e as consequências dessa valorização em termos de desafios futuros e possíveis caminhos para a identidade e cidadania locais, visto que, agora a comunidade se apresenta como um novo destino turístico para a cidade e seus visitantes. Como metodologia se faz necessário um aprofundamento do referencial teórico referente ao conceito de paisagem, bem como o levantamento das intervenções do PAC no Complexo do Alemão e a

investigação dos rebatimentos causados pela atividade turística para população local, na tentativa de se revelar seus aspectos positivos e negativos.

Palavras-chave: Teleférico. Complexo do Alemão. Paisagem. Política. Turismo.

O TURISMO E A REUTILIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS HISTÓRICOS EM FUNÇÃO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

PAVAN, JULIANA S.; RIBEIRO, ROSINA TREVISAN M.
jupavan@globo.com

Percebemos no decorrer da história das cidades ocidentais que mudanças religiosas, políticas ou ideológicas de uma sociedade podem acarretar na perda da função original de edificações, ou, mesmo que a função não tenha sido extinguida, a arquitetura pode ser identificada pela crença anterior acarretando na sua destruição. A reutilização dos edifícios históricos tornou-se, então, essencial para a preservação do patrimônio cultural e a utilização visando o turismo é uma das formas de se garantir a salvaguarda e proteção destas edificações, oferecendo à sociedade o conhecimento dos edifícios e sítios do patrimônio cultural. Porém, a Carta de Turismo Cultural de 1976 alerta que o turismo, mesmo o cultural, também está ligado a “efeitos negativos, nocivos e destrutivos que acarreta o uso massivo e descontrolado dos monumentos e dos sítios” e a Carta de Petrópolis de 1987 afirma que a preservação do patrimônio edificado não pode ser condicionada a usos exclusivos, nem mesmo em função de usos culturais. Por estas razões existe a necessidade de se analisar a reutilização dos edifícios patrimoniais,

mesmo aquelas voltadas ao turismo cultural, pois o projeto de intervenção deve ser sempre compatível à edificação preservada. O objetivo principal deste artigo é analisar as normas e princípios de reutilização do patrimônio cultural edificado entendendo-o como fonte auxiliar para a compreensão da história social e cultural de uma sociedade, essencial para o fortalecimento da identidade coletiva de uma nação. Utilizamos para essa análise alguns dos principais documentos e Cartas patrimoniais que dissertam sobre a reutilização do edifício preservado, com o foco na relação da reutilização do edifício - ou conjunto histórico - com o turismo, o desenvolvimento da cidade e o retorno econômico, utilizando exemplos de casos do centro da cidade do Rio de Janeiro. A existência de uma permissividade excessiva a questões turísticas e econômicas, percebida em alguns casos de reutilizações “culturais” na cidade do Rio de Janeiro podem destruir o patrimônio cultural. O uso cultural nem sempre é adequado – compatível – a qualquer edifício histórico. Além disso, o simples fato de atribuir um uso cultural não torna a reutilização uma ação de caráter cultural, pois a adaptação de uso pode alterar em demasia o patrimônio edificado, e, até mesmo, a vocação social de um conjunto urbano. A função turística e o retorno financeiro dos edifícios históricos são importantes questões a serem analisadas para o desenvolvimento de uma cidade e, também, para contribuir na preservação do patrimônio cultural, mas não podem ser consideradas funções primordiais. Os edifícios herdados e protegidos órgãos de Patrimônio Cultural são fontes de memória coletiva, mas também são documentos, compostos por partes importantes que servem como fonte de dados e informações,

presentes em seus aspectos físicos. Por estas razões o desenvolvimento do programa e do projeto de readaptação de uso cultural deve ser analisado visando a preservação patrimonial, entendendo que o turismo deve estar em função da preservação e do conhecimento do patrimônio cultural de uma cidade, e não o contrário.

Palavras-chave: Reutilização. Uso cultural. Turismo. Patrimônio cultural.

**O TURISMO PATRIMONIAL NO
“VALE DOS VINHEDOS”- CIDADE
DE ANTONIO PRADO**
ESCORTEGANHA, MÁRCIA
REGINA; SANTIAGO, ALINA
GONÇALVES; BAYON, JACQUELINE
marciaescorteganha@gmail.com

Pretende-se evidenciar como a paisagem cultural pode contribuir para melhor gerir, desenvolver e divulgar o território; visando seu desenvolvimento associado as ações de gestão sustentáveis para e por meio da preservação de seu patrimônio . Pois a paisagem cultural revela o passado e o presente; como também a relação humana com o ambiente e fornece oportunidades econômicas, ecológicas e sociais. Daremos destaque aos bens culturais materiais e imateriais e patrimônios que marcam e modelam o território. Proporcionando a prática de gestão, valorização e conservação do patrimônio cultural e das paisagens culturais. Para exemplificar estes apontamentos sobre preservação de paisagem cultural e patrimônio; será mencionada a cidade de Antonio Prado pertencente ao Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha. Esta cidade é considerada o maior aglomerado urbano arquitetônico construído

em madeira no Brasil. Esta arquitetura foi criada pelos imigrantes italianos que chegaram à região em 1886, e formaram o núcleo histórico da cidade através das 48 casas construídas em madeira e pedra pelos imigrantes italianos. Essas casas foram tombadas como “Patrimônio Arquitetônico Nacional”. Isto foi o resultado da imigração italiana vinda da região do Vêneto- Itália a partir de 1875 para o sul do Brasil, influenciando na construção da paisagem cultural do “Vale dos Vinhedos”. A imigração ocorreu, devido as condições precárias na Itália (crise econômica e conflitos de guerra), assim como a intenção de expansão territorial através da colonização direcionada à países da América Latina.

Palavras-chave: Paisagem cultural. Patrimônio. Preservação. Desenvolvimento sustentável.

**PAISAGENS TENSIONADAS:
TURISMO E PRESERVAÇÃO
PATRIMONIAL NAS FREGUESIAS
LITORÂNEAS CATARINENSES**
PIMENTA, MARGARETH C. A.;
PIMENTA, LUÍS F.
afeche@arq.ufsc.br;
pimenta.margareth@gmail.com

Reconhece-se, atualmente, as potencialidades do turismo como elemento propulsor da valorização patrimonial. Nisso se constitui, apenas, uma de suas virtualidades. Como uma das atividades mais dinâmicas do setor terciário, o turismo apresenta hoje, grandes possibilidades de ampliação tanto na escala populacional quanto territorial. As cidades, adaptando-se às novas possibilidades, tratam, então, de colocar em destaque, diferencialmente, suas peculiaridades, históricas ou naturais, no sentido de

atrair esses recursos que apresentam tendências claramente expansivas. O turismo induz, no entanto, expectativas discordantes, que dependem em grande parte da composição de interesses que se materializam localmente. Se por um lado, pode permitir um reforço preservacionista às cidades que possuem um patrimônio histórico socialmente reconhecido, contraria essa lógica quando capitais turístico-imobiliários, propensos a processos de renovação urbana, tornam-se praticamente hegemônicos. Florianópolis e as cidades litorâneas catarinenses ficam, assim, no fio da navalha, equilibrando-se de forma instável entre olhares divergentes. A preservação patrimonial no decorrer do século XX acabou ocorrendo por fatores aleatórios, quer seja pela estagnação econômica municipal ou pela inadequação dos centros urbanos às novas atividades dinâmicas. Ocupada, inicialmente, a partir do litoral, Santa Catarina dispersa diversas freguesias ao longo da costa, objetivando a defesa territorial, mas constituindo, também aguada para os navios que aqui aportavam em direção ao Rio da Prata. Esse ciclo inicial de ocupação garantiu um rico acervo de fortalezas, assim como desenhou as áreas centrais das atuais cidades marítimas catarinenses, as mais antigas do Estado, assentadas em processos migratórios, sobretudo açorianos, que se faziam reproduzir a partir das atividades agrícolas e pesqueiras. Se muitas dessas paisagens históricas puderam permanecer, inclusive com seus rituais e valores simbólicos, isso se deveu, em grande parte, ao processo de interiorização do desenvolvimento industrial. A construção da BR-101 e sua impulsão ao setor turístico, a partir dos anos 1970, promovem a expansão urbana dos municípios litorâneos, ameaçando inclusive os mais

importantes núcleos patrimoniais de Laguna, São Francisco do Sul e Florianópolis. Assentando-se sobre a balneabilidade, o turismo volta-se, em geral, para novas áreas praias, distantes dos antigos ancoradouros onde se constituíram os centros históricos sem, no entanto, deixar de propagar desigualmente sua influência renovadora por toda parte. A fragilidade das intervenções municipais, suscetíveis às demandas corporativas, atribuiu, então, às esferas federais um papel decisivo em termos da permanência das paisagens ou dos resquícios patrimoniais. A atuação das administrações locais, além de tecnicamente irrisória, reforça a desvalorização patrimonial, a partir da proposição de Planos Diretores que promovem acelerados processos de verticalização no entorno dos imóveis históricos. Se a interferência federal permitiu a revalorização patrimonial, sua viabilidade depende da gestão municipal, no sentido de constituir paisagens vitalizadas. Trata-se, portanto, de reverter o sentido de prevalência entre mercantilidade espacial e patrimônio histórico, o que só se torna viável com a presença impositiva do domínio público. O turismo, associado à educação patrimonial, pode estimular, assim, a ampla socialização do legado histórico e permitir o diálogo das identidades territoriais, a partir da permanência da diferenciação dos lugares.

Palavras-chave: Paisagens históricas. Turismo. Preservação patrimonial.

**PATRIMÔNIO CULTURAL E
TURISMO: A REABILITAÇÃO
DO CENTRO HISTÓRICO DE
GUIMARÃES EM PORTUGAL**
NEVES, CLEMENTINA I. N. M.;
PIMENTA, MARGARETH C. A.

clementina_1@hotmail.co;
afeche@arq.ufsc.br

Nos centros das cidades, encontram-se processos históricos diversificados que se exprimem nos espaços construídos, na infraestrutura urbana, no comércio e serviço, bem como nas atividades turísticas e de lazer. O patrimônio refere-se ao conjunto da cidade, aos espaços e interstícios urbanos que, somados aos edifícios de valor histórico, são portadores de memória. Os centros revelam marcas sociais e culturais resultantes de uma construção histórica, cenários da memória social. Nesse sentido que nos centros históricos podemos presenciar a rugosidade do espaço, tal como definido por Milton Santos. Este trabalho pretende fazer conhecer o centro histórico da cidade portuguesa de Guimarães e o processo de revalorização atual, decorrente de projeto de candidatura de Capital Europeia da Cultura, efetuado em 2006. A cidade de Guimarães foi escolhida pela singularidade da sua história, como berço da nacionalidade portuguesa, no séc. XII, e dada a sua riqueza monumental. O conceito do projeto manifesta um carácter múltiplo de construção de cidade, de espaços e de territórios, de construção de paisagens, de relações humanas e sociais, de tradições e costumes, de valores, do simbólico, do imaginário e da criação artística. As cinco temáticas propostas apresentam-se sob a forma de par/binómio de conceitos: identidades/ memórias; diálogo/paisagem; criatividade /conhecimento/paisagem; artes/diversidade; criatividade/conhecimento; culturas do quotidiano/cidadania. Os objetivos do projeto podem agrupar-se em três níveis: 1. construção da cidade de criação contemporânea; 2. a cidade competitiva no contexto

nacional e europeu; 3. construção de uma Europa de Culturas, de Diálogo, de Cidadania. Os agentes financiadores foram: FEDER/PO Norte, Ministério da Cultura, Turismo de Portugal, Município de Guimarães. A experiência de reabilitação urbana de Guimarães (1979-1980) inicia-se com o embrião de uma associação para a defesa do património da cidade, a Associação Muralha, de 1981. O arquiteto Nuno Portas, nesse ano, propõe a criação de um “Gabinete (Municipal) do Centro Histórico”. Em 1985, cria-se um Gabinete Técnico Local (GTL), ligado à Câmara Municipal. É o município que controla este processo de reabilitação do centro histórico de Guimarães integrando equipas, procurando as lógicas mais coletivas e o debate público. Baseou-se em alguns documentos internacionais tais como: a Carta de Atenas, a Carta de Veneza e o conceito de reabilitação integrada, proveniente dos encontros de Amsterdão. A experiência de Guimarães destaca-se pelo equilíbrio conseguido entre o que muda e o que, apesar de todas as mudanças permanece. A reabilitação do centro histórico em ligação com outras áreas, levanta questões que são respondidas no sentido do desenvolvimento económico, social e cultural. Guimarães, Capital Europeia da Cultura 2012, através da Fundação da Cidade de Guimarães - organização que implementou de forma sistemática o projeto - apresentou como objetivo estrutural, posicionar a cultura como acelerador da valorização do território e do património, bem como do incremento sustentável da qualidade de vida das gerações presentes e futuras. Este programa infraestrutural abrange a reabilitação de edifícios públicos e privados de interesse patrimonial bem como a qualificação de áreas urbanas e

espaços industriais. Resgatando-os da destruição sofrida ao longo do tempo. Esta estratégia promove a identidade cultural nas perspectivas patrimonial e simbólica.

Palavras-chave: Reabilitação. Patrimônio. Centro Histórico. Turismo.

**PATRIMÔNIO IMATERIAL E
TURISMO: UM ESTUDO DA FESTA
DO ROSÁRIO EM DIAMANTINA-MG**
SILVA, RUBEMIRIAM L.
rubemiriamleal@yahoo.com.br

Nas várias cidades coloniais de Minas Gerais, as festas religiosas sempre se revestem de um brilho excepcional, oferecem grandes oportunidades de estudos sobre nossos costumes e os aspectos folclóricos das nossas tradições. Em Diamantina/MG, a Festa do Rosário é uma festa popular que permite recolher os rasgos característicos tão expressivos dessa região com sua marcante cultura. A manifestação surgiu da mistura das culturas africanas e européias, ainda na época da colonização do Brasil em virtude à adoração dos negros por Nossa Senhora do Rosário. O patrimônio cultural de Diamantina é apresentado como lócus de manifestações tradicionais e populares de forte expressão. A tradição cultural apresenta-se quase sempre a partir dos eventos culturais que movimentam a cidade e constituem elementos fundamentais ao patrimônio intangível que possui, apresentando o turismo cultural como uma alternativa de apropriação do patrimônio intangível. O objetivo foi apresentar uma discussão sobre a relação entre patrimônio imaterial e turismo, através da abordagem dos aspectos da Festa do Rosário na cidade de Diamantina. Respectivamente, analisar a conciliação entre a manutenção e a

valorização da autonomia das tradições culturais e o impacto do movimento turístico. Em uma abordagem qualitativa, foram realizadas a pesquisa bibliográfica, o trabalho de campo através da observação da festa e entrevistas realizadas com perguntas abertas, utilizadas para levantar a percepção dos entrevistados. Os resultados apontam que a Festa do Rosário não é apenas uma comemoração religiosa que detêm um conjunto de bens patrimoniais que estão inseridos dentro da “cultura festeira” dos Diamantinenses e que se constituiu em um espaço desenhado pelo tempo, mas também uma oportunidade de que o evento através do seu simbolismo se mantenha vivo e contribua para o fortalecimento da memória coletiva e da identidade cultural da própria comunidade. A constatação foi de que o patrimônio imaterial não é um simples atrativo turístico, mas um artifício capaz de preservar uma identidade cultural, e que o desenvolvimento turístico deve conciliar-se aos objetivos da manutenção do patrimônio de uma comunidade podendo contribuir para a valorização das suas raízes.

Palavras-chave: Patrimônio Imaterial. Turismo. Festa do Rosário. Diamantina.

**PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E
TURISMO: O CINE BANDEIRANTE
EM SABARÁ (MG) E SUA
CONSERVAÇÃO SUSTENTÁVEL**
MUNAIER, FELIPE C.
felipesabara@hotmail.com

O objetivo deste artigo é desenvolver uma breve discussão em torno da importância da memória do lugar como um elemento que atribui sentido ao bem cultural e, conseqüentemente, como um caminho para viabilizar a sua conservação enquanto um ambiente construído

que compõe tanto a paisagem urbana quanto a relação identitária entre população e cidade. A memória do lugar ajuda a comunidade a definir um passado comum e a apropriar-se do bem patrimonial, o que favorece a promoção da sua conservação de forma mais duradoura. O artigo utiliza o Cine Bandeirante, em Sabará (MG), como um estudo de caso que ajuda a demonstrar como um lugar que perde sua ligação com a sociedade tende a perder sua memória e a cair no esquecimento. O auge de seu funcionamento ocorreu de 1959 até aproximadamente 1978, quando entrou em gradual decadência. Atualmente o prédio do cinema encontra-se sem nenhum uso e em precário estado de conservação. O cinema deve ser compreendido como um lugar de memória, ou seja, um lugar que fez parte da vida das pessoas e da cidade, mas que não é apenas um resquício do passado. O estudo busca mostrar que o Cine Bandeirante, mesmo que não cumpra mais suas funções originais, precisa dialogar com o presente, assim como qualquer outro bem cultural. Nesse sentido, é preciso ponderar que na contemporaneidade a conservação do patrimônio cultural tem o turismo como um de seus alicerces. Essa atividade, inserida em um projeto sustentável, configura-se como uma ferramenta para o desenvolvimento local e corrobora com a conservação patrimonial diretamente relacionada à qualidade de vida.

Palavras-chave: Patrimônio. Sustentabilidade. Turismo. Memória. Cinema. Sabará.

PERSPECTIVAS FUTURAS DO GRUPO DE CONTADORES DE ESTÓRIAS MIGUILIM COMO

POSSÍVEL PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

CASTRO, LUIZA G.

lgontijodecastro@gmail.com

Esta monografia baseou-se em um Estudo de Campo realizado na cidade de Cordisburgo – MG, durante a XXIII Semana Roseana, de 10 a 16 de julho de 2011. Seu objetivo inicial foi reunir argumentos, junto aos vários atores ali presentes – jovens e coordenadores do “Grupo de Contadores de Estórias Miguilim”, moradores locais e visitantes –, que comprovassem a autenticidade do “Grupo de Contadores de Estórias Miguilim” como legítima manifestação de patrimônio cultural imaterial. Diante da informação obtida, então, de que um requerimento nesse sentido já estava sendo protocolado junto ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA, o objetivo passou a ser a confrontação entre as evidências obtidas no Estudo de Campo e as Salvaguardas presentes no referido requerimento, de forma a se explorar as perspectivas futuras do ‘Grupo’. Os resultados entendem que, em grande parte, essas evidências e essas Salvaguardas apontam na mesma direção, mas que aspectos adicionais podem e devem ser considerados.

Palavras-chave: Grupo de Contadores de Estórias Miguilim. Miguilim. Guimarães Rosa. Cordisburgo. Semana Roseana. Museu Casa Guimarães Rosa.

PONTAL DO PARANAPANEMA: TURISMO, PAISAGEM E CONTRASTES

SANTOS, CLEDIANE N.; THOMAZ, ROSANGELA C.C.

cledianenascimento@yahoo.com.br

Este artigo tem o propósito de estudar a paisagem cultural do município de Rosana/SP, localizado no Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema. Para isso, foi realizado o levantamento parcial das ações culturais na localidade. Dessa forma, um aprofundamento teórico da relação espaço, geografia da cultura e geografia do turismo se faz necessário para melhor compreender as suas interfaces; e assim traçar um quadro da realidade desse Território da Cidadania, destacando as principais fragilidades e potenciais recursos que poderão ser revitalizados e aproveitados numa óptica turística. A metodologia empregada no desenvolvimento deste trabalho foi pesquisa de campo nos assentamentos, com o intuito de identificar políticas públicas às manifestações culturais existentes ou aquelas adormecidas do município. Leituras dos documentos relativos ao Território da Cidadania, e outras leituras pertinentes para o bom andamento do trabalho. Os principais resultados obtidos até o presente momento sobre o Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema, pode-se dizer que a cultura identificada no espaço rural, especialmente nos assentamentos rurais Gleba XV de Novembro e Nova Pontal são festividades de cunho religioso, tais como: Nossa Senhora Aparecida, Sagrado Coração de Jesus, Santa Luzia e São Francisco de Assis; e outras festas, como por exemplo: Folias de Reis, festa de Aniversário da Gleba XV de Novembro, festa da Mandioca, Roda de Viola. Além da presença no município do Ponto de Cultura "ISCAP Pela Cultura, a agenda cultural de 2009, 2010 e 2012 de Rosana entre outras.

Palavras-chave: Assentamentos rurais. Manifestações culturais. Políticas públicas. Ponto de cultura. Turismo no espaço rural.

PRAÇA NOSSA SENHORA DA GRAÇA: PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO EM PARNAÍBA

RODRIGUES, ÍSIS MEIRELES

isis_meireles@hotmail.com

O presente trabalho intitulado "Praça Nossa Senhora da Graça: Patrimônio, Cultura e turismo em Parnaíba" tem como tema o estudo sócio cultural e arquitetônico das transformações sofridas pela Praça da Graça e seu entorno imediato, localizada na região litorânea do estado do Piauí, centro histórico do município de Parnaíba. O recorte cronológico do objeto de estudo abrange de quando ainda era denominada Vila de São João da Parnaíba, nos anos de 1770 até o ano de 2008 quando se tornou patrimônio Histórico Nacional. Enquadra-se no eixo temático Patrimônio, Cultura e Turismo. Esse artigo é derivado dos estudos para a dissertação do programa do Mestrado em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí sob orientação da Prof. Dr. Alcilia Afonso, Kaki. Tem como objetivo compreender as intervenções ocorridas nesta Praça e a relevância do local para a comunidade parnaibana, traçando um paralelo com a realidade em que a mesma se encontra na contemporaneidade. A análise visa contribuir para a educação patrimonial estimulando novas pesquisas nos conjuntos históricos piauienses. A Metodologia utilizada aborda duas linhas, uma histórica baseada em fontes primárias e secundárias bem como documentos publicados ou inéditos, pesquisa iconográfica, cartográfica, historiografia oral, textos e livros referentes ao tema. A segunda linha é arquitetônica, baseada na metodologia desenvolvida por Serra bem como visitas em loco. De maneira a melhor apreender o significado do conceito patrimônio, sua relevância histórica, social e preservação,

é necessário o conhecimento de autores que fazem referência às edificações e sua salvaguarda. São itens móveis ou imóveis cuja participação foi ou é relevante na construção de memória de uma sociedade. (CHOAY, 2007) O meio urbano relaciona-se intimamente com a população a medida em que é vivenciado, modificado e readaptado, acompanhando sempre as transformações das mentalidades e costumes do local inserido. A memória dos habitantes encontra-se fortemente registrada em sua configuração urbana, pois uma sociedade só se desenvolve em um enquadramento espacial. Essa construção de memória coletiva é bastante presente em espaços públicos de convivência, como as praças. (HALBWACHS, 1990). A praça da Graça constitui-se marco zero de formação da urbe de Parnaíba e a pesquisa proposta é inédita, não havendo registros que analisem de maneira cronológica e linear o foco em questão. O objeto encontra-se em um município de valor histórico, potencial turístico e econômico para o Piauí e vizinhança. A praça passou por inúmeras intervenções que levaram às descaracterizações e retiradas de itens de valor sentimental e histórico, devendo ter sua história preservada. Considerando a falta de informações sobre o desenvolvimento histórico das cidades do Piauí em sua totalidade, é necessária ampla investigação e documentação do que se refere ao desenvolvimento urbano e arquitetônico de seus centros populacionais antigos. O resgate da memória de um local repleto de fatos históricos é vital para a compreensão da transformação social. O potencial turístico inato a centros históricos deve ser desenvolvido de maneira sustentável incorporando a população local e a partir do estudo do passado se obtêm subsídios para intervenções eficazes, sustentáveis e historicamente fundamentadas.

REFERÊNCIAS:

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio histórico; tradução de Luciano Vieira do Piauí. BH. Rona. 2007. 3 vol. Sítios históricos de campo Maior e Pedro II, Dossiê para proteção. IPHAN, 2007.

HALBWACHS, Maurice. A memória Coletiva. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda. 1990.

Palavras-chave: Patrimônio cultural piauiense. Cultura parnaibana. Desenvolvimento sustentável.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CATAGUASES - O TURISMO SUSTENTÁVEL E OS BENS MODERNISTAS TOMBADOS
CORREIA, ELISABETE
elisabetekropf@gmail.com

Este artigo trata da preservação do patrimônio cultural da cidade de Cataguases, o turismo sustentável e os bens modernistas tombados, considerando este patrimônio como destino turístico, através das políticas públicas que valorizem e preservem estes recursos outorgando aos mesmos um novo uso por meio da atividade turística. A cidade de Cataguases se destaca na Zona da Mata Mineira, teve suas primeiras experiências com a arquitetura moderna no início dos anos 40, no mesmo momento em que esta se afirmava no Brasil e definia uma linguagem própria que a destacaria no panorama da produção mundial. Por conta disto, a cidade, em 1994, teve seu sítio histórico central tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) por ser considerado importante para a cultura nacional.

Entende-se que o patrimônio histórico de uma cidade deva ser preservado e assimilado pela sua comunidade prevendo ainda, ações que possam torná-lo sustentável e atraente. Como fator de desenvolvimento econômico, o turismo pode gerar renda através do aquecimento do comércio, através do gasto do turista nos diferentes setores em que o produto é oferecido, podendo contribuir com o aumento de empregos. No campo cultural pode contribuir para a proteção e preservação do patrimônio histórico.

Palavras-chave: Turismo. Preservação do Patrimônio. Arquitetura. Sustentabilidade.

ROTAS TURÍSTICAS, TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL: ESTUDO SOBRE A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DO TRECHO DA ESTRADA REAL ENTRE AS CIDADES DE SERRO A DIAMANTINA/MINAS GERAIS
SILVA, ELCIONE LUCIANA
elcioneluciana@yahoo.com.br

A possibilidade de realizar de obras de pavimentação asfáltica entre as cidades de Serro a Diamantina localizadas do Alto do Jequitinhonha/Minas Gerais surgiu como fator relevante para alavancar o desenvolvimento turístico dos distritos localizados neste trecho e tem sido tratada de forma esperançosa por seus moradores que acreditam que o acesso poderá gerar um fluxo significativo de turistas para a região. A estrada que liga Serro a Diamantina e contempla o caminho da Estrada Real nunca foi pavimentada, o que contribuiu para que a região estivesse geograficamente isolada de outras cidades e conseqüentemente permitiu a preserva-

ção de diversos elementos que remetem a exploração de pedras preciosas em Minas Gerais durante o período colonial. Ao mesmo tempo que o calçamento traz expectativas em relação ao aumento da visitação turística, traz também preocupações em relação à compatibilidade para recepcionar tal obra e fatores que envolvam a preservação do patrimônio cultural existente. A atividade turística se caracteriza pelo deslocamento das pessoas de um local para o outro, e, portanto as facilidades de acesso são necessárias para favorecer tal deslocamento e viabilizar o desenvolvimento local por meio do turismo. O presente artigo tem como principal objetivo abordar assuntos referentes a importância das facilidades de acesso para promoção do desenvolvimento turístico num destino e a necessidade de ações que garantam a preservação do patrimônio cultural, tendo como estudo as obras de pavimentação asfáltica do trecho da Estrada Real entre as cidades de Serro a Diamantina/MG. A pesquisa evidenciou principalmente os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, distrito da cidade de Serro que possuem um patrimônio natural e cultural ainda frágil. Tal pesquisa considerou o fato de que tais distritos possuem monumentos tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/MG) e a nível municipal pelo Conselho Deliberativo de Patrimônio Cultural de Serro, o que reforça a necessidade de estudos de impactos culturais nestas comunidades. Além do mais, questionamentos sobre a originalidade do trajeto enquanto parte do contexto histórico do período colonial faz com que gestores públicos reflitam sobre a importância da preservação do trecho da Estrada Real para o turismo e sobre a necessidade de

garantir o acesso das comunidades aos serviços de saúde, educação e cultura. A pesquisa utilizou fontes primárias, como formulação de questionário aplicado aos empresários de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras e entrevistas semiestruturadas aplicadas para as organizações públicas e privadas e comunidade. A pesquisa utilizou também fontes secundárias baseadas em bibliografias e documentos que apoiaram o estudo de caso como ata das reuniões na ocasião da apresentação do projeto de calçamento do trecho, projeto de calçamento. Sendo assim, esta pesquisa reforça sobre a necessidade de realizar estudos mais aprofundados sobre os impactos causados em decorrência de intervenções significativas no espaço turístico como é o caso de tal obra, de forma a sugerir que o desenvolvimento do turismo em destinos de base comunitária seja acompanhado de ações que possam garantir que os valores culturais presentes nestas comunidades não se percam.

Palavras-chave: Desenvolvimento turístico participativo e responsável. Impactos do turismo. Rotas turísticas. Patrimônio cultural.

**TURISMO CULTURAL:
DESENVOLVIMENTO LOCAL
ATRAVÉS DA PROMOÇÃO DOS
PATRIMÔNIOS MATERIAL E
IMATERIAL DE PELOTAS**
COSTA DA SILVA, FERNANDA;
MARTINS DA SILVA, ALINE
fernandacds@hotmail.com

A ideia de “memória urbana” é relativamente nova na sociedade brasileira e, se por um lado o contexto da globalização tem como cerne as tecnologias de

ponta, verifica-se também uma grande valorização dos projetos que remetam aos atributos formadores da cultura e ao enaltecimento da memória de uma sociedade. Na atualidade, sabe-se que tanto patrimônio edificado como o simbólico de um município pode corroborar para o desenvolvimento do segmento turístico denominado Cultural, o qual integra a Cultura enquanto processo e enquanto produto. E, mais especificamente na conjuntura brasileira, são cada vez mais expressivas as ações que visam o resguardo dos elementos culturais de uma cidade. Como segmento que se utiliza dessas ações, no Turismo Cultural percebe-se o incremento de estratégias dos destinos turísticos para a promoção dos patrimônios culturais de municípios e regiões. Como evidência dessa tendência de mercado turístico, o presente artigo elucidará as articulações possíveis entre processos, produtos e recursos humanos para o incremento do Turismo Cultural, tendo como estudo de caso o município de Pelotas, localizado no Rio Grande do Sul, Brasil. A partir da criação de uma secretaria específica para o turismo, da organização do setor com profissionais capacitados, em conjunto com os estudos das universidades, a cidade de Pelotas teve expressivos resultados de incremento turístico, em especial no que tange ao Turismo Cultural. Neste eixo, um significativo fenômeno atrator de turistas é analisado neste trabalho, qual seja a gastronomia da cidade, mais especificamente sua tradição doceira. Nessa perspectiva, busca-se evidenciar como a preservação de uma tradição pode ser apropriada turisticamente, mediante alternativas sustentáveis de desenvolvimento. Para tanto, serão analisadas ações adotadas entre os anos de 2005 e 2008, desenvolvidas em sistema de parceria, com par-

ticipação de comerciantes locais, Poder Público Municipal e Universidade Federal de Pelotas. As ações objetivaram tanto a divulgação turística da cidade em questão, como também a preservação de seus patrimônios materiais e imateriais. Como resultado, é evidenciada a urgência do estabelecimento de uma rede de cooperação com um corpo técnico capacitado, bem como mediante a participação dos atores da sociedade civil. Isso porque, quanto mais atores engajados em um projeto, melhor e mais amplos serão os resultados, desde que, evidentemente, haja detenção de conhecimentos específicos técnicos e científicos para tanto. Nos estudos de caso, foram contempladas redes que envolveram as instâncias política, técnica e operacional, o que corroborou aos resultados positivos das estratégias adotadas. Cabe destacar, igualmente, a importância de se envolverem nos processos de desenvolvimento turístico municipal a comunidade anfitriã, visto que somente através dela é possível haver um processo de legitimação dos trabalhos turísticos e, conseqüentemente, um desenvolvimento turístico mais responsável e condizente com a realidade do município ou da região em que o setor estiver sendo fomentado. Não obstante, os estudos de caso balizam para a possibilidade de instâncias máximas de governo, de ensino e de pesquisa, serem capazes de se aproximarem da base econômica de uma cidade para um fim comum, qual seja a promoção turística municipal.

Palavras-chave: Turismo Cultural. Sustentabilidade. Patrimônio material. Patrimônio imaterial. Planejamento. Gestão.

TURISMO E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO: DESAFIOS NA

PRESERVAÇÃO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL ASSUNÇÃO, PAULO DE assuncao@prestonet.com.br

Este artigo visa a apresentar aspectos da interdependência entre o planejamento turístico e o planejamento urbano. Em se considerando o crescimento da atividade turística e das cidades, questões correlatas à necessidade da preservação do patrimônio natural e cultural emergem com intensidade nos estudos mais recentes. Por conseguinte, é importante analisar o processo como os seres humanos estabelecem suas relações com o ambiente em que vivem e com o patrimônio herdado dos antepassados. A identidade do lugar passou a ser um elemento que diferencia cada vez mais as cidades e os produtos turísticos, sendo necessário entender a função pública do espaço urbano e da paisagem. Neste sentido, procuramos destacar como ocorre a relação homem com a natureza na cidade de Curitiba na segunda metade do século XX, enfatizando como os espaços verdes passaram constituir um patrimônio natural e cultural, transformando-se em atrativos turísticos.

Palavras-chave: Turismo. Urbanização. Preservação. Patrimônio. Cidades.

TURISMO E PAISAGEM CULTURAL. A REVALORIZAÇÃO DAS TÉCNICAS TRADICIONAIS E DA ARQUITETURA NAS PAISAGENS DO MEIO-OESTE CATARINENSE PIMENTA, LUÍS F. lpimenta@arq.ufsc.br

Incluindo-se no desenvolvimento acelerado do setor terciário, o turismo tem

aparecido como um dos setores econômicos mais dinâmicos da atualidade. Exatamente por se caracterizar como novo setor de expansão capitalista abre-se a possibilidade de ampliação das escalas de mercado, incorporando gradativamente novas camadas populacionais que são mobilizadas para essa nova fronteira de atividade, quer seja como produtores ou como consumidores. À ampliação da demanda corresponde, também, um alargamento da escala de penetração, reorganizando os locais para essa nova inserção. Todos os lugares se conectam em tempos cada vez mais reduzidos. Os deslocamentos são facilitados. As cidades oferecem-se à visitação, ampliando a importância das especificidades dos lugares, que pode ser alcançada pela valorização do legado histórico. Abre-se, então, uma enorme possibilidade de recolocar os termos da questão, podendo fazer coexistir desenvolvimento econômico e preservação patrimonial. Em Santa Catarina, o turismo atuou, muitas vezes, de forma contraditória, dependendo da tomada de posição dos dirigentes locais. Renovação ou proteção patrimonial constituiu o centro dos debates entre os setores sociais, dependendo da visão e dos compromissos que variavam entre o caráter especulativo ou preservacionista. Muitas cidades catarinenses viveram as duas formas combinadamente. Em alguns casos, houve destruição de áreas históricas para dar lugar à atualização dos signos de ostentação. Imóveis de inestimável valor histórico foram substituídos por arquiteturas banalizadas ou mesmo pastichizadas. Ao mesmo tempo, bens patrimoniais ganham destaque e são preservados, no mesmo fôlego impulsor do desenvolvimento turístico que ali, bem perto, havia transformado vorazmente importantes áreas históricas. Na maior parte das ve-

zes, as cidades catarinenses são resultado de todos esses processos, fazendo coexistir preservação, pastiche e renovação. Santa Catarina possui uma história construída por processos migratórios que marcaram, ao mesmo tempo, a paisagem e os hábitos das populações locais das diferentes regiões em que se instalaram. Tomando-se como exemplo a migração austríaca de Treze Tílias, tem-se um espaço profundamente marcado pela cultura inicial, configurando a arquitetura urbana e rural, a forma de organizar o espaço, as relações interpessoais, os costumes e as tradições locais. Superando um longo período de esquecimento, resolveu-se, a partir dos estímulos dos governos municipais e estaduais, dar maior atenção aos traços culturais originários, no sentido de promover a atratividade turística. A resultante desse processo combina, no entanto, novos imóveis em “estilo austríaco” com as permanências tradicionais. Nos dois casos, houve um terceiro resultado totalmente inesperado: a sobrevivência do saber-fazer de trabalhadores altamente qualificados em técnicas construtivas tradicionais que tendiam ao desaparecimento. Com a intencionalidade de promover a falsificação, marcada temporalmente pela inserção da nova sede da Prefeitura, houve o ressurgimento da valorização desses trabalhadores e de suas tradições que contam suas histórias, apontando as obras que realizaram, as quais querem ver permanecer nos espaços da cidade. Fizeram-se ouvir e buscaram revalorizar seus traços culturais. A paisagem de Treze Tílias apresenta-se com todas as marcas dessa rica cultura originária e por ela tem sido destacada.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Turismo. Cultura austro-brasileira.

VALORIZAÇÃO DO TURISMO LOCAL ATRAVÉS DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO

TAVARES, FABIANA M.; BARBOSA, TERESA
fabimtm@gmail.com

Os bens culturais constituem um elemento essencial da formação dos povos, pois são produtos, marcas e testemunhos das diferentes culturas, pensamentos e realizações intelectuais do passado. Dessa forma, constata-se a necessidade de preservar essa herança, inserindo-se os conceitos de preservação e restauração do patrimônio cultural na manutenção da identidade e na transferência de conhecimento de uma sociedade. E em se tratando do patrimônio cultural edificado e considerando a transferência de conhecimento e reconhecimento de patrimônio local para sua valorização e incorporação em produto para o desenvolvimento do turismo sustentável, torna-se necessário à conservação, não somente sua aparência, mas também, a manutenção da integridade de todos seus elementos constituintes como um produto único da tecnologia específica de seu tempo de produção, sendo base para a manutenção da ambiência de núcleos e cidades. Para tanto, torna-se necessário ampliar as discussões acerca da orientação para o trabalho de preservação a ser implementado que considere o conhecimento dos aspectos teóricos e críticos, formais e documentais, materiais e técnicos relacionados ao bem. Dentro dessa lógica e tendo como pano de fundo a arquitetura de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, que remete as composições das áreas de primeira ocupação, o presente trabalho tem como objetivo correlacionar a preservação do patrimônio cultural edificado e valo-

rização do turismo local apontando as operações a serem implementadas para o trabalho direto com os bens que contemple sua história, seu conhecimento, os sistemas construtivos, os materiais utilizados, as análises e diagnóstico dos problemas a serem sanados e a composição de projetos de restauração quando necessários, tratando os bens edificados de forma integrada e sistêmica. Para alcançar os objetivos dessa pesquisa, a metodologia de pesquisa utilizada consistiu-se em revisão bibliográfica da questão da evolução histórica da arquitetura em Minas Gerais e seus elementos de composição, agentes de degradação e suas causas, metodologia de projeto e turismo patrimonial. Como resultados, definem-se diretrizes, critérios e procedimentos para preservação do bem edificado, correlacionando-se a preservação do patrimônio cultural e a valorização do turismo local. Visa-se assim, com o reestabelecimento da unidade do bem e aumentando sua durabilidade, certificar através da autenticidade (ponto focal da preservação) a garantia de um produto seguro a ser trabalho no desenvolvimento do turismo em núcleos ou cidades, avaliando também a transmissão de seus significados para as atuais e futuras gerações.

Palavras-chave: Preservação. Bens edificados. Turismo local.

VIAÇÃO FERROVIÁRIA CAMPINAS – JAGUARIÚNA: UM ESTUDO SOBRE A REUTILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO COMO ATRATIVO TURÍSTICO

OLIVEIRA, SHEYLA DE.; OLIVERIA, EDUARDO ROMERO DE
sheyla.oliveira18@hotmail.com

A partir da década de 70 testemunhou-se por todo o mundo a reutilização dos bens ferroviários, por encargo de Associações de Preservação Ferroviárias com a finalidade de preservar o patrimônio, ferroviário como representação do passado para o desenvolvimento da atividade turística na região onde está localizado. Os trens brasileiros são historicamente voltados para o transporte de cargas. A partir da implantação de trens turísticos, aparecem como a possibilidade de fomentar a preservação patrimonial, tanto de elementos relacionados ao transporte ferroviário, como de outros aspectos intrínsecos à cultura do espaço. A Viação Ferroviária Campinas-Jaguariúna (VFCJ) foi a pioneira ao resgate do sucateamento no ano de 1979, por atuação da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária. (ABPF), fundada em 1977. A associação administra atualmente locomotivas à vapor no trecho de Campinas à Jaguariúna, o qual possui 24 quilômetros de extensão e atua por meio do transporte de passageiros com o objetivo de preservação da memória ferroviária. A Associação Civil opera também outros 6 trechos brasileiros operantes. Este trabalho tem por objetivo examinar e identificar como o turismo ferroviário tem auxiliado no processo de valorização e preservação do patrimônio cultural por meio do reuso do patrimônio ferroviário e o papel da associação civil neste processo de implantação e preservação da ferrovia turística. A metodologia aplicada na obtenção de maiores detalhes da operação desse “passeio turístico” e a implantação da ABPF baseia-se nas técnicas de história oral com membros da associação. Foram feitos levantamentos sobre o perfil dos visitantes por meio da aplicação de questionários, levantou-se dados relacionados à infraestrutura turística

ca do entorno e pesquisas bibliográficas. Durante a pesquisa constatamos que o passeio turístico no início era realizado em apenas um pequeno trecho de ida e volta, partindo de Jaguariúna rumo ao município de Carlos Gomes. Neste tempo ainda não existia bilheteria, tampouco eram feitos agendamentos prévios dos passeios, tornando-se difícil a conciliação de do horários com possíveis excursões. Com o passar do tempo, o passeio foi reestruturado, partindo tanto de da uma estação do município de Campinas, quanto da cidade de Jaguariúna, contava ainda com a presença de visitantes da região e de outros estados, aos finais de semana e feriados, com estrutura adequada à venda, monitoria e atendimento de aos passageiros. Por ser uma entidade sem fins lucrativos a associação sobrevive de doações e do lucro da venda de suvenires, revertido à manutenção das linhas e dos carros de passageiros. Por não haver divulgação do passeio pela própria Associação, o grande chamariz para esta atividade fica a critério dos recursos de mídia televisiva, comerciais, noticiários, além da divulgação Tête-à-tête partindo dos próprios visitantes. A motivação dos visitantes gira em torno de suas vivências e/ou curiosidades sobre a locomoção por meio de trilhos. A promoção da revitalização das ferrovias turísticas, com reuso do patrimônio ferroviário se faz relevante quanto a amplitude e importância do patrimônio material e imaterial.

Palavras-chave: Ferrovia turística. Turismo cultural. Memória. Patrimônio industrial.

EIXO 2 PLANEJAMENTO PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL

ECOMUSEU MOCAMBEIRO: UMA INICIATIVA COMUNITÁRIA PARA A SUSTENTABILIDADE

ARMOND, MÁRCIA A.

marcia.armond@yahoo.com.br

O paradigma do desenvolvimento sustentável volta sua atenção para as relações entre o homem e o meio ambiente, preocupando-se com a conservação dos recursos naturais e culturais para o usufruto também das gerações futuras. Mas este desenvolvimento é um processo pactuado do qual a sociedade civil é parte fundamental. A proposta deste artigo é mostrar que a participação comunitária pode propor diretrizes proativas na formulação de políticas de preservação do patrimônio visando a sustentabilidade, ao apresentar a implantação do Ecomuseu Mocambeiro em Matozinhos, MG. Com a crescente participação da associação comunitária de Mocambeiro nos conselhos ambientalistas da região, despertou-se a necessidade de atuar na salvaguarda do patrimônio de Mocambeiro e o conceito de ecomuseu ou museu de território foi o que mais se adequou aos anseios populares. O Ecomuseu Mocambeiro foi instituído em nível municipal em 2003 já a partir da iniciativa popular e hoje tem várias parcerias público-privadas apoiando suas ações. No âmbito deste artigo o Ecomuseu Mocambeiro apresenta um potencial endógeno que se situa na capacidade local de gerar diversidade de estratégias de desenvolvimento sustentável,

a partir de recursos locais e de modos de apropriação da natureza. Este potencial está expresso em duas dimensões fundamentais. Uma humana, que considera a organização comunitária, os processos participativos, a autonomia e cooperação exercida pela associação local de moradores. E uma dimensão ambiental ou ecológica, que consiste na grande diversidade de categorias de patrimônio existente na região. O Distrito de Mocambeiro, hoje com uma população em torno de 3.500 habitantes, foi habitado por vários povos desde a pré-história. Estudos arqueológicos indicam que há mais de 10.000 anos as cavernas da região serviram de abrigo para pelo menos duas populações pré-históricas, que deixaram gravadas e pintadas sua arte nas paredes das grutas. Das mais de quinhentas grutas catalogadas em Minas Gerais, mais da metade se encontra em Mocambeiro. Os arqueólogos descobriram ainda que os povos que habitaram estas cavernas tiveram contato com os primeiros europeus que chegaram à região e, no final do século XVIII o local foi destino de escravos fugidos da Fazenda da Jaguará que se fixaram no local. A exuberante paisagem cultural formada de lagos, aflorações rochosas e dolinamentos, tipo de relevo típico da região, um calendário de celebrações carregado da herança afro-descendente e uma culinária tradicional marcante faz com que o turismo seja uma importante referência de desenvolvimento desta região, que se localiza a 50 minutos da capital mineira. O Ecomuseu Mocambeiro surge como um projeto de gestão integrada de bens culturais e naturais desenvolvido pela comunidade local e que segue o princípio de se conhecer, conviver e preservar o meio ambiente e o patrimônio e conservar a identidade

expressa na forma de tradições e hábitos com o foco na sustentabilidade. A comunidade, através de sua associação de moradores em Mocambeiro, tem um protagonismo ímpar na região, podendo ser um bom exemplo da mobilização para a salvaguarda do patrimônio cultural e natural de regiões ameaçadas por empresas mineadoras e pelo turismo desorganizado.

Palavras-chave: Participação popular. Sustentabilidade. Patrimônio. Ecomuseu.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DE SETE LAGOAS/MG: UM INSTRUMENTO DE GESTÃO E PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

TOFFOLO, TIAGO R.; TEIXEIRA, RAFAEL A.

tiago.toffolo@toffoloengetur.com.br

A cidade de Sete Lagoas possui atributos culturais e naturais de extrema relevância para o desenvolvimento da atividade turística. É reconhecida como Cidade Pólo do Circuito Turístico das Grutas e como Destino Indutor de Minas Gerais conforme estabeleceu a Secretaria de Turismo do Estado (SETUR/MG), além de integrar o Projeto Estruturador do Estado de Minas Gerais através da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), e a Rota Lund – uma iniciativa do Programa Voluntários da Organização Mundial do Turismo (OMT). O Plano de Desenvolvimento Turístico de Sete Lagoas/MG – PDtur Sete Lagoas, elaborado em 2011, é um instrumento de fomento ao turismo local que orienta as ações do conselho de Turismo (COMTUR) e da administração pública municipal para o período 2012 – 2020. Planejar o turismo sustentável de

um local não implica somente utilizar o “tripé da sustentabilidade” (economia, sociedade e ambiente), mas deve agregar a esta dinâmica os aspectos da cultura e do patrimônio, de modo a propiciar a gestão integrada do território. Desse modo, o turismo deve ser tratado com um olhar de compatibilidade ambiental e sustentabilidade socioeconômica e cultural. Neste sentido, os objetivos principais do PDtur de Sete Lagoas que nortearam seu processo de elaboração, foram embasados em um planejamento estratégico capaz de elevar o índice de competitividade turística, a luz de um modelo de gestão descentralizada e de fortalecimento da governança local; e no desenvolvimento de um plano de ação com princípios de sustentabilidade socioambiental. O turismo, certamente, gera impactos em seu local de atuação, demandando avaliações sistemáticas através de indicadores de verificação que possibilite o monitoramento e respostas aos riscos identificados. Por tanto, as definições das estratégias do PDtur Sete Lagoas levaram em consideração uma relação de causa e efeito para melhorar a qualidade de vida da população e maximizar a experiência do visitante. Mais do que discorrer sobre os aspectos metodológicos que envolveram a elaboração deste complexo instrumento de planejamento turístico, desde a formulação de um diagnóstico estratégico, incluindo pesquisa de percepção da comunidade, oficinas participativas com o COMTUR e audiência pública entre as etapas de legitimação do processo, o presente artigo busca evidenciar o peso da preservação, abrangência e contextualização territorial de seus atrativos naturais e culturais, como fator preponderante de competitividade do destino. Tais atrativos, em grande parte elencado como patrimônio cultural da cidade, encontram no Turis-

mo uma alternativa econômica para sua própria tutela, como também se submetem ao risco de espetacularização dos valores que os notabilizam como bens culturais se tratados unicamente como produtos de consumo.

Palavras-chave: Planejamento. Sustentabilidade. Turismo. Patrimônio Cultural.

**REFLEXÕES ACERCA DA
ATIVIDADE TURÍSTICA NO
LAGO DE FURNAS - GLOSAS AO
TURISMO SUSTENTÁVEL**
LEMOS JÚNIOR, CLÉSIO B.
clesio.junior@bol.com.br

Este estudo apresenta uma reflexão sobre a relação entre a atividade turística e o Lago de Furnas (MG). Para tanto, utilizou-se de revisão bibliográfica sobre os assuntos, bem como, de dados previamente coletados, por meio de entrevistas, junto aos moradores de três municípios lindeiros ao lago, a saber: Boa Esperança, Fama e Guapé. O trabalho versa sobre um assunto atual e incipiente no âmbito regional e propõe considerações acerca do desenvolvimento do turismo com vistas ao desenvolvimento sustentável. Para tanto o artigo foi estruturado em três seções intituladas e definidas da seguinte forma: (1) Contextualização do Objeto de Estudo – aborda o histórico da Usina Hidrelétrica de Furnas, localizada no sudoeste do Estado de Minas Gerais, apontando as repercussões causadas pela sua implantação. (2) A Atividade Turística – apresenta uma abordagem histórica do desenvolvimento da atividade turística no contexto mundial e nacional, relaciona o turismo com os conceitos de sustentabilidade, levando em conta as considerações estabelecidas no rela-

tório “Nosso Futuro Comum” elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU e versa sobre a relação do turismo com os recursos hídricos apoiado na legislação brasileira. (3) Turismo no Lago de Furnas - realiza uma análise da atividade turística na região e suas implicações socioeconômicas e ambientais.

Palavras-chave: Turismo. Turismo Sustentável. Lago de Furnas.

**SUSTENTABILIDADE DO
PATRIMÔNIO CULTURAL
EDIFICADO**

BARACHO, ANNA SOPHIA B.;
REZENDE, MARCO ANTÔNIO P.;
SANTOS, ALBERTO M.
ansopbar@yahoo.com.br

A preservação de bens culturais é de grande relevância para uma comunidade local quando adquire uma significância cultural, referencial, de identidade, ocupando uma importante dimensão da sustentabilidade: a social, que atinge tanto seus habitantes quanto seus visitantes. Mas para que o turismo local seja sustentável em todas as suas dimensões, os bens edificados também têm que contribuir para esta sustentabilidade. A ideia do trabalho é discutir métodos que mensurem o que é um patrimônio edificado sustentável, como ele se insere no contexto turístico e se de fato este bem tombado pode ser assim nominado, sobretudo na dimensão ambiental com ênfase nas dinâmicas recorrentes de reutilização para um novo uso ou função. Para tanto, pesquisar o que vem sendo realizado em nível de Brasil e em outros países para demonstrar como este bem tombado deve ser preservado para alcançar o equilíbrio do binômio Turis-

mo Sustentável x Patrimônio Sustentável é a metodologia empregada. Como primeiros resultados das pesquisas bibliográficas realizadas, observa-se que a elaboração de indicadores de sustentabilidade é um dos métodos mais utilizados no setor da construção civil brasileira, com diversos estudos que buscam desenvolver métricas de avaliação para o ambiente construído. Porém estudos detalhados de patrimônio edificado e sua participação no contexto da sustentabilidade local ainda são incipientes, principalmente no Brasil. A geração de indicadores de sustentabilidade para que as cidades tenham patrimônios edificados sustentáveis concernentes com o turismo sustentável local e que evitem a ocorrência de impactos negativos é o foco do presente trabalho, que busca mensurar a sustentabilidade para que esta seja transformada em soluções exequíveis e analisada nos processos de tomada de decisões relacionados ao patrimônio edificado sustentável.

Palavras-chave: Patrimônio edificado. Patrimônio sustentável. Turismo sustentável. Indicadores de sustentabilidade.

TURISMO, CULTURA E PLANEJAMENTO: UM TURISMO SUSTENTÁVEL

BALESTRA, ROBERTA CAIADO
roberta@crosara.com.br

O turismo cultural pode representar benefícios em se tratando dos custos de preservação do patrimônio que muitas vezes não pode ser financiado pelos poderes locais, mas, por outro lado, pode se utilizar do patrimônio para fins de um turismo massificado que ameaça as identidades locais. Nesse contexto, o patrimônio cultural surge como um recur-

so turístico especialmente eficaz, porém, obedecendo à lógica de uma valorização comercial. Nesse contexto, para se tirar um bom proveito do turismo cultural como turismo consciente e sustentável, o planejamento é imprescindível e as decisões devem ser tomadas o mais proximamente possível das pessoas envolvidas com as atividades turísticas e com a necessária participação das várias entidades relacionadas ao turismo e ao patrimônio para garantir que sua utilização seja um fator de desenvolvimento e integração social e não de desequilíbrios sociais, ambientais e culturais.

Palavras-chave: Turismo Cultural. Sustentabilidade. Patrimônio Cultural. Planejamento.

EIXO 3 ROTAS E ITINERÁRIOS CULTURAIS

A CAMINHO DA URCA: UM BAIRRO PARA AS PESSOAS

ARRUDA, PHRYGIA
phrygiaarruda@gmail.com

Resumo: Caminhar pelo bairro da Urca levou que não só recordássemos outros cantos da cidade, como produziu lembranças inesperadas guardadas daqueles tempos passados agora tornados presentes. Buscou-se ainda melhor entendimento sobre que conhecimento as pessoas comuns têm do que seja patrimônio cultural. A intenção é disseminar conhecimentos pela educação patrimonial, e propagar o interesse das coisas que fazem parte do dia-a-dia, seja ruas, prédios, monumentos, - qualidades materiais e imateriais da cidade e do bairro, - da Urca, nosso campo de estudo. Descobrir através de entrevistas livres que conhecimento ou desconhecimento a população têm do que sejam bens culturais, desse modo pôde-se traçar um breve perfil da importância que é dada ao que denominamos memória com seu caráter social, pois as lembranças existem em relação a pessoas, grupos, lugares, datas, palavras e formas de linguagem, quer dizer, a toda vida material e moral das sociedades que nos cercam. Nessa caminhada pelas ruas da Urca, deparamos com o fato indubitável, ou seja, que no bairro coexistem diversos locais com desejo de memória, isto é, há inúmeros locais que instigam em sua direção atenções. Na Urca, há pontos marcantes como o

Teleférico do Pão de Açúcar, com os bondinhos, variados monumentos, Instituições Acadêmicas e Militares e o Caminho do Bem-Te-Vi todos próximos a Praça General Tibúrcio; adentrando no bairro encontramos o antigo Cassino da Urca, o chamado Quadrado da Urca, a Fortaleza de São João, além das calçadas de pedra, praias, bares famosos da cidade dentre tantos pontos que observando cuidadosamente remontam a momentos relevantes da história da cidade. Traçamos assim diferentes caminhos descrevendo e observando-os como lugares imaginários na memória coletiva dos seus habitantes. O trabalho pretendeu identificar os objetos pesquisados como Patrimônio Cultural e suas categorias através de recursos fotográficos, pesquisas bibliográficas e entrevistas. Diversos textos referência do trabalho tratam do estudo da Cidade, da Memória, Legislação e Programas que declaram princípios fundamentais na Preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial. A pertinência da metodologia da educação patrimonial sobressai, uma vez que revelou diversas questões que destacam a importância de compartilhar a valorização da cidade para as pessoas, cujo equilíbrio mental resulta do fato de que os objetos materiais que nos circundam não mudam ou mudam pouco e oferecem uma imagem de permanência e de estabilidade. Referências: HALBWACHS, Maurice (2006). *A Memória Coletiva*. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora; HORTA, M^a de Lourdes Parreiras & Outros. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999; LYNCH, Kevin (1997). *A imagem da Cidade*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes; NORA, Pierre. *Entre Mémoire et Histoire – La problématique*

des lieux. In: Les lieux de mémoire. 1. (sous la direction de Pierre Nora). Paris: Éditions Quarto Gallimard, 1997.

Palavras-chave: Cidade. Subjetividades. Memória Coletiva. Patrimônio Cultural.

A IMPORTÂNCIA DOS GUIAS DE ARQUITETURA: ENSAIO SOBRE UM PERCURSO EM UM “BAIRRO MODERNO” NA CIDADE DE SÃO PAULO

BORTOLLI JR., ORESTE
oreste@usp.br

Percebe-se que no Brasil o turismo voltado para a arquitetura, principalmente do período moderno se faz de maneira improvisada, ou seja, arranjando grupos de interessados no assunto, acomodando as pessoas em transportes fretados, obrigando todos a realizar o mesmo roteiro. Isso, provavelmente se deve à falta de publicação de guias de arquitetura, especificamente voltados para a provisão do período moderno, tão rico e candente em nosso país. Para Dennis e Elizabeth De Witt (1987), os guias de arquitetura na Europa surgem tardiamente, sendo que esses autores publicam o primeiro deles em 1987 - um livro-guia que tenta abranger os diversos períodos, desde a Revolução Industrial até à década de 1980, resultando, como eles mesmos afirmam em uma enorme exclusão de obras de interesse. Tendo estas questões como mote, o trabalho se desenvolve ao simular um percurso no bairro de Higienópolis e arredores, na cidade de São Paulo, no sentido de buscar um ponto de partida para a feitura de um guia de arquitetura, pautado em parte, na metodologia da qual se valeram os pioneiros Dennis e Elizabeth De Witt.

Desta forma, tendo como pano de fundo a história e evolução urbana do bairro o trabalho prossegue ao focar a arquitetura e suas características, tratando também sobre as origens e evolução morfológica do bairro e arredores em questão. O percurso, em seu primeiro momento, se dá ao longo da Avenida Higienópolis, local esse que testemunha e sintetiza aquilo que ocorreu em dois momentos distintos: Higienópolis enquanto lugar das elites do café e o momento da ‘des-caracterização’ do quadro edilício original o qual cedeu lugar a outra morfologia, densa e verticalizada. No segundo momento, o trabalho trata da fase em que o capital imobiliário chega ao bairro, legando aos arquitetos criarem modelos irrepreensíveis de arquiteturas, as quais consolidaram a existência de um patrimônio moderno realizado por arquitetos brasileiros e estrangeiros. Versa sobre as origens desses arquitetos europeus que atuaram no bairro, bem como suas relações com o patrimônio criado. O trabalho mostra obras de arte e logradouros públicos e por fim, na forma de fichas técnicas apresenta, por amostragem, fotos e desenhos dos edifícios do período moderno que podem ser considerados exemplares de relevância, existentes no bairro e na cidade de São Paulo.

Palavras-chave: Guias de arquitetura. Arquitetura moderna. Arquitetos paulistas.

ARQUITETURA DO PERÍODO DA BORRACHA EM BELÉM DO PARÁ: PRINCIPAIS PERSONAGENS E MONUMENTOS -GUIA TEMÁTICO E ITINERÁRIOS CULTURAI SARQUITETURA DO PERÍODO DA BORRACHA EM BELÉM DO PARÁ. PRINCIPAIS

PERSONAGENS E MONUMENTOS GUIA TEMÁTICO E ITINERÁRIOS CULTURAIS

PACHECO, RAFAELA VERBICARO;
NÓBREGA, CLÁUDIA CARVALHO
LEME

rafaverbicaro@yahoo.com

No final do século XIX e início do século XX, a cidade de Belém, capital do estado do Pará, fez parte do período conhecido como “Ciclo da Borracha”, quando a exportação deste bem e o estreito contato com a Europa possibilitaram o enriquecimento e desenvolvimento da cidade. Neste período, ostentando a riqueza adquirida, a chamada burguesia da borracha patrocinou arquitetos e engenheiros, que puderam projetar edificações suntuosas, influenciadas pelo ecletismo e pelas inovações tecnológicas trazidas pela industrialização. No âmbito governamental, parques, praças, edificações públicas e bairros inteiros foram remodelados aos moldes ecléticos, para condizer com a riqueza da sociedade paraense naquela época. Hoje, estas edificações, parques e praças encontram-se inseridos no contexto urbano contemporâneo, sendo que enquanto alguns estão bastante conservados, outros estão descaracterizados ou demolidos. Visando valorizar e manter este patrimônio, bem como conservar a identidade e memória da cidade perante as novas gerações, foram elaborados o guia e os itinerários apresentados neste artigo. Os itinerários estão divididos nas categorias “Edificações” e “Praças e Parques”, sendo que em cada um deles são sugeridas duas rotas, nas quais os bens foram agrupados de acordo com sua localização nos bairros e sua proximidade. Ainda, os roteiros estão baseados na Carta dos Itinerários Culturais de 2008, elaborada pelo

Comitê Científico Internacional dos Itinerários Culturais (CIIC) no ICOMOS. Com o objetivo de enriquecer e ilustrar ainda mais os itinerários propostos, serão ainda neles incluídas pequenas biografias - histórias de vida e fatos interessantes – dos personagens envolvidos na história deste período. Os primeiros personagens são os arquitetos e engenheiros, profissionais pouco conhecidos que desenvolveram projetos tão importantes na cidade de Belém do Pará. Neste aspecto podemos citar os arquitetos Filinto Santoro, Francisco Bolonha, José Sidrim, entre outros. Além deles, não podem ser esquecidos alguns dos membros da sociedade paraense que, como proprietários das residências e palacetes da época da borracha, estimularam e incentivaram tais construções. Por fim, temos a ativa contribuição da esfera governamental: O Intendente Antônio Lemos e o Governador Augusto Montenegro, que souberam aplicar os recursos recebidos com a exportação da borracha para desenvolver e urbanizar as áreas públicas da cidade como praças, parques, edificações e equipamentos urbanos. Portanto, este projeto se faz relevante ainda por estimular do turismo arquitetônico na região, além de divulgar as riquezas históricas da cidade de Belém promovendo assim, a conservação deste patrimônio tão importante para sociedade paraense e para a história da arquitetura brasileira.

Palavras-chave: Guia temático. Itinerários culturais. Belém do Pará. Ciclo da Borracha. Patrimônio histórico. Preservação. Turismo.

**AS OBRAS DE LUIZ OLIVIERI
EM BELO HORIZONTE:**

POSSIBILIDADES DE ITINERÁRIO
RODRIGUES, RITA LAGES
ritalagesrodrigues@gmail.com

A presente proposta objetiva refletir sobre a existência das obras de Luiz Olivieri em Belo Horizonte e a possibilidade de se estabelecer um roteiro arquitetônico cultural de suas obras na cidade. O foco não será dado somente na existência material das obras, mas também na relação entre o fazer humano e a arquitetura. Isto será efetivado a partir da análise da vida de Luiz Olivieri em Belo Horizonte, no momento de realização destas obras, nas primeiras décadas do século XX e últimas décadas do século XIX. Só que a arquitetura tem especificidades que fazem com que mudanças tenham presença constante em sua materialidade. Para isso serão analisadas como possibilidades de roteiros as obras de sua autoria tombadas pelo município e pelo estado. Devido ao curto espaço de tempo para apresentação do trabalho, serão escolhidas, dentre as mais de 20 existentes no recorte proposto, obras representativas com funções distintas. As obras a serem mais detalhadamente analisadas serão: o prédio da avenida Amazonas número 478, o Palacete Dantas, na avenida Cristóvão Colombo, a fachada de edificação na avenida João Pinheiro número 164, o prédio da Avenida Oiapoque número 78. A existência destas obras ao longo do tempo será considerada, afastando-se da abordagem prioritariamente estilística que muitas vezes é dada à elaboração deste tipo de roteiro. Assim, buscar-se-á elaborar um roteiro refletindo-se na existência temporal destas obras, nas intervenções materiais e simbólicas que foram realizadas ao longo do tempo. Apresentar-se-á, ao final, um roteiro destas obras, em distintos bairros da cidade de Belo Horizonte.

Palavras-chave: Cidade. Arquitetura. Turismo.

**CARROCEIROS EM BELO
HORIZONTE: RURALIDADE NA
METRÓPOLE?**
ANDRADE, WALLACE CARRIERI DE
PAULA
andradowcp@yahoo.com.br

Este trabalho se propõe a investigar de que maneira os carroceiros conseguem se apropriar de espaços da metrópole de Belo Horizonte fazendo uso de tração animal, e de como práticas tradicionais, fortemente adaptadas ao meio rural, permanecem no urbano. Apesar das diferenças relativas aos espaços que os abrigam, rural e urbano se interpenetram. Ritmos diferentes se contrapõem e convivem no espaço em um movimento próprio da modernidade: convivência de tradições e vanguardas. A sobrevivência de atividades tradicionais é mantida na modernidade uma vez que ela não se cumpre, é apenas a promessa de um “novo” que é suplantado a todo momento. A partir de depoimentos buscou-se demonstrar o cotidiano do carroceiro, o seu modo de vida e medidas adotadas para a execução de suas atividades num espaço que não foi pensado para elas, mas ao contrário parece distancia-se para a atraente e irresistível promessa do “moderno”. Tendo em vista este cenário, discute-se nesta pesquisa quais estratégias estão sendo adotadas pelos carroceiros e o poder público municipal de Belo Horizonte para a manutenção do trabalho com carroças e animais no meio urbano, verificando as possibilidades dos carroceiros realizarem suas atividades face às normalizações exigidas pela metrópole. O transporte por meio de carroças nas ruas de Belo

Horizonte, mais do que a teimosia do rural em permanecer no urbano, constitui uma alternativa de sobrevivência, considerando a falta de empregos e oportunidades dessas pessoas.

Palavras-chave: Carroceiros. Ruralidade. Metrópole.

CONHECER PARA PRESERVAR: A ROTA DAS PEQUENAS FAZENDAS PIAUIENSES DA REGIÃO DO MÉDIO PARNAÍBA

FURTADO, MARIA BETÂNIA G. N.
betaniaguerra@uol.com.br

artigo traz para conhecimento a proposta de elaboração de uma rota turística que tem como enfoque as pequenas fazendas ou propriedades rurais localizadas na região central do Estado do Piauí, também conhecida como Médio Parnaíba. Trata-se de parte de um trabalho já iniciado, onde se busca a localização, registro e conhecimento destas propriedades, visando sua preservação e resgate histórico. O objeto desta pesquisa são as pequenas edificações rurais datadas de meados do século XIX e início do século XX, que possuem características arquitetônico-constructivas relevantes para o contexto histórico, arquitetônico e cultural quando da colonização e ocupação do Estado do Piauí. Sabe-se que o Estado teve sua formação a partir das fazendas de gado, que tinham como prática a pecuária extensiva. Estas se assentaram em grandes porções de terra, sendo responsáveis assim por grande parte da ocupação do solo piauiense, já que muitas destas fazendas e propriedades rurais vieram a se transformar em vilas, povoados e cidades, respondendo então pela formação de muitos núcleos urbanos no Estado. Não só grandes criadores

de gado mas também pequenos produtores, pouco a pouco se instalaram por todo o território piauiense, edificando suas residências, ambientadas ao clima local e com características que revelam a cultura do colonizador. Muitas destas casas encontram-se perdidas sertão a dentro, sem registro algum que possa resgatar, conhecer, descobrir e assim revelar a história do colono piauiense, formado em sua maioria por portugueses, paulistas, bahianos e pernambucanos. Sabe-se, porém que somente o registro físico-arquitetônico e cadastral destas pequenas propriedades, apesar de atender ao resgate histórico, não se constitui em instrumento de preservação. Em sua maioria, esses imóveis pertencem a pequenos produtores rurais que desconhecem seu valor histórico-cultural e, quando não, os descaracterizam, perdendo-se desta forma o registro da história através da não preservação de seu patrimônio. Neste sentido, a proposta de apresentação de uma rota de visitação turística, elaborada através de um programa pensado para a região, viria a contribuir como importante instrumento auxiliar de conscientização, valorização e preservação do patrimônio, pois sabe-se que o turismo responsável agrega valores, amplia horizontes e contribui de forma sustentável para o desenvolvimento local ou regional. Neste sentido, a formação de uma rota turística vem de encontro aos interesses preservacionistas, econômicos e culturais da região.

Palavras-chave: Patrimônio. Turismo. Desenvolvimento local.

E SE ME CONTASSEM BRASÍLIA...
OLIVEIRA, YARA R.; BARBOZA JR.,
FREDERICO
yayar@ucb.br

Tem por objetivo abordar a implantação de itinerários como vetor de desenvolvimento do turismo que valorize o patrimônio cultural de Brasília. Os itinerários culturais considerado como nova categoria de bem incorporados às diretrizes operacionais de 2005 da Convenção do Patrimônio Mundial (1972), aludindo tantos aos itinerários naturais como culturais. Um itinerário cultural sendo considerado ainsí uma via de comunicação terrestre entre outras determinada materialmente, com uma dinâmica e funções históricas próprias, ao serviço de um objetivo concreto e determinado Baseado nas reflexões conceituais e teóricos e operacionais refletidos na Carta Internacional de Itinerários Culturais do ICOMOS (2008) ICOMOS, a partir de 1994, busca estabelecer uma metodologia investigativa para a identificação, pesquisa e promoção de itinerários culturais, procurando revelar pautas, sempre de maneira investigativa, que sirvam de orientação para sua proteção, conservação, correto uso e adequada gestão. O Itinerário Cultural sera tratado de maneira a reunir as seguintes condições nos fundamentos teóricos:

- ser o resultado e o reflexo de movimentos interativos de pessoas e de trocas multidimensionais contínuos e recíprocos dos bens, das idéias, dos conhecimentos e dos valores sobre os períodos significativos entre povos, países, regiões ou continentes;
- ter gerado uma fecundação mútua, no espaço e no tempo, das culturas envolvidas, que se manifeste tanto no seu patrimônio material como imaterial.
- ter integrado, num sistema dinâmico, as relações históricas e os bens culturais associados à sua existência.

O tema é abordado a partir de três entradas:

O primeiro é o de desenvolver itinerários que promovam e sensibilizem o turismo cultural em Brasília no que diz respeito as quatro escalas que fundamentam o Projeto do Plano Piloto incentivando o percurso em transportes ciclístico, pedestre e transportes coletivos. Para definir este percurso levando em consideração a oportunidade fundiária e a pertinência do itinerário no sentido dos deslocamento. Este trabalho é investigativo, atualmente sendo desenvolvido com o apoio do corpo discente enquadrados pelos professores do Curso de Arquitetura da Universidade Católica nas seguintes disciplinas: Projeto de Paisagismo II, de Teoria e Historia da Arquitetura e do Urbanismo e do curso de Introdução de Arquitetura e Urbanismo, para esta última o objeto de investigação é o patrimônio arquitetônico do Plano Piloto. O Plano Piloto de Brasília é uma aglomeração urbana com apenas 52 anos de idade cidade tombada patrimônio cultural da humanidade. Fator de contradições como por exemplo: ainda inacabada já é patrimônio cultural. O desafio teórico intrínseco de um tombamento desta obra contemporânea, se observa principalmente na vertente de sua paisagem, cuja estrutura da paisagem é composta pelos vazios urbanos e áreas verdes. Os quais são em grande parte garantidos pelos espaços que compõem a Escala Bucólica, outros pelos espaços intersticiais das escalas Residenciais, Gregária e Monumental. Este resulta na segunda vertente de itinerários sendo estes definidos principalmente pela linhas de desejo criadas pelos usuários. A metodologia de análise da paisagem vista da escala humana cujo fundamentos são apresentados no artigo Brito, Analucia e Oliveira, Yara Regina Enepea 2010

A terceira vertente mais lúdica é definida pela poesia podemos citar, entre outros autores o itinerário declamado por Clarice Lispector. O presente projeto de artigo resulta de um esforço que se faz no meio acadêmico. No exercício de formular diretrizes, definir critérios e prioridades, elaborar projetos, mantendo sempre como parâmetro a tensão entre necessidade, demandas e recursos disponíveis. E, ainda por mais que os conceitos continuem imprecisos, é imperioso passar da teoria à prática, na esperança de que as experiências venham, como de costume, enriquecer a reflexão, numa dialética do processo de produção do conhecimento e de transformação da realidade.

Palavras-chave: Urbanismo. Paisagismo. Patrimônio contemporâneo. Metodologia de análise paisagística na escala humana. Deslocamentos. Turismo.

GUIAS TEMÁTICOS E ROTEIROS CULTURAIS DA ARQUITETURA DO SÉCULO XIX NO RIO DE JANEIRO: VOLUME 2 – FICHAS CADASTRAIS

NÓBREGA, CLAUDIA C. LEME;
CARVALHO, CLAUDIA S.
RODRIGUES DE
claudiaclnobrega@gmail.com

A cidade do Rio de Janeiro tem um extenso e pouco conhecido Patrimônio Arquitetônico remanescente do Século XIX. Trata-se de um acervo de duzentos e quatro (204) exemplares oitocentistas existentes e sob a proteção dos governos: federal, estadual e municipal, que está sendo organizado em um Guia com oito (8) categorias edilícias (edificações civis, industriais, religiosas...). Os monumentos levantados se distribuem por

34 (trinta e quatro) bairros na cidade, que formam dez (10) roteiros culturais. Este material faz parte do projeto de pesquisa: Guia Temático e Roteiros Culturais da Arquitetura no Rio de Janeiro – século XIX que vem sendo realizado pela FAU-UFRJ, sob a coordenação de Claudia Nóbrega (PROARQ/FAU- UFRJ) e Claudia S. Rodrigues de Carvalho (Fundação Casa de Rui Barbosa). Neste artigo será apresentada a metodologia aplicada nas fichas cadastrais utilizadas para o Guia e Roteiros Temáticos do Município do Rio de Janeiro no século XIX- Volume 2, bem como cada ficha elaborada para cada um dos monumentos estudados. Este volume do Guia contém informações sobre trinta e oito imóveis, tais como Fundação Casa de Rui, Capela Nossa Senhora da Piedade, Atual Museu Vila Lobos, Pórtico do Cemitério São João Baptista, Bica da Rainha, Antigo Hospício D. Pedro II entre outros. Estes edifícios distribuem-se por cinco bairros: Cosme velho, Laranjeiras, Flamengo, Botafogo e Urca. As fichas contêm dados consultados em fontes bibliográficas e primárias. Em muitos casos, como os monumentos encontram-se descaracterizados, as imagens dos edifícios em datas passadas, apresentadas nas fichas possibilitam o reconhecimento do exemplar arquitetônico, tal como foi protegido ou seja, como monumento do patrimônio oitocentista carioca. A forma pela qual estas fichas foram elaboradas e preenchidas diferencia este guia e roteiros dos demais roteiros e guias de arquitetura, existentes sobre a cidade do Rio de Janeiro, uma vez que apresenta informação especializada em uma linguagem também acessível a leigos.

Palavras-chave: Guia arquitetônico. Roteiro cultural. Arquitetura oitocentista. Rio de Janeiro.

**LOMBA DO PINHEIRO:
PATRIMÔNIO INVENTARIADO E
ITINERÁRIOS CULTURAIS**
SILVA, CLÁUDIA FEIJÓ DA
claudyafds@hotmail.com

Apresenta o resultado do inventário participativo realizado junto à comunidade do bairro Lomba do Pinheiro, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Resultado da ação conjunta de lideranças comunitárias, moradores e pesquisadores em busca de referências culturais e paisagísticas, de equipamentos urbanos, lugares e circunstâncias da identidade dos grupos fundadores e dos atuais. Sessenta pontos estratégicos foram localizados e a partir deles enumeraram-se as comunidades e alocaram-se os símbolos locais. Como produto de difusão da pesquisa concebeu-se exposição e catálogo em forma de mapa e guia dos itinerários culturais presentes no bairro.

Palavras-chave: Inventário participativo. Itinerários culturais. Comunidade. Museu.

**PERCURSO EM POIESE DO
PATRIMÔNIO DE FLORIANÓPOLIS, SC**
TEIXEIRA, LUIZ EDUARDO FONTOURA;
ESSER, PRISCILA CHAMONE
fontourateixeira@gmail.com

A abordagem de uma categoria de patrimônio – o ausente – através de um percurso e a tentativa de historiar esta transformação urbana nos ciclos da cidade, se caracterizaria por um amplo e descontínuo espectro de elementos, especialmente quando observada a transição entre os últimos três séculos em Florianópolis. Esses elementos aparecem inclusive na alteração do sistema de transporte inicial - de marítimo a viário – e se fazem mais visíveis na paisagem urbana com os

aterros-vias e os conseqüentes gargalos e solo criado, sendo assim incorporados aos meandros da cidade. Este trabalho visa entender como elementos arquitetônico-urbanos e seus signos através de sua ausência assimilada, interagem na paisagem da cidade pelos processos de criação e destruição do patrimônio construído, através da proposição de um percurso não-linear. Considerando que, em Florianópolis, muitos espaços de grande carga histórica são estranhamente despercebidos pela população, e parecem gerar pouca reflexão no seu cotidiano, tentamos sistematizar uma abordagem de maneira atemporal. Resgatamos uma abordagem fenomenológica, um outro mapa da cidade, não referenciada apenas por estilos ou cronologias, mas pela importância de referências urbanos significativos. Tentamos assim abrir espaço para uma possível e significativa espacialização do que se situa continuamente em desuso. Tal configuração – ou desconfiguração – de Florianópolis, tem contribuído para uma diminuição da marca de pluralidade de seus ciclos históricos, assim interrompendo o que poderia ser uma transitoriedade plena. A análise é baseada na obra de Kevin Lynch, para a composição inversa de uma imagem da cidade, com arquiteturas extintas. Foram feitos registros de pontos de um percurso, num chamado extemporâneo, mas apenas como um mapa mental, haja vista que esses pontos não mais fazem parte do cenário urbano em tela. A tentativa foi a de discorrer sobre a possibilidade de uma poligonal histórica, numa amarração abstrata do ponto de vista geométrico, mas convergente na intencionalidade de um percurso. O trabalho se propõe a registrar objetos significativos do espaço patrimonial extinto, com algo em comum na formação de ausências na cidade, e não apenas

como ausências arquitetônicas isoladas. Numa lacuna possível de investigação, o trabalho aborda o tema da irreversibilidade nas relações do Patrimônio Histórico com a cidade, o que pode ser tão contundente quanto discutir o que deve ou não ser preservado. Com um recorte na área central da cidade de Florianópolis, o triângulo peninsular, a partir do impasse da implosão de uma obra significativa como o Hotel La Porta e o descaso em torno deste assunto, tivemos como partida esta análise para compor um quadro que elencasse obras similares extintas. Este percurso desenhado se abre derivando à Poligonal Histórica Abstrata, mas, diametralmente oposto ao seu início, retorna para um traçado em mão-dupla ao finalizar sua formação. Isso apontaria para um mapa de alerta de regiões de interesse patrimonial, onde há permanências em vias de se tornarem futuras ausências. O trabalho propõe uma inquietação que pretende polemizar com os conceitos de valor patrimonial, desde sua dimensão simbólica, até a ausência da formação de uma dimensão topopeptiva para a história da cidade.

Palavras-chave: Florianópolis. Patrimônio Ausente. Percurso Imaginário. Dimensão Simbólica.

REPRESA BILLINGS: PATRIMÔNIO CULTURAL DO ABC PAULISTA

ANZEI, SAIURI; PASSARELLI, SILVIA H. F. silvia.passarelli@ufabc.edu.br

A Represa Billings é o maior reservatório de água da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), abrangendo o território de seis municípios à Sudeste da Capital. A área atualmente ocupada pela represa foi inundada em 1927, com o intuito de aumentar a capacidade de geração

de energia da Usina Hidrelétrica Henry Borden para atender a demanda do polo paulistano. Desde sua origem, as margens da represa representaram um importante local de lazer para a população, com a implantação de condomínios de chácaras para o final de semana, clubes e o uso do local para a pesca. A expansão industrial paulistana sobre a Região ABC na década de 1950 com a indústria automobilística e o crescimento da RMSP fez com que o reservatório atendesse a uma nova demanda: em 1958 a Billings passa a ser utilizado para abastecimento público, com a captação de água no Rio Grande. O atendimento do abastecimento da energia elétrica provocou também a inversão de vazão do rio Pinheiros, cujas águas (e os esgotos), passaram a fortalecer a produção de energia para o crescimento industrial. Com o crescimento desordenado da população da RMSP e a desvalorização das terras ao redor da represa, a área foi ocupada pela população de baixa renda, muitas vezes de modo informal e precário, comprometendo a estrutura de saneamento. Atualmente, as águas da represa servem na maior parte do tempo como abastecimento público e a Henry Borden funciona em baixa capacidade para suprir as necessidades de energia de São Paulo em horários de pico e situações emergenciais em períodos de cheias de rios na capital paulista. A população residente da Região ABC desenvolveu uma relação cultural muito forte com a Billings. A pesca artesanal é uma importante atividade de lazer praticada no local. Além disso, anualmente, a represa sedia a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes: uma procissão náutica que chega a reunir entre 3000 fiéis. As águas da Billings são também utilizadas para práticas recreativas como: pesca esportiva, jet-ski, clubes recreativos, trilhas e canoagem. Na bacia também se encontram duas al-

deias guaranis que habitam no local desde meados do século XX. Essas aldeias vêm construindo seu modo de vida e seguindo as suas normas tradicionais. Envolvida por remanescentes da Mata Atlântica, a bacia da Billings faz parte do programa da Unesco da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no cinturão verde da cidade de São Paulo e possui algumas áreas tombadas pelo CONDEPHAAT: Área Natural da Serra do Mar, Vila de Paranapiacaba e área envoltória e a Cratera da Colônia. As características analisadas demonstram que a Represa Billings tem uma importância estratégica para o abastecimento de água e de energia para a RMSP. Entretanto, essa área de manancial também abrange características ambientais e culturais únicas, em especial para a Região do Grande ABC, fazendo com que a Billings se torne também um local de grande valor para a preservação da memória e da paisagem regional, da prática de lazer e como consequência, de apropriação da memória e do turismo regional.

Palavras-chave: Produção de energia. Abastecimento. Turismo. Lazer. Práticas culturais. Patrimônio cultural. Patrimônio natural.

ROTEIRO DE PRÉDIOS HISTÓRICOS E EVOLUÇÃO URBANA DE TUPANCIRETÃ

MIRANDA, ALEXSANDRO S.;
CUNEGATO, LORENZO; MELLO,
CLÁUDIO R. de C
cunegato.lorenzo@gmail.com

Devido a diversidade estilística e riqueza arquitetônica dos prédios históricos da área urbana de Tupanciretã elencou-se 26 edificações que fazem parte da evolução municipal. Dois critérios principais

definiram a escolha, referência de acontecimentos e estarem compreendidas entre os anos de 1910 a 1970. A revalorização das paisagens constituídas pelo patrimônio arquitetônico tem atribuído às áreas urbanas contemporâneas um novo sentido no campo do turismo cultural. Tupanciretã, que tem um passado com raízes profundas na vida missioneira, não podia escapar a fatalidade dessa contingência. O seu nome, Tupan-ci-retan, encerra uma lenda. Todas as reduções jesuíticas foram batizadas com nomes de santos da igreja católica apostólica romana. Aqui, porém, os jesuítas invocaram o nome da mãe de Deus e o fizeram na língua bárbara, com a denominação pittoresca de Tupan-ci-retan. Considerada a capital da soja, a cidade localiza-se a 389 km da capital Porto Alegre na porção centro ocidental do Rio Grande do Sul. O objeto principal desse estudo é a criação de um roteiro turístico e histórico no qual remonta o passado do município através de edificações, por possuírem uma arquitetura singular de época e representarem a evolução urbana do mesmo. O critério de escolha dos pontos a serem propostos no roteiro, consiste na identificação, registro, características e particularidades de cada edificação, unidades aqui entendidas como elementos pontuais que possuem valor significativo e que fizeram parte da vida política e do cotidiano dos moradores.

Palavras-chave: Turismo. Patrimônio Arquitetônico. Preservação. História.

**ROTEIRO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E CULTURAL DE IJUÍ**
LACORTH, LUISA W.; CUNEGATO,
LORENZO; MELLO, CLÁUDIO R. DE C
cunegato.lorenzo@gmail.com
Atualmente alguns estados têm no tu-

rismo histórico-cultural, uma de suas maiores fontes de captação de viajantes como no caso do município de Ijuí no estado do Rio Grande do Sul. Os incentivos ofertados e a necessidade de mão de obra com o conhecimento das técnicas agrícolas foram fatores que fizeram muitos imigrantes recém chegados ao Brasil mudarem-se para a Colônia de Ijuhy. Esse fato confere ao município uma característica muito peculiar e única, pois diferente do que aconteceu com a maioria das cidades do Rio Grande do Sul, que receberam principalmente imigrantes italianos ou alemães, em Ijuí foram reunidos diversos grupos étnicos, sendo principalmente afro-brasileiros, índios, portugueses, franceses, italianos, alemães, poloneses, austríacos, letos, holandeses, suecos, espanhóis, japoneses, russos, árabes, libaneses, lituanos e ucranianos, estabelecendo uma diversidade étnica que passa por um intenso processo de miscigenação, fazendo com que a cidade seja conhecida como a Terra das Culturas Diversificadas. Fato marcante e evento de relevância nacional a ExopoIjuí/ Fenadi (Feira Nacional das Culturas Diversificadas) proporciona ao turista possibilidades de negócios além de experiências culturais, gastronômicas e entretenimento. A função turística induz ao desenvolvimento de processos de qualificação dos recursos locais, assim como dinâmicas de renascimento cultural beneficiando turistas e moradores. Contribuí para reforçar a manutenção do patrimônio arquitetônico, dando novo uso para os edifícios históricos ou promovendo interesse em investir na conservação e na melhoria da imagem da cidade. A revalorização e a utilização turística do patrimônio histórico requerem sua integração em um “roteiro do patrimônio histórico e cultural de Ijuí”, que remonta a evolução urbana através das edificações históricas

que impulsionaram o desenvolvimento do município.

Palavras-chave: Turismo. Cultura. História. Patrimônio Arquitetônico.

ROTEIRO TURÍSTICO LITERÁRIO PARA A CIDADE DE SANTIAGO-RS
VIELMO, MIGUEL H. M.; MELLO, CLÁUDIO R. DE C.; CUNEGATO, LORENZO
arqmel@hotmail.com

O patrimônio imaterial, representado na presente investigação pela literatura, é definido pela Unesco como “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.” Nesta direção, a criação de um roteiro turístico literário para a cidade de Santiago – RS, conhecida como “a terra dos poetas” – título oficializado pela Lei Municipal nº 046/2008 e pelo Projeto de Lei Estadual nº 90/2008 – em virtude do grande número de poetas que lá nasceram, justifica-se pela estreita ligação de seu povo com a literatura e com a cultura em geral. Por seu caráter processual e dinâmico, os bens culturais imateriais dependem da ação humana, ou seja, da atuação de sujeitos desejosos de produzi-los e/ou reproduzi-los no tempo e no espaço. No caso do município de Santiago, ações no âmbito municipal são viabilizadas em parcerias entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município e a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, como forma de levar a literatura a todos os moradores da cidade. A identificação

do povo santiaguense com a literatura é tão forte que, a administração municipal adotou como sua logomarca a representação de uma lira e uma pena. A criação de um roteiro literário fortalecerá ainda mais esse vínculo e a salvaguarda desse patrimônio imaterial, uma vez que grandes escritores, a exemplo de Caio Fernando Abreu, nasceram no município e que, apesar de todos os esforços, embora a maioria desses escritores tenha figurado em nível nacional e até internacional, alguns deles ainda não são conhecidos pela comunidade, principalmente pelo fato de suas obras não estarem largamente difundidas nas bibliotecas locais. Com o intuito de reafirmar o título do município como “a terra dos poetas”, em dezembro de 2008 foi inaugurada a rua dos poetas, que ocupa uma área central da cidade, onde encontram-se o busto de alguns escritores e trechos de suas obras. O roteiro literário proposto para o município de Santiago, não irá se constituir em uma iniciativa isolada, mas sim, parte de um grande evento multicultural que deverá culminar na semana de aniversário do município, envolvendo toda a população, a exemplo do que ocorre hoje na festa literária internacional de Paraty. Paralelamente, pretende-se criar um roteiro de visitação às residências dos poetas, como forma de promover ainda mais a literatura e também potencializar transformações na cidade, nas áreas de educação, preservação do patrimônio e infraestrutura urbana. Assim, o incentivo à produção e ao consumo desse bem cultural, bem como sua valorização, disseminação e acesso às matérias primas e demais insumos necessários a sua produção junto à sociedade, deverão contribuir para a valorização da memória, construção da cidadania e consolidação da identidade cultural do povo santiaguense.

Palavras-chave: Patrimônio Imaterial. Itinerário Cultural. Literatura.

**UM PASSEIO SOBRE OS TRILHOS
O PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO E
NATURAL DE SANTA MARIA - RS**
MELLO, CLÁUDIO R. DE C.;
CUNEGATO, LORENZO; MAEDA,
THIAGO Y.; PEREIRA, GEFERSON S.;
SANTOS, MARCOS IURI F.
arqmel@hotmail.com

O presente estudo apresenta a proposta da criação de um roteiro turístico cultural para a cidade de Santa Maria – RS, localizada no coração do estado, a partir da malha ferroviária da cidade, partindo da estação de Camobi – um dos principais bairros do município, localizado na região leste – tendo como ponto de chegada a estação ferroviária de Santa Maria, possibilitando a visitação da Vila Belga e outros edifícios relacionados à história da cidade. Considerando-se a importância do transporte ferroviário no Rio Grande do Sul, cujo apogeu ocorreu entre 1910 e 1950; que neste período, a maioria dos trens passava por Santa Maria e ainda que, a linha férrea foi um dos organismos que alavancou o desenvolvimento da cidade, proporcionando o surgimento da Vila Belga – projetada pelo engenheiro belga Gustave Vouthier, e construída no período de 1901 a 1903 para servir de moradia aos funcionários da companhia belga “Compagnie Auxiliare des Chamins de Fer au Brésil”, que vieram para construir as ferrovias – justifica-se o presente estudo, visto que, as ferrovias em todo o país, passam a ser sinônimo de desenvolvimento, contribuindo diretamente para o fortalecimento econômico-social, trazendo consigo a modernidade às províncias, tais como as qualificações urbanas de iluminação, telégrafos, esco-

las, jornais e revistas, bem como o desenvolvimento de atividades políticas e culturais. Pela lei municipal nº 2983/88, de 6 de janeiro de 1988 a Vila Belga passa a ser patrimônio Histórico e Cultural do município e, apesar de ter sido construída por uma empresa ferroviária – cujos lotes residenciais ocupam cinco quarteirões e oitenta residências originais, onde apenas uma delas foi totalmente descaracterizada – não se configura como uma “vila operária”, mas como uma continuidade da malha urbana da cidade. Atualmente, a estação férrea de Santa Maria, mesmo com sua estrutura descuidada, necessitando de restauração, abriga alguns projetos que trazem em seu escopo, uma tentativa de revitalizar a área, tais como: o Brique da Estação – que em um domingo por mês promove feira de artesanato e gastronomia e o Ateliê da Estação, capitaneado por artistas plásticos que organizam exposições e eventos culturais. O percurso proposto, também pretende chamar a atenção para a preservação e o tombamento do patrimônio natural da região, visto que a cidade é contornada por magníficas montanhas que deslizam até encontrar-se com a planície pampeana, bem como para o rico patrimônio zoobotânico e paleontológico. Por fim, a história e a memória que esses lugares evocam fazem com que as pessoas que vivem na cidade, e mesmo aquelas que se utilizaram dos serviços ferroviários, carreguem consigo um pedaço da história, onde lembrar o som inconfundível do trem e o ressoar de seu apito ressignifica um período da história onde quem vivenciou se emociona ao lembrar-se de um tempo memorável.

Palavras-chave: História. Memória. Ferrovia. Patrimônio.

EIXO 4 RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

A IMAGINAÇÃO É LIVRE: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO AUXÍLIO NA REABILITAÇÃO DE DETENTOS DO PRESÍDIO DE PIUMHI/MG

TEIXEIRA, RAFAEL ARAÚJO
rafael@memoriaarquitectura.com.br

A Prefeitura Municipal de Piumhi, através do Departamento de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura, em parceria com o Presídio de Piumhi e com a consultoria do grupo Memória Arquitetura de Belo Horizonte, desenvolveu em 2011, um projeto pioneiro de educação patrimonial dentro da unidade prisional do município. As atividades realizadas foram planejadas como forma de auxiliar a reabilitação e aumentar a autoestima dos detentos participantes, despertando neles o sentimento de pertencimento ao local onde nasceram e que hoje estão privados de usufruir. Intitulado de A IMAGINAÇÃO É LIVRE, o projeto teve como fonte inspiradora o renomado cidadão piuinense, José II Bruno, que durante muitos de sua vida se dedicou a fazer desenhos de locais que se perderam no tempo, o que acabou contribuindo de forma significativa para a preservação da memória de Piumhi através de seus registros. Atualmente, esse conjunto de desenhos é tombado pelo município e recentemente passou por um processo de restauração. Durante as primeiras oficinas, os presos tiveram a oportunidade de discutir as dimensões que envolvem o patrimônio cultural e a importância de sua preser-

vação como qualidade de vida. Além de usar recursos como a projeção de imagens, a oficina incluiu exercícios lúdicos como o “Mapa Mental”, estimulando o imaginário do participante sobre os principais símbolos culturais guardados na memória individual e coletiva, recuperando assim, um referencial comum de coesão do grupo com a sociedade. Em momento posterior, parentes e amigos foram convidados para uma atividade em grupo, incentivando, inclusive, o estreitamento dos laços familiares. Através das memórias ali compartilhadas, juntos construíram um lugar imaginário que nem mesmo os muros do presídio puderam impedir. Os convidados foram orientados a fotografar o “mundo lá fora”, enquanto os presos exercitavam o olhar pelas dependências do presídio através de uma oficina de fotografia pinhole. A partir deste ponto, iniciou-se uma correspondência mútua de cartas e fotos que contavam sobre os lugares reais e imaginários e de mundos paralelos, trazendo a flor da pele as angústias e a saudade da família, mas também as memórias de um lugar que um dia todos esperam se reencontrar. Desse modo, a importância de um bem cultural enquanto lugar de pertencimento ganhou forma na imaginação e nas letras esperançosas escritas no papel. Outro produto gerado durante o processo foi o Livro de Pano, confeccionado artesanalmente pelos participantes e familiares, que através de retalhos de tecidos, fizeram ilustrações e textos sobre suas memórias afetivas relacionadas aos bens culturais de Piumhi. Por fim, foi realizada uma exposição na Casa de Cultura do município como forma de demonstrar à comunidade os valores e potencialidades daqueles que erraram no passado e que agora cumprem suas penas a espera de uma nova chance de

construir um futuro melhor para suas vidas e para a cidade que hoje sobrevive apenas na imaginação. Os resultados, ainda pouco mensuráveis, analisados através de depoimentos dos próprios participantes, familiares convidados e da equipe envolvida (arte-educadores, funcionários da prefeitura e do Presídio), demonstrou forte potencial para auxiliar a reabilitação e futura reinserção dos presos na dinâmica social, e ao mesmo tempo, na divulgação do patrimônio cultural de Piumhi.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Presídio. Inclusão Social.

**A INSCRIÇÃO DA AVENIDA
KOELER (PETRÓPOLIS,
R.J.) NO LIVRO DO TOMBO
ARQUEOLÓGICO, ETNOGRÁFICO
E PAISAGÍSTICO DO IPHAN
TORRE, THAÍSA; NÓBREGA,
CLÁUDIA; TREVISAN, ROSINA
thaisatorre@gmail.com**

O presente artigo se insere em uma pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ) sobre documentação arquitetônica, inventários e sistemas de informações para preservação do patrimônio no Brasil. Nesta fase da pesquisa está sendo desenvolvida uma metodologia para análise de sítios urbanos e conjuntos arquitetônicos preservados. Este trabalho especificamente trata do conjunto urbano da Avenida Koeler, uma importante avenida localizada no centro do município de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, objeto de estudo da dissertação de mestrado desenvolvida por

Tháisa Torre no PROARQ. Composta por vinte e sete (27) palacetes, construídos entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX, trata-se de um dos patrimônios construídos mais notáveis do Estado e talvez do Brasil. O tombamento ocorreu no ano de 1964, com inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O Instituto Histórico de Petrópolis, a Prefeitura Municipal de Petrópolis e grandes personalidades do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lúcio Costa, Renato Soeiro e Paulo Thedim Barreto foram os personagens desta ação. Ao analisar esta inscrição foram levantadas questões acerca: do papel dos agentes, do valor artístico e histórico das edificações, valor de bem isolado e valor de conjunto e a peculiaridade da inscrição da Avenida neste Livro de Tombo como Conjunto Urbano e Paisagístico. No trabalho que pretende-se apresentar no 4o Forum Mestres e Conselheiros - Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento Local, destacaremos o relato do então prefeito de Petrópolis na ocasião do tombamento da Avenida, que defendia o Código de Obras do Município como um instrumento suficiente para a proteção da referida avenida como patrimônio. Será utilizada a documentação primária sobre o processo de tombamento da Avenida Koeler que se encontra no Arquivo Noronha Santos - IPHAN-RJ.

Palavras-chave: Tombamento. Proteção de conjunto urbano. Valor. Petrópolis. Rio de Janeiro.

CATALOGAÇÃO, DIAGNÓSTICO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL: UMA

EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA DO SUL/RS
FIGUEIREDO, LAURO CÉSAR;
FIGUEIRÓ, ADRIANO SEVERO;
SCCOTI, ANDERSON; LÖBLER,
CARLOS; WELTER, INGRID; GAIDA,
WILLIAN
laurocfigueiredo@hotmail.com

Objetiva com este trabalho compartilhar experiências na realização de um diagnóstico e catalogação ainda em andamento e que num primeiro momento foi o conhecimento, ou seja, a tomada de consciência dos bens culturais no município de Caçapava do Sul, cujas possibilidades de aproveitamento do patrimônio natural e cultural orientam estratégias fundamentais para alavancar o desenvolvimento local, buscando despertar junto ao poder público uma alternativa sustentável. O conhecimento está estreitamente ligado a dois outros objetivos do diagnóstico: a preservação e o estudo dos bens culturais. A diversidade de paisagens naturais, históricas e culturais é uma característica de Caçapava do Sul. Mas devido à falta de estudos e de planejamento, as potencialidades são pouco conhecidas e exploradas. As belezas naturais e culturais são diversas, mas não são cultivadas como deveriam, e assim acabam estagnando-se em relação à infraestrutura e condições necessárias para receber visitantes. Essa falta de auxílio se deve a carência de uma política de investimentos na área. Através da definição de um Plano de Desenvolvimento Local é possível incentivar a criação de atividades econômicas ligadas ao setor do ambiente, estimular o desenvolvimento de ações de educação ambiental e criar condições para que a administração pública incentive a participação e discussão destas medidas com a população das comunidades locais, criando as condições de

viabilização da estratégia definida para o setor do ambiente, com as normas de regulação do espaço natural de um dado território. Partindo de metodologias empregadas por grupos interdisciplinares aplicamos em Caçapava do Sul um diagnóstico baseado nas características locais contemplando suas potencialidades. Inicialmente pelo patrimônio natural seguido do patrimônio edificado. O turismo no município de Caçapava do Sul encontra-se ainda em sua fase inicial, pois as infra-estruturas são precárias ou inexistentes não apresentando assim grande eficiência atrativa para a exploração turística da região. Devido ao esgotamento dos recursos naturais que antes era encontrado na região, principalmente na área das Minas do Camaquã, o local foi abandonado tendo-se assim uma perda histórica e econômica de uma época progressiva para o município. A mineração acarretou um desenvolvimento repentino, mas que entrou em colapso com o fim do minério da região, deixando no local apenas resquícios do passado. Espera-se que os resultados finais venham subsidiar orientações nas políticas públicas voltadas o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural e Natural. Diagnóstico. Desenvolvimento Local.

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E
TURISMO: O CASO DE PARACATU,
NO NOROESTE DE MINAS GERAIS**
GAMA, ALEXANDRE DE OLIVEIRA
alexandregama@iftm.edu.br

A Educação Patrimonial tem sido importante instrumento de multiplicação, democratização e apropriação do saber cultural de um determinado local ou região. Diante da crescente demanda de um seg-

mento turístico de aliar prazer e conhecimento, a cidade de Paracatu, tendo seu Núcleo histórico recentemente tombado como Patrimônio Histórico Nacional, tem empreendido esforços na utilização da Educação Patrimonial não somente na formação de seus condutores turísticos, como também na recepção de turistas. Diante da forte pressão, em grande medida empreendida pelo processo de globalização, de transformação do patrimônio cultural em uma mercadoria, e de seu consumo por uma indústria do turismo, impõe-se a necessidade da utilização da Educação Patrimonial como forma de se contrapor a tal processo. O caso particular da cidade de Paracatu, no noroeste de Minas Gerais, Município que teve seu Núcleo Histórico tombado em 10 de dezembro de 2010, pode exemplificar como turismo e Educação Patrimonial podem caminhar juntas, com ganhos para os dois lados. Neste caso, faz-se preemente uma parceria entre as secretarias de Turismo e a de Cultura e Educação. Em um primeiro momento, dada a preocupação relativamente recente da cidade com o turismo, a Educação Patrimonial foi utilizada como instrumento para formação de “condutores turísticos”. Havia uma necessidade de primeiro se promover a apropriação do patrimônio como memória e história daqueles que estariam mais tarde, em contato com o turista. Por isso, foi montado um curso que aliasse teoria e prática. Na parte teórica, palestras foram ministradas e um material com o histórico dos principais monumentos da cidade foi disponibilizado aos alunos. Reflexões foram feitas a partir de documentos fotográficos abordando as várias influências arquitetônicas associadas à passagem do tempo na cidade. Além de discussões sobre seus mitos e lendas. Na parte prática, os alunos seguiriam

possíveis roteiros que poderiam ser explorados com os turistas. Durante seu percurso, apontamentos sobre os estilos arquitetônicos e a história das ruas e suas curiosidades eram mencionados. Ao fim, eles mesmos deveriam apresentar um relatório de como poderia ser apresentado aquele roteiro. A parte prática também incluía a passagem e pesquisa no Arquivo Público da Cidade. O conhecimento dos documentos, seu conteúdo e as possibilidades de pesquisa ali encontrados expandiram as possibilidades do roteiro histórico em Paracatu. Isso despertou a Associação de Condutores de Turismo para o fato de que seu campo de atuação poderia se expandir facilmente para além de suas fronteiras, alcançando além do Noroeste de Minas, o público escolar e universitário de Brasília, a 230 km da Cidade. Isso fez com que Paracatu se tornasse palco para reflexões sobre o barroco, o ecletismo e até sobre a influência do modernismo na cidade com a construção de Brasília na década de 1960. Sendo assim, Educação Patrimonial e Turismo podem andar de mãos dadas. Neste caso, contribuindo com o fortalecimento da identidade local, e de uma apropriação desse lugar, por parte do turista, como lugar de convívio harmonioso entre as tradições interioranas do barroco mineiro do século XIX, com o ecletismo ou modernismo, este último, mais recente.

Palavras-chave: Turismo. Educação Patrimonial. Núcleo Histórico de Paracatu. Noroeste de Minas Gerais.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: A POPULAÇÃO GOIANAENSE COMO GUARDIÃ DO PATRIMÔNIO CULTURAL

CARVALHO, MÁRCIO FRANCISCO DE
mar.carvalho@yahoo.com.br

O presente trabalho tem como objetivo tratar o tema Educação Patrimonial a partir do trabalho da equipe do projeto “Educação e Conservação Patrimonial: guardiões da paisagem, cultura e da memória popular” realizado no município de Goianá, Minas Gerais. Salientando a disparidade no acesso a este campo por parte dos grupos sociais, o projeto tem como proposta ressaltar a importância da conscientização destes em se reconhecerem enquanto sujeitos históricos comprometidos com a preservação patrimonial. O trabalho com Educação Patrimonial tem por objetivo estimular a população a se tornar guardiã de seu próprio patrimônio, e é neste sentido, que o projeto busca, a partir dos princípios da Educação Popular, pautar sempre o diálogo e a conscientização dos envolvidos. A equipe do projeto desenvolve atividades nos municípios de Goianá, Coronel Pacheco, São João Nepomuceno e Rio Novo, trabalhando com professores das escolas da rede pública, em especial, as municipais, assim como também com moradores do Acampamento Denis Gonçalves/ MST localizado a margem da rodovia MG-353 no perímetro que liga o município de Cel. Pacheco a Goianá. O trabalho no município de Goianá, referente à Educação Patrimonial, vêm sendo realizado em parceria com a Secretaria de Educação do município de Goianá. O projeto proposto pela equipe de estudantes e docentes da Universidade Federal de Viçosa está inserido em Goianá no programa de capacitação de professores da rede municipal e, portanto, são realizadas atividades com professores/as da Escola Municipal de Goianá. O município de Goianá está localizado na Zona da Mata Mineira, na micror-

região de Juiz de Fora. Com aproximadamente quatro mil habitantes, o município se emancipou há menos de vinte anos, mas em sua origem remonta a segunda metade do século XIX quando ainda era Santo Antonio do Limoeiro. Em Goianá, diferente de muitas outras localidades que deixam os bens patrimoniais a mercê do tempo, vêm se implantando, um programa de preservação patrimonial importante para sua história, tendo um Conselho Deliberativo constituído paritariamente por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada, nomeado Conselho do Patrimônio Cultural (COMPAC). Portanto, o trabalho no município de Goianá junto aos professores se dá no sentido de reforçar esta proteção, contemplando a questão de que não compete somente aos órgãos públicos a preservação, mas também se faz necessário o apoio de sua população. Tal trabalho objetiva fortalecer a relação das pessoas com suas heranças culturais, estabelecendo assim um melhor relacionamento destas com estes bens. Ao perceber-se enquanto responsável pela valorização e preservação do Patrimônio, a população se vê como guardiã de sua própria memória. Neste sentido, as atividades em Goianá são realizadas a partir de oficinas nas quais há uma participação fundamental dos envolvidos, seja a dos integrantes da equipe de docentes e estudantes, seja das professoras da escola e cidadãos goianaenses, pois ambos se dedicam ao trabalho teórico, mas também realizam trabalho de campo pesquisando a história do município assim como trabalhando na realização de projetos de preservação do patrimônio goiananense.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Guardiões do Patrimônio. Goianá.

LIVRO “QUANDO MINHA HISTÓRIA CONTA A HISTÓRIA DE TODOS”: A MEMÓRIA ORAL E O PATRIMÔNIO IMATERIAL REGISTRADO ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA DO ENCONTRO DE GERAÇÕES

SILVA, ALESSANDRA M.; BRAGA, ROBERTA S.
ale_pidruca@hotmail.com

O Livro foi o produto final da 3ª Jornada Mineira do Patrimônio Cultural. Ao todo foram 5 ações durante o mês de setembro de 2011 direcionadas a alunos do Ensino Médio e Idosos do Centro de Convivência do Idoso do município com o objetivo de promover o diálogo entre as gerações e registrar as ações através do livro: Ação 1 - Exposição de artes (telas de alunos da Oficina de Pintura em Tela retratando bens culturais tombados, inventariados e registrados do município) Ação 2 - Palestra “Memória Oral e Patrimônio Imaterial” direcionada aos alunos Ação 3 - Encontro de Gerações (Palestra com a participação da Doutora em História da UFU Professora Dalva Maria de Oliveira direcionada a alunos e idosos) Ação 4 - Roda de Memória (Contação de histórias, causos e lembranças entre a equipe do Departamento de Cultura, alunos e idosos) Ação 5 - Lançamento do Livro (No livro foram registradas todas as ações e as entrevistas realizadas pelos alunos com os idosos participantes, além de histórias de vidas de moradores de Canápolis “in memoriam”) O livro foi distribuído gratuitamente para todos os participantes do Projeto familiares dos moradores que tiveram sua história relatada no livro e demais interessados da comunidade.

Palavras-chave: Memória Oral. Educação Patrimonial. Patrimônio Imaterial.

O NOVO E O PREEXISTENTE – A INTERFERÊNCIA ARQUITETÔNICA E SUAS IMPLICAÇÕES: MUSEU TATE MODERN, LONDRES, INGLATERRA

MENDES, ALINE DE OLIVEIRA
aline_omendes@hotmail.com

A reutilização arquitetônica e o reconhecimento do patrimônio cultural tem sido alvo de discussões e polêmicas. E a grande preocupação refere-se ao modo como está se desenvolvendo a relação entre edificações antigas e os seus contextos contemporâneos. No artigo será discutido o processo de requalificação de um prédio industrial de valor patrimonial, juntamente com a análise da repercussão social, cultural, ambiental, política, no turismo e na economia que esta interferência gerou. Trata-se de uma intervenção em um prédio que se encontrava ocioso e em processo de degradação, construído a priori para manter as pessoas distantes, devido ao seu primeiro uso ser para o funcionamento de uma usina, e que através da ação restauradora, passou a ter como objetivo atrair o público, visto que o espaço se transformou em um centro de cultura. Além de levantar a discussão a respeito de como vem sendo tratada a questão da reutilização do patrimônio histórico, a intenção do texto é de fomentar o diálogo interdisciplinar necessário ao reuso arquitetônico, visto que a influência gerada ultrapassa o interior do prédio, refletindo no cotidiano da comunidade. Possibilitando, além da reconstituição de um prédio importante como marco urbano e como identidade da popula-

ção, o crescimento do turismo, da educação patrimonial e como consequência disso o acréscimo de cultura e desenvolvimento à vida da população.

Palavras-chave: Reutilização. Contemporâneo. Patrimônio. Intervenção.

O PATRIMÔNIO CULTURAL DE PRESIDENTE PRUDENTE E O POSSÍVEL PRESERVADO

HIRAO, HÉLIO; FLOETER, ROBERTO A.
hirao@fct.unesp.br

Este estudo visa examinar o Processo de Preservação do Patrimônio Histórico de Presidente Prudente SP através do resgate das atuações das instituições ligadas a questão e da participação dos autores desta investigação nesse processo. Do mesmo modo que outras cidades brasileiras, principalmente as mais recentes, que tiveram sua fundação e o início do processo de urbanização estabelecido nas primeiras décadas do século XX, Presidente Prudente (1917) possui um histórico de descaso em relação ao seu patrimônio cultural, especialmente o seu patrimônio material edificado. Os seus principais atores políticos e instituições questionam a existência de seu patrimônio histórico e, em seu discurso, justificam que a cidade não possui história, que sua paisagem é recente demais para acumular as produções das várias gerações anteriores. A história da cidade é esquecida numa atitude de negar o passado em nome de um falso “progresso” e ficando sujeita apenas ao interesse do capital imobiliário, que por sua vez demonstra um interesse ainda menor pelo patrimônio, chegando a promover demolições repentinas em horários noturnos às vésperas das escassas tentativas de preservação atra-

vés de instrumentos legais. Entretanto, ainda se nota em sua paisagem, a presença de conjuntos urbanos característicos. Não são obras monumentais, uma vez que responderam às condicionantes econômicas modestas, mas constituem em registros materiais das gerações que se sucedem no processo urbano. Mesmo ao considerar os valores artísticos e estéticos, elas não se manifestam com clareza. Apresentam uma adequação às condições dos sistemas construtivos e mão de obra disponível no local na época. Assim, conjuntos arquitetônicos de características predominantes do Art Decó, Protomodernismo e Modernismo ainda se fazem presentes na cidade. A atuação das instituições de preservação do patrimônio cultural é intermitente, dependem dos interesses relacionados aos poder político local. Desse modo, o Ministério Público passou a atuar no sentido de garantir a salvaguarda de parte do patrimônio através da tutela antecipada dos bens. Assim como atitudes isoladas de pessoas da sociedade tem possibilitado a salvaguarda de alguns elementos importantes da identidade da cidade. Através dessa investigação pretende-se verificar diretrizes de uma política pública que busque encaminhamentos de uma ação global para garantir os diversos momentos da Paisagem Cultural de Presidente Prudente.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural de Presidente Prudente. Salvaguarda. Políticas de preservação.

OS DESAFIOS DA MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO NA CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS TURÍSTICOS: UM OLHAR A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA ACOLHIDA NA COLÔNIA (SC)

GELBCKE, DANIELE L.;
LENZ, TALITA C. ZECHNER;
AZEVEDO, CLÉCIO
dani_limag@yahoo.com.br;
talita.zechner@gmail.com;
clecio@cfh.ufsc.br

Este artigo trata da mobilização dos recursos patrimoniais pela atividade do agroturismo nos municípios de Santa Rosa de Lima e Anitápolis, situados nas Encostas da Serra Geral de Santa Catarina, a cerca de 120 km da capital Florianópolis (SC). A atividade foi organizada pela Associação “Acolhida na Colônia” com o objetivo de levar o visitante a conhecer a realidade rural na região de modo integrado à dinâmica da agricultura familiar, abrangendo, por exemplo, refeições elaboradas com produtos coloniais, trilhas, banhos de cachoeiras e rios, pesca, realização de piquenique, colheita de alimentos, vivências em produção orgânica, entre outros. Nesta modalidade de turismo, a gestão é feita pelo agricultor e sua família, constituindo-se numa forma complementar de renda, onde a hospedagem e as experiências turísticas se dão no interior das propriedades, pressupondo um contato direto entre o visitante e a rotina das famílias. Diante desse contexto, o presente artigo se propõe a discutir a dicotomia entre o atendimento ao imaginário coletivo dos turistas e a proteção do patrimônio cultural dos agricultores. Quanto a metodologia, inicialmente o trabalho estrutura-se a partir de uma revisão bibliográfica, abarcando os conceitos de turismo e desenvolvimento local, agroturismo e patrimônio. Adiante, apresenta-se a experiência de turismo da Acolhida na Colônia através da mobilização e valorização de inúmeros recursos patrimoniais, valendo-se de um estudo de caso realizado a par-

tir de pesquisas de campo e observação direta. Na seção final do artigo, os resultados das discussões indicam que a conciliação entre agroturismo e proteção do patrimônio é um permanente desafio que só é possível enfrentar mediante uma articulação inteligente entre os promotores do desenvolvimento e os usuários. Nessa articulação, dois fatores são essenciais, a inclusão das sociedades locais ao projeto de desenvolvimento, como agentes ativos do processo; e o apoio do poder público nas diferentes escalas, assim como, de outras entidades e instituições que possam, de alguma forma, contribuir para responder a uma demanda crescente da sociedade nesse segmento específico.

Palavras-chave: Agroturismo. Patrimônio. Espaços Turísticos. Acolhida na Colônia.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NA ALEMANHA: A REVITALIZAÇÃO DA MARKTPLATZ EM DETMOLD

ALMEIDA, ROBERTO FLÁVIO
SANT'ANA DE
robertoflavio@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo discutir o tema “valores”, como matriz para políticas de patrimônio, buscando compreender as formas interação dos atores com um bem cultural em particular. Utilizou-se como estudo de caso a revitalização da Marktplatz (Praça do Mercado), na cidade de Detmold, Alemanha. Este logradouro no coração do centro histórico, que, pela sua localização central, assume caráter de ponto de encontro dos moradores, ocorrendo ali semanalmente também feiras de mercado, passou por um processo de revitalização, analisado neste trabalho.

Primeiramente foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental de publicações alemãs, além de textos da legislação de preservação do país, traçando-se um breve histórico sobre a preservação na Alemanha. Foram analisados também documentos, como os relatórios do processo de consulta pública que antecedeu a revitalização da praça, cedidos pelo arquiteto responsável pelo projeto. Como resultado, percebeu-se que a intervenção passou por intensa discussão envolvendo setores da sociedade civil e do poder público. Percebeu-se também que a análise do processo revelou aspectos polêmicos do projeto, especialmente no que se referiu à retirada de uma fonte e das árvores da praça. Conclui-se que o caso apresenta importante debate sobre preservação do patrimônio, revelando os valores que motivaram as ações dos diversos atores envolvidos.

Palavras-chave: Patrimônio. Valores. Revitalização. Alemanha.

PRESERVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: RELATO DA RESTAURAÇÃO DA CATEDRAL DE BRASÍLIA

PASCHOALIN, RACHEL; BARBOSA,
MARIA TERESA
quelpaschoalin@gmail.com

A trajetória do patrimônio cultural está em constante transformação devido a novos desafios e questionamentos surgidos em diferentes épocas. As teorias contemporâneas de conservação e restauração se consolidam a partir das teorias de Brandi com uma postura crítica em relação aos monumentos. Todos esses estudos e discussões teóricas influenciam o legado brasileiro de legislações referentes à preservação.

A arquitetura moderna brasileira, a exemplo da Catedral de Brasília, apresenta novas problemáticas, ou seja, novos debates conceituais relacionados à restauração desses bens modernos inserindo-os em seu contexto atual. O grande questionamento é como intervir em bens culturais modernos que apresentam características de uma arquitetura efêmera de maneira a manter os critérios de autenticidade dos mesmos. Exemplo dos paradigmas urbanos modernos preconizados pelos CIAMs (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), Brasília tem raízes nas cidades-jardim apresentando grandes áreas verdes nos espaços urbanos; estrutura urbana pré-definida na qual a expansão é realizada por meio de cidades satélites e também nas cidades lineares devido a sua disposição no terreno. Patrimônio mundial, tombada pela UNESCO essa cidade passa pelo drama e risco de perder esse título devido às diversas descaracterizações do plano original e a falta de manutenção dos bens culturais. Em face disso, a cidade vem passando por uma série de intervenções em seus bens modernos a fim de perpetuar às gerações futuras sua importância e significado, tendo a Catedral de Brasília como um dos exemplos de obra de intervenção restaurativa realizada pelo IPHAN. Portanto, em meio a esse breve panorama exposto, é imprescindível a discussão da atuação dos órgãos relacionados às atividades preservacionistas para o desenvolvimento local, bem como a influência de novas problemáticas nos conceitos e teorias de restauro e como isso se reflete nessas intervenções. Este trabalho apresenta um estudo de caso da restauração da Catedral de Brasília e objetiva por meio desse, avaliar os critérios interventivos, identificar os princípios teóricos e administrativo-jurídicos

que embasaram as intervenções, e ainda, notar se esses princípios de intervenção seguem ou não os questionamentos atuais de tratamento de bens culturais modernos aliados às questões de sustentabilidade. Sendo assim, o tema proposto se justifica pela discussão da influência dessas novas problemáticas nos conceitos e teorias contemporâneas de restauro e como isso se reflete nessas intervenções em bens modernos.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Restauração. Sustentabilidade.

**PROJETO DE EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL - EXPOSIÇÃO
ITINERANTE: "A EXPRESSÃO
ARTÍSTICA DE ANGELO BIGI"**
FERENZINI, VALÉRIA L
valeriaferenzini@bol.com.br

Esta proposta de Comunicação, refere-se a uma Experiência de Educação Patrimonial, desenvolvida pela Divisão de Patrimônio Cultural da Prefeitura de Juiz de Fora, pertencente à Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage – Funalfa, órgão responsável pela execução da política cultural, da Prefeitura de Juiz de Fora. Este projeto, desenvolvido em 2009, teve como objeto o trabalho do artista plástico italiano, Angelo Bigi, que fixou residência em Juiz de Fora, onde alcançou grande prestígio, a partir de uma atuação artística que envolve: pintura de cavalete; ilustrações (livros e revistas); caricaturas (jornais e revistas); pinturas parietais em Juiz de Fora e diversas cidades, incluindo Belo Horizonte (Cine Brasil e o Palácio do Bispo). A pesquisa desenvolvida pela Divisão resultou em uma exposição itinerante, com reproduções de obras do artista, composta de 29 banners, que passou a

ser disponibilizada para escolas locais, acompanhada por palestras que geralmente envolvem os seguintes aspectos: patrimônio cultural; arte; história de Juiz de Fora; e imigração italiana. Este projeto foi motivado pela demolição de uma das paredes da Associação Comercial de Juiz de Fora, entre os dias 23 e 25 de março de 2009. Este prédio é decorado internamente, com pinturas de Angelo Bigi e encontra-se tombado pelo decreto 6333 de 19/11/98, processo 5814/97. Os principais objetivos que nortearam o projeto foram os seguintes: contribuir para a conscientização, valorização, preservação e divulgação do patrimônio cultural de Juiz de Fora; denunciar mais este ato de violência contra o patrimônio cultural da cidade; Registrar o trabalho de Angelo Bigi e contribuir para a divulgação, valorização e preservação do mesmo; aliar patrimônio cultural, cultura, arte e educação para uma formação mais ampla dos alunos. Este projeto foi exposto inicialmente em Setembro de 2009, no Centro Cultural Bernardo Mascarenhas, integrando a programação correspondente à “Jornada Mineira de Patrimônio” proposta pelo IEPHA para o mês de setembro. A seguir, em novembro de 2009, na Casa d’ Italia, em comemoração aos 70 Anos da instituição. A partir de setembro de 2009, a exposição passou a ser disponibilizada para as Escolas da Rede Pública (municipal e estadual). Esta exposição itinerante integra o “Projeto de Educação Patrimonial” desenvolvido pela Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, através da Divisão de Patrimônio Cultural – DIPAC, contando com o apoio da Secretaria Municipal de Educação.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Cultura. Arte. Educação. Imigração italiana.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO NO HORTO FLORESTAL “EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE”: PRESERVAÇÃO ARQUITETÔNICA, PAISAGÍSTICA E AMBIENTAL EM RIO CLARO/SP
OLIVEIRA, CAROLINA B.; FERREIRA, MONICA C. B. F.
linabortolotti@yahoo.com.br
monicafrandiferreira@hotmail.com

A partir de uma proposta de trabalho apresentada aos alunos da disciplina de Patrimônio Histórico, dentro do curso de Arquitetura e Urbanismo da ASSER – Rio Claro/ SP, pretende-se relatar aqui os projetos desenvolvidos para requalificação da área do Horto Florestal da cidade. Primeiramente, a escolha de uma área ambiental protegida pelo Condephaat desde 1977, juntamente com seu conjunto de edifícios, somado ao potencial paisagístico do local, nos levou a propor um estudo mais detalhado sobre os aspectos culturais, de lazer e educação patrimonial que poderiam ser desenvolvidos in loco. No final do século XIX, a fim de suprir a demanda de madeira para uso nos trilhos e na produção de carvão, a Companhia Paulista de Estrada de Ferro passa a criar hortos florestais, que em Rio Claro traz uma homenagem a Edmundo Navarro de Andrade pela importância de seus estudos botânicos, incluindo a implantação de 144 espécies de eucalipto vindas da Austrália. Criado, portanto, em 1909, o Horto Florestal de Rio Claro tornou-se um centro de pesquisas, além de residência de Navarro de Andrade que, em 1916, criou um museu onde se encontram suas coleções e estudos sobre a flora e a fauna da região, elaborados ao longo de 40 anos. Na década de 1970, por seu inestimável

valor técnico-científico, incluindo a relevância de seus bens patrimoniais, juntamente com o objetivo de incorporar atividades de lazer e turismo – buscando transformá-lo em Parque Estadual, toda a área que abrange 2.230 hectares passa a ser protegida pelo Estado. Desse modo, a proposta aqui apresentada teve como premissa a realização de um inventário do conjunto arquitetônico, incluindo levantamento métrico, mobiliário e estilos decorativos, materiais e técnicas construtivas utilizadas. Numa segunda etapa, foram definidas as áreas de intervenção projetual dos alunos, incluindo novas funções para aqueles espaços relativamente abandonados ou mesmo sub-utilizados, com destaque para a área do Solar Navarro de Andrade e seu entorno, a Igreja Santo Antônio dos Eucaliptos, com a ponte de madeira e o Centro de Convivências, além das casas dos colonos próximas à antiga sede. Após o levantamento prévio da documentação iconográfica e histórica, as equipes adotaram como eixo norteador não só a recuperação, mas principalmente o potencial de uso das construções já existentes, buscando uma maior diversidade de programas e funções ao implantar pousadas, restaurante e lanchonete, auditórios, salão de eventos, banheiros públicos, recepção e administração – a fim de torná-lo um espaço mais convidativo para atender a população local.

Palavras-chave: Proteção ambiental. Conservação de bens patrimoniais. Turismo e lazer em Rio Claro.

REPERCUSSÕES DA ACESSIBILIDADE E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO TURISMO DO

SÍTIO HISTÓRICO DE IGARASSU - PERNAMBUCO

SILVA, TEREZINHA DE J. P. DA;
MELO FILHO, ANTENOR V. DE;
SOUZA, PAULA A.
terezinha_psilva@hotmail.com

O presente artigo representa parte das atividades desenvolvidas na disciplina de Intervenções em Sítios Históricos A, ministrada para 52 alunos dos Cursos de Arqueologia e Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, no 1º/2012. O trabalho tem como objetivos sensibilizar os alunos sobre atividades de educação patrimonial e propor alternativas de acessibilidade no Sítio Histórico de Igarassu para os moradores e turistas. O município de Igarassu faz parte da Região Metropolitana do Recife e teve seu sítio tombado em 10/10/1972. A cidade é considerada o berço da ocupação portuguesa costeira do estado de Pernambuco. O conjunto arquitetônico de igrejas, museus e casario fica localizado em colinas que resultam numa paisagem com significados estético e poético, porém com repercussões nas implantações das edificações com escadas e rampas, nem sempre atendem aos atuais conceitos e parâmetros de acessibilidade. A metodologia da atividade para análise e propostas foi realizada a partir das seguintes fases: levantamento de referencial teórico; visitas a campo para identificação da situação; registro de contatos para divulgação das alternativas, junto às escolas e instituições dentro e fora do município (Prefeitura, Biblioteca, Escritório do Iphan, Fundarpe- Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco e Empetur- Empresa Pernambucana de Turismo de Pernambuco). Como embasamentos teóricos foram levantados: a Emenda Constitucional No

12 de 17 de outubro de 1978; a Lei no 7.405, de 12 de novembro de 1985, que estabeleceu a colocação do símbolo internacional de acesso; a Constituição Federal de 1988, Art. 5º, inciso XV, que preconiza a garantia de ir e vir a qualquer pessoa, além do Art. 227, parágrafo 2º estabelecendo normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público (...) a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência”; a Constituição Estadual de Pernambuco de 1989, Art. 144, § 2º item f que também define “ o acesso adequado das pessoas portadoras de deficiências físicas aos edifícios públicos, logradouros e meios de transporte coletivo”; a Lei no 10.048, de 8 de novembro de 2000, determinando atendimento prioritário para maiores de 60 anos e portadores de necessidades especiais, além de acessibilidade nas ruas e sanitários dos espaços destinados ao público; a Lei No 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que enfatiza a supressão das barreiras e obstáculos nas vias, espaços públicos, edifícios, meios de transporte e comunicação; o Decreto No 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamentou as Leis Federais Nos 10.048/2000 e 10.098/2000, juntamente com os preceitos da ABNT NBR 9050:2004 e Instrução Normativa no 1 do IPHAN- que definiu diretrizes para acessibilidade nos bens culturais imóveis acautelados em nível federal estimulando soluções voltadas para um desenho universal. O universo de estudo compreendeu 13 elementos do sítio histórico que receberam diferentes esboços de propostas. As ideias compreenderam rampas fixas e móveis, plataformas e elevadores, expressas em desenhos, textos e sintetizadas em banners que servirão de exposição itinerante e registro documental impresso e em

meio digital, no intuito de contribuir com a acessibilidade e educação patrimonial nos patrimônios estudados.

Palavras-chave: Acessibilidade. Educação patrimonial. Igarassu. Pernambuco. Turismo.

TRILHOS E MEMÓRIA - PRESERVAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO

CARMO, MÔNICA E.

m_elisque@yahoo.com.br; elisque.13sr@iphan.gov.br

Este artigo relata a experiência da Superintendência Estadual do IPHAN em Minas Gerais na realização da recuperação do acervo documental ferroviário que teve início em dezembro de 2007, demarcando sua atuação na preservação do acervo documental da extinta RFFSA S/A, em cumprimento à Lei nº 11.483/2007, que atribui ao IPHAN o dever de “receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção”. Descreve as ações que principiaram com a realização de atividades de inventário, conservação preventiva e curativa, acondicionamento e, posteriormente, restauração das obras raras. Relata a elaboração de critérios para preservação do acervo documental, com o intuito de se evitar maiores perdas desses ricos registros da memória ferroviária nacional. Aponta a necessidade de implantação de uma política eficaz para a gestão do acervo arquivístico e bibliográfico, com a finalidade da preservação e difusão do patrimônio ferroviário. Descreve a proposta da implantação do Centro da Memória Ferro-

viária, no município de Belo Horizonte. Comenta a necessidade da implantação de uma política para compartilhamento dos acervos documentais produzidos pela RFFSA, pelos órgãos responsáveis pela sua sucessão de acordo com a legislação vigente.

Palavras-chave: Preservação. Documentação. Conservação. Restauração. Memória ferroviária.

UMA EXPERIÊNCIA COM A ARQUITETURA MODERNA NA ZONA DA MATA MINEIRA

URBAN, TALITA F. R.; RODRIGUES,
GABRIELA T.; LEITE, MARCELO A. F
marceloafleite@hotmail.com
talita_urban@hotmail.com
gabriela.tr.arq@gmail.com

Até a década de oitenta, a Zona da Mata mineira foi considerada uma região silenciosa com relação ao seu processo de constituição (BLEISENHEIN, 1982) e embora algum esforço tenha sido feito nesse sentido a sua história urbana e arquitetônica permanece desconhecida. Partindo desse pressuposto um grupo de professores e estudantes de Arquitetura e Urbanismo, História e Informática vêm desenvolvendo pesquisas com o objetivo de identificar exemplares da arquitetura moderna presente na região de Viçosa, Ubá, Ponte Nova e Piranga. O foco na linguagem moderna se justifica pelo enorme acervo na região e seu precário estado de conservação. No Brasil, essa linguagem, popularizada ao longo do século XX (LARA, 2005), ainda se vincula aos grandes ícones da arquitetura nacional, deixando uma grande lacuna em relação à presença moderna fora desse cenário. Isso pode ser verificado nos inventários do Instituto Esta-

dual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), onde se encontram raríssimas exceções. Nossos levantamentos, em relação à tipologia escolar, nos levaram à descoberta das chamadas Escolas de Lata, uma proposta do governo estadual de caráter provisório para suprir a demanda de novos espaços escolares. Além de relatos e registros fotográficos, encontramos um exemplar em Teixeira. Nessa mesma tipologia temos vários exemplares de Grupos Escolares no padrão da Comissão de Construção, Ampliação e Reformas de Prédios Escolares (CARPE), também um programa estadual, que confirma a padronização construtiva dentro dessa tipologia, fato que caracteriza uma linguagem moderna. Sem confirmação de um padrão, existe em Presidente Bernardes ainda, uma escola de apurada estética modernista conservada e em uso. Nas sedes de fóruns, se destacaram o de Piranga e o de Teixeira pela qualidade estética e por sua semelhança ao de Mariana, ratificando uma tendência de padronização. Além disso, fazem parte desse acervo igrejas, hospitais, postos de saúde, prefeituras e outros edifícios públicos, sem contar o grande acervo de arquitetura residencial. Em Dores do Turvo, há um laticínio desativado que chama a atenção pela sua arquitetura e pelo uso precário para outras funções. Os resultados têm sido expressos por meio da confecção de fichas de inventário, seguindo o padrão Docomomo Internacional, onde se faz a identificação, descrição e análise dos edifícios. Seu preenchimento procura extrapolar o objetivo do inventário por se entender que é necessário compreender o conjunto dentro de sua complexidade e dinamismo em torno do espaço físico, das relações interpessoais e da história que caracterizam cada uma

delas. Para que a análise se dê de forma mais coerente, é preciso avançar na história urbana local e regional, física e econômica. Paralelamente aos trabalhos de campo, são feitas consultas a documentos de um variado número de fontes, como as do Arquivo Público Mineiro e as do IBGE. A reflexão resultante desse trabalho, até o momento, é que estão sendo realizados novos edifícios para abrigar usos públicos, de qualidade duvidosa, enquanto outros edifícios de maior qualidade e que poderiam ser reutilizados são ignorados correndo o risco de perda desse acervo.

Palavras-chave: Zona da Mata mineira. Arquitetura Moderna. Preservação.

VALORIZAÇÃO DA CULTURA LOCAL COMO INSTRUMENTO DE INCENTIVO À PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL E À PROMOÇÃO TURÍSTICA

COSTA DA SILVA, FERNANDA
fernandacds@hotmail.com

Na perspectiva contemporânea de gestão do turismo tornou-se evidente a necessidade do envolvimento da comunidade receptora, de tal forma que se pode afirmar ser esta uma ideologia do planejamento turístico atual, na medida em que também se ratifica como um pressuposto indispensável, tanto para as políticas de preservação patrimonial, como para a promoção turística. Como evidência de tal conjectura, este artigo elucidará articulações possíveis para o incremento do Turismo Cultural, utilizando-se como estudo de caso do município de Pelotas/RS, Brasil. As ações apresentadas referem-se ao Projeto Colorindo Pelotas, criado em 2007, pela então Secretaria de Turismo, Esportes e

Lazer (STE), com o objetivo de promover sensibilização turística a crianças. Como resultados, no período entre 2007 e 2008 o Projeto atendeu 91 escolas da rede pública municipal, 916 crianças e 54 eventos. Em adição, sua execução possibilitou depreender a percepção dos usuários acerca dos bens culturais ofertados à demanda turística, corroborando para um melhor planejamento turístico da cidade. Realizado exclusivamente com verba pública, o Colorindo Pelotas constitui-se em exemplo de estratégia possível a ser adotada, como forma de educação patrimonial, relacionada às questões de valorização da população residente como alicerce para um planejamento turístico responsável.

Palavras-chave: Turismo Cultural. Patrimônio. Planejamento e gestão. Sensibilização. Pelotas.

EIXO 5 TURISMO E EDUCAÇÃO PA- TRIMONIAL

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ÂMBITO DO ÚNICO CEMITÉRIO JAPONÊS DA AMÉRICA LATINA

HIRAO H.; FACCIO, N. B.;
TACHIBANA, V. M.; LUZ, J.A.
hirao@fct.unesp.br

A possibilidade de preservação e salvaguarda do conjunto arquitetônico do Cemitério da Colônia Japonesa, exemplar único em toda a América Latina, bem tombado pelo CONDEPHAAT, do Estado de São Paulo, vai além do inventário realizado, depende de uma ação associada à adequação a outros usos atuais que garantam a sua apropriação e ações educacionais. Assim, o projeto de pesquisa e de extensão da Universidade Estadual Paulista, “Julio de Mesquita Filho intitulado “Patrimônio Histórico e Cultural do Oeste Paulista” vem desenvolvendo um trabalho de disseminação de conhecimentos sobre o Cemitério Japonês de Álvares Machado, por meio da educação patrimonial, que tem por objetivo a instauração junto às escolas de um ciclo permanente de aprendizado e de debate ligados à preservação patrimonial, por meio da produção e implantação de material paradidático sobre o tema, destinado às séries do Ensino Fundamental, além da capacitação dos professores e monitoramento da aplicação do programa nas salas de aula. Vemos a necessidade de levar ao público o conhecimento arqueológico produzido na academia, conhecimento esse referente a memó-

ria da comunidade. Ao trabalharmos com essa concepção visamos ampliar os horizontes de preservação dos bens tombados, como é o caso do Cemitério Japonês, da cidade de Álvares Machado, SP. Nesse caso em específico, onde o patrimônio tombado é um memorial póstumo, compreendemos suas especificidades onde os sepulcros são lugares de preservação de memórias”. Sendo assim, as ações de educação patrimonial visam, sempre, com uma linguagem acessível e dinâmica de aprendizado lúdico e participativo, onde os alunos possam construir seu imaginário sobre sua identidade. Educar a respeito da importância dos patrimônios públicos é educar sobre o valor que tem a memória para a sociedade (seja no âmbito comunitário ou nacional). Desde 2010, esse Projeto tem buscado formas de aproximação da comunidade japonesa do Município de Álvares Machado, no intuito de estabelecer políticas de preservação do Cemitério Japonês. Nesse sentido, o inventário, ainda em andamento e o programa de educação patrimonial já em desenvolvimento no Município de Álvares Machado e municípios do entorno, como é o caso de Presidente Prudente, tem sido ações que valorizam a participação real da comunidade e por isso tem investido no resgate do conhecimento já produzido, na produção de novos conhecimentos e, mais importante, na divulgação desse conhecimento.

Palavras-chave: Cemitério Japonês. Educação patrimonial. Salvaguarda. Preservação.

**CALENDÁRIO CULTURAL -
DIVULGANDO O PATRIMÔNIO
CULTURAL DE CANÁPOLIS-MG**

BRAGA, ROBERTA SANTANA
robertasbraga@hotmail.com

O Calendário cultural foi o produto final do Projeto “Arte e Educação Patrimonial na Construção de um mundo solidário” desenvolvido pelo Departamento de Cultura de Canápolis durante os anos de 2010 e 2011. O Calendário de mesa foi ilustrado com fotos de telas pintadas por alunos da Oficina de Pintura em Tela da Casa de Cultura, que participaram do Projeto e durante a Oficina conheceram a história dos bens tombados, inventariados e registrados do município e os retrataram através da pintura em tela. Em cada bem retratado foi registrado um histórico do bem e informações sobre o que é Patrimônio Cultural, inventário, tombamento, Educação Patrimonial, etc. Além de informação sobre o Patrimônio Cultural local, que divulgou alguns dos mais conhecidos lugares turísticos do município, além de Festas Culturais, o calendário foi distribuído gratuitamente em todo comércio local, bibliotecas e pessoas envolvidas.

Palavras-chave: Turismo Cultural. Educação Patrimonial. Divulgação do Patrimônio Cultural.

CORREDOR CULTURAL RUA DA BAHIA: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E MEMÓRIA URBANA
RODRIGUES, BERNADETE
BITTENCOURT
bernabit@yahoo.com.br

A relação entre turismo, patrimônio e cultura tem despertado um interesse novo por parte de pesquisadores e planejadores, sobretudo quando considera-se esta articulação como constituinte de novas possibilidades e oportunidades

para a sustentabilidade turística dos lugares. Este trabalho desenvolve breve reflexão de tais assuntos, tomando por referência a metrópole de Belo Horizonte, em especial a Rua da Bahia, palco histórico original das transformações urbanas – arquitetônicas, sócio-políticas e econômico-culturais – que possibilitaram a “reinvenção” dos sentidos da cidade. A partir de proposta de educação patrimonial intenta-se a valorização do patrimônio, o resgate da memória social da cidade e a ressignificação dos espaços públicos. Procura-se tratar da questão do turismo como ferramenta de preservação em espaços públicos. Será apresentado o projeto “Corredor Cultural Rua da Bahia: Educação Patrimonial e Memória Urbana” que tem por objetivo desenvolver roteiro de visita guiada que utiliza a interpretação como forma de abordagem, enfatizando os diversos estilos arquitetônicos presentes na cidade de Belo Horizonte e os usos culturais dos espaços, proporcionando desta forma a Educação Patrimonial. O projeto em questão foi realizado por dois anos consecutivos, com recursos oriundos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte. Levou aproximadamente 1750 crianças e adolescentes a conhecerem um pouco da história de sua cidade por meio de 65 visitas-guiadas à Rua da Bahia. Além disto, promoveu dois encontros sobre Educação Patrimonial para aproximadamente 120 educadores. O projeto procura mostrar como a educação patrimonial é importante no reconhecimento e apropriação do patrimônio material e imaterial e como este é um passo importante e significativo no exercício da cidadania. Num país que aplica poucos recursos em ações patrimoniais e no qual o ideal modernizador muitas das vezes aniquila o passado e

alisa o presente, este projeto propõe-se a contribuir para que mais pessoas possam ampliar sua capacidade de apropriação e reconhecimento do espaço público da cidade como locus por excelência para a experiência coletiva em suas múltiplas interrelações com a cultura, o lazer e o turismo e formação da identidade e da memória.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Turismo e Cidadania. Rua da Bahia. Belo Horizonte.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E SUAS SIGNIFICAÇÕES: A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ATRAVÉS DO TURISMO CULTURAL

SALVADOR, SABRINA; SANTIAGO, ALINA
sabrinacsalvador@hotmail.com

O presente artigo é resultado de uma pesquisa que envolve os termos educação patrimonial e turismo cultural. A justificativa para esse tema vem da atualidade das discussões referentes à preservação do patrimônio cultural e ao seu reconhecimento e valorização por parte dos cidadãos. O objetivo é a compreensão da relação entre o reconhecimento do patrimônio e o desenvolvimento do turismo cultural e suas contribuições para a formação da identidade e da memória. O conjunto de edificações e atividades que nos rodeiam, assim como o ambiente em que estão inseridos, funciona como elemento ativador de um processo onde memórias e identidades são reconstruídas e reafirmadas cotidianamente. Contudo, a simples permanência destes espaços no meio urbano, não garante a apropriação e valorização dessa memória pelos cidadãos. A memória proporciona o resgate da própria lem-

brança e não deixa que se aniquilem as experiências e, por conseguinte a construção de uma identidade. A formação da identidade acontece pelo contato com a história, que ganha novos significados através da vivência. A manutenção desse processo pode ocorrer de diversas formas através da educação patrimonial, sendo o turismo cultural a principal maneira de se alcançar a população que não mantém sua memória coletiva. O turismo cultural é uma das atividades que auxiliam no reconhecimento e na valorização do patrimônio pela população por desenvolver um turismo baseado na história local, tendo como principal motivação para o turista a história preservada na paisagem urbana. O turismo cultural e o patrimônio se apóiam entre si para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Enquanto o turismo aproveita o patrimônio existente para incentivar esta atividade que gera benefícios econômicos e desenvolvimento para a sociedade, o patrimônio se apropria da prática do turismo para sua valorização e seu reconhecimento. Sendo que o retorno financeiro possibilitado pelo turismo, permite a manutenção das obras patrimoniais. A partir da compreensão do tema foram relacionados os conceitos a realidade urbana da cidade de Criciúma, localizada em Santa Catarina. Pelo período de seu auge econômico, Criciúma deveria ser uma cidade com um conjunto patrimonial Art Déco reconhecido e apresentado para turistas que poderiam conhecer aqui as particularidades da extração do carvão e o estilo Art Déco que é a representação desse período na cidade. Por não haver nenhuma ação que aproximasse a questão patrimonial dos cidadãos, a paisagem urbana foi se alterando após a decadência da atividade carbonífera com o intuito de implantar elemen-

tos e edificações contemporâneas, apagando o passado da cidade em busca de uma imagem de cidade globalizada. Como resultado, observa-se que a falta de reconhecimento do patrimônio é uma questão preocupante para a compreensão e aceitação da cidade como parte de sua história resultando na desvalorização do ambiente em que está inserido. Levar a conscientização do patrimônio existente para uma população que não o reconhece é de grande complexidade, o turismo cultural é um meio para se apresentar a importância da manutenção de edificações de valor histórico, podendo modificar a realidade de uma cidade fisicamente e socialmente.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Turismo Cultural. Educação Patrimonial.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E TURISMO: UM OLHAR SOBRE O PROJETO VISITAR, EM VITÓRIA (ES)

PIRES, MARIANA R.
mariana.pires@turismo.es.gov.br
pires.r.mariana@gmail.com

Cada vez mais, o patrimônio cultural é visto como fator de desenvolvimento local. Consequentemente, esta relação torna-se mais relevante a partir do papel dinamizador desempenhado pelo turismo cultural, modalidade que utiliza o patrimônio como suporte, recurso ou referência. Neste contexto, o turismo cultural insere-se como parte integrante de uma dinâmica de preservação, de compreensão da memória, de construção da identidade e do conhecimento da história de uma comunidade, tornando-se fator importante na formação educacional. Atualmente, assiste-se a um conjunto de mudanças sociais e econômicas

significativas em diversos territórios, com repercussões negativas sobre os bens culturais. Uma das alternativas para a valorização e proteção do patrimônio é o reconhecimento de valores, de importância e de significados por parte da sociedade. Este reconhecimento passa, necessariamente, por um processo educativo, instrumento capaz de transformar a realidade local, visto que a educação começa a ser pensada como uma articulação da sociedade visando à preservação. Partindo deste pressuposto, conteúdos e subsídios referentes aos bens culturais devem ser previstos e disponíveis na educação formal e informal. Em caráter não formal, essas informações podem ser difundidas por meio de atividades educativas complementares, denominada genericamente de Educação Patrimonial, dada sua relação com o patrimônio cultural. A Educação Patrimonial toma o patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento, cujo objetivo é fortalecer a relação de identificação e valorização da comunidade com seus bens culturais. Enquanto proposta metodológica de trabalho, a Educação Patrimonial pode apresentar-se sob o formato de projetos, a exemplo de o Projeto Visitar, em Vitória (ES), que surgiu em 2006, dentro de uma proposta de política pública municipal de revitalização do Centro do município. O projeto tem por objetivo envolver a comunidade com o patrimônio histórico compreendido no que se denominou Centro Histórico de Vitória, sensibilizando o capixaba e o turista da importância em se valorizar e preservar a memória. A criação de roteiros turísticos, o monitoramento nos monumentos, o envolvimento da comunidade, a pre-

servação da memória, a capacitação de jovens em vulnerabilidade social, pesquisas e a difusão cultural inserem-se no escopo de atividades desse projeto, que se propõe a promover o turismo, cultura e história capixaba. Ressalta-se que a necessidade de inserção da Educação Patrimonial dentro do planejamento turístico torna-se indispensável para a construção de uma rede de significados ao patrimônio, a fim de que este não seja reduzido a mero produto a ser comercializado. Ademais, o patrimônio torna-se constituinte da dinâmica sociocultural da comunidade, cuja função (ou funções) atrela-se ao cotidiano vivido.

Palavras-chave: Patrimônio material. Turismo cultural. Educação patrimonial.

MUSEU E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE TERRITORIAL: O CASO DOS MUSEUS DA MARÉ, HISTÓRICO NACIONAL E DO FOLCLORE

BRITO, MARIANA VIEIRA DE;
SILVA, JARDEL SANDY DA; SOARES,
ADRIANO SANTOS
marianavieiradebrito@gmail.com

Os museus são interlocutores de discursos onde perpassam propostas embutidas na significação e trajetórias dos mesmos. As instituições de memória são objeto de pertencimento e de construção de uma narrativa que privilegia uma determinada estória e em consequência gera o “esquecimento” de outras que não fazem parte ou que não são valorizados pelo grupo que gerencia e/ou constrói o conjunto de significações que estão presentes no âmbito museológico. O trabalho tem por objetivo investigar as propostas que ao longo do tempo

foram construídas/constituídas e que estão presentes no arcabouço de signos e significados no interior dos museus da Maré, Histórico Nacional e do Folclore. Desta maneira, o objetivo principal do trabalho é analisar diferentes estratégias de construção de identidades territoriais através de diferentes instituições e discursos museológicos. A escolha de museus distintos foi uma escolha consciente, creio que contribuirá para uma comparação que facilitará a observância dos contrastes, concordâncias e discordâncias nas abordagens acerca das identidades territoriais presentes nos mesmos, visto que uma abordagem geográfica que tenha o território como objeto de reflexão para o entendimento do discurso museológico e da cultura ainda é raro, as questões que guiam o trabalho são: Como o espaço é representado em museus? Como estes concorrem para a construção da identidade territorial? A metodologia proposta consiste fundamentalmente em quatro operações: 1) Levantamento e estudo do percurso dessas instituições desde o período de criação até os dias de hoje; 2) Aprofundamento teórico a respeito de conceitos como: museus, identidade, território e patrimônio; 3) Montagem de um roteiro de visita, ida à exposição e o respectivo preenchimento; 4) Realização de um quadro comparativo entre as instituições. O trabalho está sendo realizado no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território Geopol, no Departamento de Geografia da UFRJ.

Palavras-chave: Museus. Patrimônio. Identidade Territorial.

PELAS CIDADES: JORNADAS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL PELA PROTEÇÃO DA MEMÓRIA E

DO PATRIMÔNIO CULTURAL DOS MUNICÍPIOS EM MINAS GERAIS

LIMA, FABIO JOSE MARTINS;

PORTES, RAQUEL

babilopesb@gmail.com

Compreender o processo contínuo de transformação das cidades coloca-se de modo emergente na atualidade, traduzindo-se como chave de fundamentação das propostas sobre as cidades existentes e para as novas expansões, levando-se em conta a participação, como preconizado no Estatuto das Cidades, na perspectiva de gestões democráticas. Por esta via, se colocam os trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão Urbanismomg da UFJF – NPE URBANISMOMG/UFJF, em particular em proposta aprovada em 2011 no PROEXT – projeto vinculado ao Ministério da Cultura – em execução, cujos resultados compreendem oficinas de caráter multidisciplinar com os professores e servidores municipais. A justificativa desta proposta estrutura-se em levantamentos sistematizados em estudos anteriores relacionados ao planejamento municipal, com discussões sobre a temática da memória e do patrimônio cultural. Neste sentido, como já mencionado, a participação coloca-se como essencial, para as abordagens com vistas ao planejamento, no sentido da reversão de um quadro no qual inúmeros planos não são implementados. Os temas que se interpõem são diversos, como a proteção da memória e do patrimônio cultural, a preservação ambiental, a educação, a saúde, a circulação urbana e rural, a habitação, as infraestruturas urbanas, dentre outros. Emerge a necessidade de se pensar em um desenvolvimento que considere a inclusão social e a geração de renda. O que se pretende com as oficinas é

pensar a proteção da memória e do patrimônio cultural inserida nesse contexto de planejamento, em particular, nos municípios de Chácara, Santana do Deserto, Mar de Espanha, Pequeri e Matias Barbosa. A partir das especificidades de cada localidade, busca-se a definição de diretrizes para a expansão urbana, considerando a temática da sustentabilidade e a sensibilização comunitária acerca da proteção do patrimônio cultural. As oficinas são interativas, envolvendo a participação comunitária de maneira efetiva, não tendo o objetivo único de levar o conhecimento. Mais do que o sentido da educação, a ideia é abrir uma via de mão dupla, no momento em que se leva e se traz conteúdos, e em que entende-se melhor, com a visão de quem é do lugar, o que aquela determinada comunidade valoriza e entende como patrimônio. Além disso, as oficinas são estendidas ao município, com recursos multimídias enquadradas no âmbito do planejamento municipal. Desta forma, são buscadas diretrizes que promovam o desenvolvimento urbano e rural qualificado, considerando especificidades e demandas locais/regionais, visando maior sensibilização da comunidade, permitindo a visualização, espacialização, distribuição, potencialidades do patrimônio ambiental e cultural possibilitando uma maior interface entre os órgãos públicos, os pesquisadores e a comunidade.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Participação. Educação.

SALVAGUARDA E MANTENIMENTO DOS SABERES CONSTRUTIVOS TRADICIONAIS EM MEIO AO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA – SÃO JOÃO DEL-REI/MG

MARTINS, LÍVIA FERREIRA;
MENEZES, NATHÁLIA SANTOS;
MENDES, GABRIELA LUIZA VIANA;
MARTINS, MATEUS DE CARVALHO
livferreira@hotmail.com

Os sistemas construtivos em terra crua são empregados desde os tempos mais remotos de nossa civilização. Vestígios indicam que povos nasceram e ruíram sem que este material caísse em desuso. E ainda na atualidade esse saber ancestral continua sendo desenvolvido e transmitido por meio da oralidade. No Brasil, essas técnicas foram introduzidas durante os séculos XVI, XVII e XVIII pelos colonizadores portugueses. Assim as localidades originadas no período aurífero absorveram esses conhecimentos e erigiram suas edificações. Consolidada em meados do século XVII, São João del-Rei, apresenta um significativo patrimônio histórico edificado construído com base em alvenarias de terra crua e pedra. O atual panorama da localidade, em termos arquitetônicos, direciona para a necessidade de reflexões que conduzem ao entendimento da relação da comunidade com as técnicas tradicionais e ao desenvolvimento de alternativas econômicas que tiram partido do legado histórico, edificado e cultural, como é o caso do turismo. Tendo como base esse quadro é preciso retomar as fundamentações teóricas responsáveis por gerir as interligações do turismo com o patrimônio material e imaterial. Nesse contexto surgem as cartas patrimoniais, com destaque para a Carta de Washington, 1986 que complementa a Carta de Veneza, elaborada em 1964 e visa salvaguardar as intituladas cidades históricas. Esses documentos contribuíram com o reconhecimento da atividade turística, principalmente a Carta de Turismo Cul-

tural, lançada em 1976 pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS. Esta reforça o valor do turismo na conservação dos bens materiais, transformando em uma ferramenta de educação e conscientização tanto dos visitantes quanto dos munícipes que devem se tornar os maiores beneficiários. O presente material é fruto de um trabalho interdisciplinar, que gerou um Estudo de Caso sobre o emprego das alvenarias históricas no município de São João del-Rei, sendo desenvolvido por meio do levantamento, interpretação e análise crítica de dados e informações dos ambientes internos e externos, realizado por extensionistas do Programa de Extensão Saberes da Terra, pertencente a Universidade Federal de São João del-Rei/ MG. Neste tivemos a oportunidade de levantar tanto informações técnicas a respeito das alvenarias históricas e seus tipos em São João del-Rei como visualizar de forma prática a convivência dessas técnicas construtivas na atualidade. Vale lembrar que dentro desse universo esbarramos na visão da comunidade referente à preservação, conservação, produção e empregos das técnicas tradicionais em tempos contemporâneos.

Palavras-chave: Alvenaria. Histórica. Técnica. Tradicional. Preservação. Conservação. Cartas.

**TURISMO E EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL: O EXEMPLO
DO ROTEIRO TURÍSTICO
CAMINHOS DE PEDRA EM BENTO
GONÇALVES/RS**
TALAMINI, JOSIANE P.
jo_talamini@hotmail.com

Localizado no município de Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha, o roteiro

turístico Caminhos de Pedra foi idealizado no início da década de 1990 com a finalidade de preservar o patrimônio local, criar atrativos turísticos e promover geração renda. A cidade de colonização italiana possui exemplares arquitetônicos característicos daquela imigração, que, devido ao êxodo rural, foram sendo abandonados pelos proprietários e muitos se tornaram ruínas. Com a implantação do roteiro turístico, essas edificações passaram a ser valorizadas e, a partir de então, investimentos financeiros foram efetuados para que o projeto entrasse em funcionamento. A falta de consciência dos proprietários e da comunidade foi um obstáculo inicial para o desenvolvimento do projeto, visto que estes não reconheciam tais edifícios como bens patrimoniais. Um trabalho realizado com a população mudou este cenário gradualmente, e o roteiro consolidou-se. Muitas famílias que haviam abandonado suas propriedades rurais retornaram para o campo e desenvolvem atividades para atender as demandas geradas pelo turismo, que alcançou proporções internacionais, recebendo visitantes de diversos países. Neste contexto, cabe ser discutida a importância da educação patrimonial, a qual busca valorizar a cultura de um povo que nem sempre reconhece seus valores. As casas de pedras características da arquitetura da imigração italiana na Serra Gaúcha, antes vistas com maus olhos pelos seus donos por parecerem “velhas e pobres”, hoje são exibidas aos visitantes com orgulho. Além dos bens edificados, esse retorno às origens possibilitou o resgate de costumes locais abandonados pelos descendentes italianos, em detrimento de uma vida “moderna”. Através do turismo foram recuperados modos de vida e costumes dessas comunidades.

Outro fato importante é a participação de um número cada vez maior de crianças em atividades artísticas e culturais, pois através delas as tradições e costumes poderão ser mantidos. Nota-se que o desenvolvimento da comunidade local foi influenciado pela atividade turística, a qual prosperou após a adoção de novos conceitos formados a partir da educação patrimonial. Os valores, costumes e riquezas arquitetônicas e paisagísticas passaram a ter significado, tornando-se gradualmente fonte de renda para essa população rural, que antes não conseguia prover o seu sustento com atividades agrícolas familiares. Portanto, o escopo do trabalho proposto é a análise deste caso que, através da educação patrimonial, tornou possível a preservação e valorização do patrimônio histórico local e o desenvolvimento do turismo como elemento de preservação e geração de renda daquela comunidade.

Palavras-chave: Educação patrimonial. Turismo. Preservação.

EIXO 6 INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO

A (DES) CONSTITUIÇÃO DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL MODERNISTA: VISÕES DO PASSADO E DO PRESENTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NO BRASIL E EM CATAGUASES/MG CAMPOS, YUSSEF DAIBERT SALOMÃO DE
yussefcampos@yahoo.com.br

A partir da ideia de Poulot de que o patrimônio cultural é uma seara de conflitos, esta proposta de trabalho tem como objetivo demonstrar como os modernistas forjaram a ideia de patrimônio cultural no Brasil, em busca de uma realização do nacionalismo e da identidade nacional. Por outro lado, se demonstrará como a identidade local da cidade de Cataguases, que abriga um valioso patrimônio modernista, se propõe à gerir seus bens, através de um estudo de caso: a expropriação do Edgard cine teatro. Assim, poderá ser notado como é pode ser desproporcional o valor apresentado pelos municípios no momento da indenização, com a justificativa de o bem ser tombado. Não que a cultura seja um bem de imediato comercializável; todavia, um bem que é lugar de memória, centro de referência e reconhecidamente valorosa para a comunidade (sendo a atribuição de valor por parte da comunidade se tratar de uma cifra principalmente afetiva) e de interesse público, não pode ser diminuído ao ser avaliado no momento da indenização.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Modernismo. Cataguases. Edgard Cine Teatro.

A VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PATRIMÔNIO: APONTAMENTOS SOBRE O DOSSIÊ DE REGISTRO DO REINADO DE NOSSA SENHORA DE ROSÁRIO, EM BETIM
BRETTAS, ALINE P.
apb27@hotmail.com

Neste artigo, temos como objetivo apresentar a adoção de políticas de preservação do patrimônio cultural imaterial exercida em Betim, especificamente em relação a uma manifestação religiosa de origem afro-brasileira: o Reinado de Nossa Senhora do Rosário. Para tanto, focamos, em um primeiro momento, no contexto político vivenciado pelo Brasil, que possibilitou o olhar do Poder Público e de entidades civis para as reivindicações do movimento negro e da valorização das suas múltiplas identidades. Apresentamos também a institucionalização da cultura como política pública nas últimas três décadas, visto que anteriormente ela ocupava uma posição periférica na Administração Pública. Com o surgimento do Ministério da Cultura e de órgãos correlatos nas esferas estadual e municipal, ela tornou-se passível de receber investimentos próprios para sua área de atuação, por meio de verba orçamentária e leis específicas de incentivo. Esses dois fatores, que se mostram relacionados, são cruciais para a compreensão das práticas preservacionistas dos reinados e de outras manifestações adotadas pelos grupos negros no país e em Minas Gerais. Enfim, partimos para o Dossiê de Re-

gistro do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, executado pela Fundação Artístico Cultural de Betim (FUNARBE) e encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG); atividade esta inserida na política de ICMS Cultural. O órgão realizou este trabalho com o intuito de proteção e continuidade da manifestação afrodescendente, que se tornou patrimônio imaterial da cidade, em 2010. Com base no próprio dossiê, em projetos, relatórios, e outros documentos - além de entrevistas com funcionários da FUNARBE - buscaremos mostrar as motivações, o investimento pessoal e de material e, previamente, a organização do registro. Pretendemos, assim, iniciar uma análise da relação do Estado com os congadeiros.

Palavras-chave: Betim. Congado. Patrimônio imaterial. Registro. Reinado.

ACERVO DE PROCESSOS DO ESCRITÓRIO TÉCNICO DO IPHAN EM LAGUNA: APROVAÇÃO RUMO À PROTEÇÃO?

VIANA, ALICE DE O.; BENÍCIO, DANIELLE R.; VIEIRA, ARNON B.; TURÍBIO, RENNE DE J.; BERTONCINI, PRISCILA M. D. daniellebenicio@gmail.com

Em 1985, o Centro de Laguna foi protegido por tombamento federal e instalou-se o Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (ET-IPHAN) com a função de realizar e aprovar projetos, assim como fiscalizar intervenções nas obras abrangidas pela poligonal de tombamento. Desde sua criação, o referido ET-IPHAN foi dirigido por diferentes gestões e, assim, diversos métodos de trabalho, baseados

em legislações federais e adaptados aos procedimentos adotados pela 11ª Superintendência Estadual de Santa Catarina do IPHAN. O objetivo desta pesquisa é analisar o acervo de processos arquivados no ET-IPHAN de Laguna, desde o início de suas atividades até o ano de 2010. Por conseguinte, considerando tal acervo de processos, pretende-se analisar: os instrumentos de preservação propostos para a área tombada; os documentos exigidos que constituem os processos; e a possível existência de alguma fundamentação teórica na condução desses processos. Para efetivar esse objetivo foi realizado um levantamento fotográfico dos processos arquivados no acervo do ET-IPHAN de Laguna. Em concomitância, estão sendo realizadas pesquisas bibliográfica e de campo para compreensão da trajetória nacional do IPHAN e sua ação em Laguna. O levantamento fotográfico resultou num total de aproximadamente 18.000 arquivos. A partir disso, elaborou-se uma ficha para a análise dos processos, sendo que esta apresenta os principais itens e critérios que devem ser respondidos e considerados para a abertura, movimentações e aprovação de um processo. O preenchimento dessa ficha, para cada movimentação de processo, permitirá a quantificação de dados que até o presente momento o ET-IPHAN de Laguna não possui e o entendimento de que bases teóricas conduzem à aprovação de um projeto, ou ao seu indeferimento. Atualmente, a pesquisa encontra-se em fase de análise de cada processo, através do preenchimento de ficha referente a cada movimentação, e de registro fotográfico das edificações objeto de tais processos. Além disso, já se iniciou a sistematização preliminar dessa análise, com a identificação de diferentes gestões, inclusive com o reconhecimento de períodos de maior movimentação de processos e de maior estagnação processual; período

dos de maior grau de exigência de documentos e de maior relaxamento documental; períodos em que os documentos são arquivados de modo mais completo e em que tais documentos não constam dos processos. Enfim, percebe-se um grande número de edificações sem documentação, levando à conclusão de que nenhuma intervenção foi realizada nelas durante os vinte e cinco anos de atuação do órgão. Outro fator preocupante é a falta de uma metodologia de arquivamento, padronização e exigência da documentação necessária para a abertura de um processo de intervenção em imóveis abarcados pela poligonal de tombamento. O mesmo acontece com os projetos de intervenção entregues para aprovação do órgão, que muitas vezes encontram-se incompletos ou incompreensíveis, com ausência de levantamentos e diagnóstico da edificação e seu contexto de inserção. Na etapa seguinte da pesquisa será efetivado o cotejamento entre o resultado da análise do acervo de processos à realidade contemporânea da área tombada, considerando sua preservação ou não.

Palavras-chave: IPHAN. Laguna. Instrumentos de preservação. Acervo de processos.

CASA ROSADA E A PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL NAS CIDADES INTERIOANAS DO PIAUÍ

TEIXEIRA, MARINA LAGES GONÇALVES; MAIA, LUÍZA CARVALHO LOPES; LIMA, DANNIELA CHRISTINE FREIRE DUARTE
marinalages@hotmail.com

A Casa Rosada é uma importante edificação de vocabulário arquitetônico eclético que se localiza no bairro Centro

da cidade de Barras, a 126 quilômetros da capital do estado, Piauí. Esta começou a ser construída em meados década de 1930, demorou anos para ser concluída e atualmente funciona com sede do Poder Executivo Municipal, sendo um exemplar do patrimônio histórico da cidade que nunca antes fora catalogada. O objetivo do estudo é analisar o estado de conservação da edificação e sua importância no contexto histórico e arquitetônico do interior do Piauí, para possíveis reflexões sobre sua preservação e tombamento. Esta pesquisa foi realizada com base em relatos de antigos moradores, imagens antigas, livros da história local, assim como pesquisa in loco para verificar o estado de conservação. A edificação estudada caracteriza a riqueza de uma época onde era grande a dificuldade de construção devido à localização - uma cidade do interior do Piauí ligada à capital somente por estradas de terra, um obstáculo para o transporte de materiais de qualidade. Mesmo assim, a Casa Rosada apresenta um rebuscamento da fachada e solução em planta inovadora para a época: setorização dos cômodos obedecendo à hierarquia do uso, preocupação climática e tradicionais materiais de revestimento como ladrilhos hidráulicos e tacos de madeira demonstram o grande valor da edificação. Justificada pela mudança de função, a residência passou por reformas que acabaram por descaracterizar totalmente seu interior, desde a planta aos materiais de revestimento e uma parte de sua fachada. O que reflete o total descompromisso com a manutenção da memória e do patrimônio arquitetônico e simbólico que esta residência representa para a cidade. Assim, a discussão gira em torno dos instrumentos de preservação e quanto à presença de um processo de inventário na cidade

de Barras, que de acordo com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), esse tipo de processo ainda não foi realizado neste município. Após as reflexões traçadas na discussão, conclui-se a necessidade e a urgência da realização do inventário dos bens arquitetônicos da cidade de Barras, incluindo a Casa Rosada, a fim de preservá-los. A partir desta problemática, nosso objetivo é discutir os diversos instrumentos de preservação incluídos no eixo 6, dentro do tema de Municipalização do Patrimônio. Desta forma, concluímos que o tombamento deste imóvel é o melhor instrumento de preservação definitiva, além de ser uma maneira de conseguir, através de leis e incentivos fiscais, recursos financeiros para restaurar e revitalizar o imóvel, podendo assim garantir-lhe mais vida e sustentabilidade.

Palavras-chave: Instrumentos de preservação legal. Ecletismo. Documentação arquitetônica.

E AGORA? IMPACTOS DO “LIVRO DOS SABERES” NOS OFÍCIOS MANUAIS

PRADO, ROSSANNA; NUNES, CÁRMEN
rossanna@cpovo.net

O trabalho “Ofícios Antigos de Porto Alegre” registrou, através do Fumproarte/SMC-PMPA e Bolsa FUNARTE de Produção crítica em Culturas Populares e Tradicionais Região Sul 2010, 20 ofícios manuais ainda em atividade. Apresentou suas relações com a cidade, configurando formas de conhecimento local, através de cada saber-fazer. A forma de proteção destas práticas a nível municipal se dará com a inscrição no “Livro dos Saberes” de Porto Alegre, através

de um dossiê que está sendo elaborado e que será encaminhado aos órgãos competentes (EPHAC-SMC/PMPA). O objetivo deste trabalho é problematizar as formas de visibilizar estas práticas produtivas tradicionais dentro do contexto da institucionalização destes saberes. A partir desta ação, qual será a reação? Quais serão os impactos deste tipo de ação cultural para estes artífices? E para a comunidade? Quais serão os impactos econômicos desta ação? Qual o nível de proteção que será dado aos fazeres? O que se espera da ação municipal? A quem competem as práticas de educação patrimonial associadas, e quais serão? A quem competem as práticas de turismo cultural associadas? Estas e outras dúvidas e certezas quanto à efetividade deste registro no tempo e sua apresentação oficial à cidade serão colocadas e, em seu contexto, buscarão ser respondidas.

Palavras-chave: Ofícios manuais. Saberes urbanos. Livro dos Saberes.

INVENTÁRIO DO SOLAR DOS LUSTOSA, IMÓVEL DO ACERVO ARQUITETÔNICO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DEL-REI / MG

RODRIGUES, KARINA DA SILVA MARTINS; GUIMARÃES, MARCOS VINÍCIUS TELES; SANTOS, LUAN ARIEL SIGAUD VASCONCELLOS DOS; COSTA, AMANDA ACIPRESTE RODRIGUES; REIS, ROBERTO BATISTA; ABREU, LUZIA DOS SANTOS; RIBEIRO, ISAAC CASSEMIRO; LOPES, GUILHERME ANTONIO DE GOUVÊA
karinasilvam@yahoo.com.br
margui22@hotmail.com
batistareis2004@ig.com.br
luzia.s.abreu@gmail.com

A presente proposta de comunicação tem como objetivo apresentar um dos exemplares do plano de inventário arquitetônico desenvolvido a partir de uma parceria entre a Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e a Prefeitura Municipal de São João del-Rei. A apresentação se fará através da pesquisa histórica e do relato da experiência de um levantamento arquitetônico de um bem imóvel, denominado Solar dos Lustosa, sobrado pertencente à família do dentista Paulo de Almeida Lustosa, criador da “Cera Dr. Lustosa” para dor de dentes. As características arquitetônicas sugerem que o imóvel foi edificado no século XIX. A edificação encontra-se na antiga Rua Direita, principal via do centro histórico de São João del-Rei, e atua como uma importante referência na paisagem urbana. Ainda hoje a parte inferior do casarão abriga o laboratório que continua com a fabricação da “Cêra Dr. Lustosa”. Atualmente, os equipamentos, mobiliário e embalagens antigas que ilustram a produção da famosa cera estão guardados nas próprias dependências do Solar. Inicialmente abordaremos a perspectiva histórica do bem imóvel, evidenciando as peculiaridades e particularidades que se observam desde sua edificação até a atualidade no contexto temporal e espacial em função de sua existência. Apresentaremos ainda uma evolução dos trabalhos de levantamento arquitetônico, desde a capacitação da equipe difundindo a prática de levantamento, até a confecção da cartilha para elaboração das fichas de inventários de bens imóveis do patrimônio cultural contribuindo assim para as ações de preservação em geral. Pretendemos abordar a função do inventário como instituto jurídico de preservação do patrimônio cultural e a trajetória

da implantação do plano de inventário do município em vários aspectos como: o processo; os agentes; as dificuldades; a falta de incentivo e carência de recursos humanos, financeiros e logísticos; os fatores facilitadores; a contribuição pela multidisciplinaridade dos envolvidos; a relevância da parceria entre os órgãos envolvidos (UFSJ e Prefeitura); e as perspectivas de continuidade para ampliação das ações e políticas de proteção e preservação do patrimônio edificado. Apresentaremos a metodologia utilizada para coleta de informações para subsidiarem a elaboração do levantamento e do inventário propriamente dito, incluindo temas como critérios para seleção dos aspectos relevantes da obra, pesquisa histórica e relatos orais através da participação da comunidade e finalmente apresentaremos um dossiê contendo descrição arquitetônica, contextualização histórica, análise do entorno, estado de conservação e fotografias como resultado prático do trabalho. Em dois anos de execução do Plano de Inventário realizamos 19(dezenove) fichas de inventário de bens imóveis. Durante esse trajeto, inúmeras foram as dificuldades encontradas para realização do trabalho, tais como: ausência de cartografia atualizada, falta de uma equipe técnica completa e multidisciplinar, escassez de recursos para contratação de pessoal e aquisição de materiais, inexistência da catalogação geral dos imóveis, entre outros problemas. Para dar continuidade às atividades, pretendemos realizar alguns ajustes na metodologia adotada até o momento, visando um aumento significativo no número de bens a serem inventariados. Para atingir esse objetivo, pretendemos fazer o levantamento arquitetônico das edificações de forma mais sucinta, com medições apenas da

implantação do imóvel no lote, e na parte interna realizar apenas croquis e fotografias, agilizando o processo. Pretende-se, proporcionar um fórum de discussão interdisciplinar promovendo a interface e participação da comunidade e dos agentes atuantes na salvaguarda do patrimônio cultural edificado, bem como permitir o acesso através da disponibilização das informações ora produzidas.

Palavras-chave: Inventário. São João del-Rei. Solar dos Lustosa. Patrimônio.

O PAPEL DO ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NO TOMBAMENTO DE SÍTIOS HISTÓRICOS URBANOS NO ESPÍRITO SANTO

CASTIGLIONI, LORENA DE A.;
ALMEIDA, RENATA H. DE
lorena.dac@gmail.com

O artigo propõe investigar o papel do envolvimento da sociedade no processo de tombamento de sítios históricos, visando relacioná-lo ao cenário atual de conservação dos mesmos. São eles: o Sítio Histórico de Santa Leopoldina (1983); o Sítio Histórico do Porto de São Mateus (1976); o Sítio Histórico de São Pedro de Itabapoana (1986); e o Sítio Histórico de Muqui (2012). Para isso, analisa os processos de tombamento, particularmente a forma e o procedimento adotados em cada um deles, bem como o valor conferido ao objeto da preservação. Essa investigação se vincula ao entendimento de que, por si só, o tombamento não promove o interesse da comunidade local na preservação do bem, condição esta relacionada ao contexto cultural, ambiental e socioeconômico atual das localidades. Por este viés, defende que, se inexistem laços memoriais fortes,

pode não existir uma memória social efetiva relacionada aos moradores e, conseqüentemente, não existir vínculos afetivos e interesses ativos na preservação do sítio; condição interveniente no desenvolvimento local e na constituição de um território sustentável. Para Marco Aurélio Saquet (2010), a sustentabilidade do território deve ser pensada além da proteção ambiental, incorporando-o por meio de uma sustentabilidade política, econômica, cultural e ambiental. Acredita-se, quando os habitantes locais não se reconhecem no patrimônio preservado, torna-se mais difícil empreender um desenvolvimento territorial sustentável; condição que torna ainda mais relevante discutir os passos de um processo de tombamento, em particular se neles há um esforço efetivo de inclusão, diálogo e construção social. Nas localidades capixabas, no que se refere ao Sítio Histórico de Santa Leopoldina, reconhece-se a ausência da população no ato do tombo, iniciado por solicitação de empresa jornalística e órgão institucional. Os estudos realizados identificam a inexistência de um diálogo com a sociedade local como um todo. Apenas os proprietários dos imóveis a serem tombados são solicitados no decorrer do processo, quando o ato do tombo já está certificado. Outro exemplo de tombamento compulsório se refere ao processo encaminhado visando o reconhecimento do Sítio Histórico do Porto de São Mateus. Iniciado pelo Conselho Estadual de Cultura, e balizado por parecer técnico, nele não é possível verificar uma identificação dos habitantes em relação ao objeto da proteção. Já os processos dos sítios históricos de Muqui e São Pedro de Itabapoana, se diferem por terem sido iniciados por manifestação de membros da sociedade local, de maneira voluntária, a partir de abaixo-assinados.

Presente nos dias atuais, a participação dos habitantes perdura, demonstrando um maior interesse e afeto, refletidos em movimentação cultural. Numa condição inversa, a ausência da sociedade civil no processo de tombamento dos sítios de Santa Leopoldina e São Mateus parece explicar uma persistente dificuldade de reversão do quadro de abandono funcional e degradação física dos imóveis protegidos. Frente a essas evidências, o artigo se desenvolve a partir da discussão do ato de tombamento e seus requisitos, argumentando acerca do papel do envolvimento da sociedade, bem como analisando vantagens e desvantagens dos instrumentos e políticas favoráveis à elaboração práticas alternativas de preservação de bens patrimoniais urbanos.

Palavras-chave: Tombamento. Sítios Históricos Urbanos. Preservação.

O PARQUE LINEAR NA URBANIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS MINEIROS DE OURO PRETO E MARIANA

SANTANA, SUSANA LEAL
sulealsantana@hotmail.com

A contenção e a ocupação das margens dos cursos d'água nas cidades históricas de Minas Gerais é uma realidade depreciativa do patrimônio tombado, não só enquanto paisagem incompatível com o pretendido no tombamento, mas também enquanto qualidade de vida urbana do século XXI. Os instrumentos legais em vigor são importantes meios a serem aplicados em zonas pouco adensadas como ainda são os bairros e distritos destes centros. Nos zoneamentos de uso e ocupação do solo de Ouro Preto e Mariana, as faixas demarcadas no território ao lon-

go das nascentes e cursos d'água são áreas de preservação permanente ou áreas de intervenção para aquelas que demandam recuperação ambiental. O aparelhamento técnico-jurídico já existe. A aplicabilidade pelo poder público municipal ainda encontra dificuldades. A benfeitoria que poderia advir da preservação e da recuperação ainda não está incorporada pelo cidadão local. Por outro lado, crescem as buscas por reabilitações destas áreas em centros constantemente acometidos por enchentes. O leito do rio tem duas dimensões limítrofes para o nível das águas: o baixo do período das secas e o alto do período das chuvas. Ocupar as margens é considerar apenas o nível baixo da seca. Ao se comparar duas tomadas fotográficas de mesma região fluvial em Ouro Preto e Mariana, uma de 1938, integrante do processo de tombamento, e outra de 2012, visualiza-se a extensão contraditória entre uma paisagem urbana erigida pela economia do ouro objeto de proteção e o adensamento populacional descontrolado que se implanta nas margens, antes livres de edificações, no vigor atual da economia do ferro. A "beleza e a harmonia da paisagem" descrita como notabilidade do acervo paisagístico urbano-arquitetônico destas cidades enquanto fundamento para o tombamento vê-se comprometida. A necessidade por moradia e a ausência de rede de esgotamento sanitário tornam o curso natural das águas vetor de escoamento mal cheiroso a ser evitado, por isso barrado, contido, canalizado e até suplantado por uma via. No período das chuvas o rio busca sua área de espraiamento ocupada causando inundações poluidoras recorrentes. O fato de serem cidades situadas em terras altas, acima de 1000 m de altitude do quadrilátero ferrífero do esta-

do, cujos cursos d'água dos distritos correm em zonas ainda de baixa densidade populacional facilitaria a aplicação da legislação de uso e ocupação em vigor, em tempo de preservá-los e torná-los "beleza e harmonia na paisagem" além de reguladores climáticos. Nos bairros mais ocupados, o saneamento, o desassoreamento e a desobstrução do leito, as contenções laterais com tecnologias leves e a revegetação delas e das margens se somam para a renaturalização e revitalização dos cursos d'água quando o parque linear se apresenta como solução para os problemas, como em muitos exemplos no mundo.

Palavras-chave: Cidades históricas. Paisagem. Rios urbanos. Recuperação. Contenções.

OS LIMITES ENTRE AS GENUÍNAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E O PRODUTO CULTURAL DE CONSUMO

SOARES JR., JAIR

junior.cultura@carmodorioclaro.mg.gov.br
juniorsoares15@hotmail.com

O artigo especula sobre os aspectos genuínos da cultura popular interiorana, a partir das observações extraídas das manifestações artesanais e folclóricas típicas encontradas no município de Carmo do Rio Claro, entendida como microcosmo geográfico, e os cuidados a serem tomados para a inserção dessas manifestações no âmbito nacional, no sentido da exploração de suas particularidades como artigo de consumo turístico, sem que elas percam suas características originais. Ao observarmos a crescente demanda por apresentações de grupos folclóricos em praças externas ao município

e ao estado, e a crescente incursão comercial em feiras, de produtos típicos têxteis e de culinária, no sentido de atender as especulações que reforçam a idéia dessas práticas como veículos fundamentais de preservação dessas manifestações, ou como fundamentais para sua vitalidade, observa-se também as 'ações' folclóricas e artesanais num processo de distanciamento contínuo do real motivo de sua existência em meio ao seu alinhamento constante com as 'regras' regentes da globalização. Entendemos que, em parte, as necessidades de sobrevivência econômica e social dependem de acordos econômicos para que sua manutenção independa de ações outras que não sejam as próprias manifestações a ela relacionadas, sendo elas de caráter folclórico e tão mais aquelas de caráter artesanal, visto que sua origem também implica o comercial como fator determinante. No entanto nos parece salutar e relevante entendê-las como manifestações que carregam em si certos aspectos do DNA de uma sociedade e, para o bem seu desenvolvimento ou de sua progressão ao longo dos tempos, é necessário fazermos abordagens que as preserve tão mais por aquilo que elas foram e são, do que por aquilo que elas podem vir a ser. Negar as sabedorias populares, diminuindo a sua importância, desmistificando seus rituais pelo simples bem estar econômico, poderá relegar sua potencialidade a cifras e a pequenez do entendimento dessas manifestações como produtos viáveis ou não a uma realidade puramente econômica. Então quais são os limites entre as genuínas manifestações culturais e o produto cultural de consumo?

Palavras-chave: Genuínos. Folclóricas. Artesanais. Preservação. Consumo. Limites.

**PATRIMÔNIO CULTURAL –
MEMÓRIA E ESQUECIMENTO:
A IGREJA ESPÍRITO SANTO DO
CERRADO**

SILVA, NATÁLIA A. M.
natyachcar@yahoo.com.br

A partir do entendimento de Patrimônio Cultural e da atuação de Lina Bo Bardi no Brasil, é colocada em questão a Igreja Espírito Santo do Cerrado, único projeto da arquiteta em Minas Gerais, tombada como patrimônio municipal e estadual. O conjunto religioso, projetado entre as décadas de 1970-80, na cidade de Uberlândia, foi erguido por sua própria comunidade e tinha o intuito de promover a integração sócio-cultural e urbana, permeando-se na dinâmica da cidade, mas ao longo do tempo perdeu seu reconhecimento e referencial. Sendo assim, este estudo enfoca tal esquecimento, mostrando que apesar dos instrumentos de proteção, o bem cultural não permanece por si só e a participação social é fundamental para a manutenção de seus valores e das relações de afetividade e sua conservação no espaço e tempo.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Cultura popular. Memória coletiva. Esquecimento.

**PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
ARQUITETÔNICO NO INTERIOR
DO PIAUÍ: CASO PIRIPIRI**
ARCANJO, DAVIDSON; HOLANDA,
LUNA; RODRIGUES, ANA
lunahol@hotmail.com

Esta análise discorre sobre a preservação das características formais e os elementos presentes na arquitetura residencial eclética em Piripiri na década de 1930. O enfoque se dá na casa do Sr.

Bandeira de Montes que, desde a sua construção constitui um importante componente no conjunto arquitetônico da cidade e demonstra, ainda, o modo como as mudanças históricas e questões sociais refletiam de forma direta na relação das pessoas com sua moradia, de maneira que a configuração espacial é um resultado do estilo de vida no interior do Piauí na época do apogeu da canaúba. Desta forma, o presente estudo visa auxiliar na preservação da memória da história e paisagem urbana de Piripiri, que em sua enorme maioria carece de registros e catalogação. A partir desta pesquisa, procura-se afirmar a importância dos registros fotográficos e documentais para o estudo e investigação histórica e para a preservação da memória de um conjunto arquitetônico ou mesmo de um único edifício, não apenas eclético, mas de qualquer outro período. Na cidade de Piripiri, estes registros são escassos em virtude da negligência do poder público; o que tornou mais difícil a pesquisa e a exposição das peculiaridades arquitetônicas da cidade. Este grupo de autores sugere a criação de um Departamento de Patrimônio Histórico pois o pouco que está preservado tende a se perder na memória dos mais velhos e no meio do processo de transformação do ambiente construído da cidade. A partir da avaliação do estudo feito, pretende-se abordar e discutir sobre os diferentes instrumentos que auxiliam na preservação histórico cultural, inclusive no eixo 6, dentro da temática “Municipalização do Patrimônio”. Dentre estes instrumentos, pode-se concluir que o melhor meio para tal preservação seria o tombamento da residência juntamente com as demais encontradas na região, pois o resultado seria em maior escala, ou seja, implicaria na preservação de todo o conjunto de patrimônios archi-

tetônicos da cidade. Desta forma, através de leis e incentivos governamentais, seria possível conseguir o apoio e os recursos necessários para a restauração e revitalização das mesmas, garantindo um maior tempo de vida a elas. Com a concretização desta iniciativa, a região não se descaracterizará e poderá manter sua história ao longo do tempo.

Palavras-chave: Preservação. Patrimônio. Memória.

**PROTEÇÃO PELA
MUNICIPALIZAÇÃO: CAPELA
DE SÃO ROQUE, SIRINHAÉM-
PERNAMBUCO**

SILVA, TEREZINHA DE; PAASHAUS
NETO, AUGUSTO
terezinha_psilva@hotmail.com

Este artigo representa parte dos resultados das atividades desenvolvidas na disciplina de Intervenções em Sítios Históricos A, ministrada para os alunos dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, no 2º/2011. O artigo tem por objetivos: descrever os resultados das atividades dos alunos sobre o levantamento arquitetônico da Capela de São Roque de Sirinhaém – Pernambuco e mostrar as dificuldades da sua proteção por tombamento na esfera municipal. A proposta de tombamento para o edifício religioso foi sugerida por técnicos da Diretoria de Preservação Cultural –DPC, da Fundação de Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe. Atualmente o município tem como bem tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan, em 1940, apenas o Convento Franciscano de Santo Antônio, que data de 1630. Já a Capela de São Roque, datada de 1614, re-

presenta a formação da cidade e está sob a responsabilidade da Paróquia da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição- Sirinhaém. A sua relevância como edificação de representativo valor é considerada por significar um dos poucos exemplares de capela com copiar (espaço coberto e aberto no acesso principal do templo) no Brasil e em Pernambuco. A metodologia para análise e propostas da atividade foi realizada a partir das seguintes fases: levantamento de referencial teórico; visitas a campo para levantamento arquitetônico e fotográfico; identificação da situação com a comunidade do entorno e síntese da documentação para encaminhamento do tombamento. Como fundamentações teóricas foram estudadas as competências federal, estadual e municipal quanto à preservação histórica e os aspectos de acessibilidade. No âmbito federal, temos instruções na: Constituição Federal de 1988; Decreto -Lei no 25/1937; Lei No 10.098/ 2000; Lei no 10.048/2000; Decreto no 5.296/2004; ABNT NBR no 9050/2004; Instrução Normativa no 1 do IPHAN/2003. Em nível estadual, as diretrizes estão contidas na: Constituição Estadual de 1989; Lei no 7970 /1979, regulamentada pelo Decreto no 6.239 de /1980; Decreto no 36.249/2011 e Lei no 12.903/2005. Quanto ao município não há legislação específica para tombamento e acessibilidade. Como resultados das atividades foram solicitados pedidos de tombamento nas três esferas de governo. Presentemente foram obtidas as aceitações por parte do Estado, por intermédio da Fundarpe e da Prefeitura de Sirinhaém. Enquanto o Estado aceitou e iniciou a análise da solicitação de proteção, a Prefeitura informou que, para dar prosseguimento ao processo, precisará de apoio para elaboração de normas de preservação

e acessibilidade, isto por não dispor de estruturas técnicas e administrativas para a adoção das providências. Como conclusões parciais, percebemos as dificuldades da realidade da Prefeitura de Sirinhaém quanto aos aspectos de municipalização de preservação do patrimônio, assim como, de acessibilidade. Em geral, constatamos ainda, que os municípios de Pernambuco necessitam de parcerias, urgentes, para viabilizarem suas ações de preservação do patrimônio histórico e cultural locais, bem como no tocante à acessibilidade.

Palavras-chave: Acessibilidade. Capela de São Roque. Educação Patrimonial. Sirinhaém. Pernambuco. Tombamento.

**RUÍNAS DA USINA DE
CLORETAÇÃO, DA CAPELA DOS
INGLESES E DO CEMITÉRIO
DOS INGLESES DA MINA DA
PASSAGEM DE MARIANA:
HISTÓRICO E DIRETRIZES DE
CONSERVAÇÃO (1863-1927)**
GENTILINI, SÔNIA MARIA
so.ma@bol.com.br

Este trabalho buscou reconstruir a história de três edificações situadas no distrito de Passagem, município de Mariana. Trata-se da Usina de Cloretação, da Capela dos Ingleses e do Cemitério dos Ingleses, estruturas, predominantemente, de alvenaria de pedra, situadas em área que abrigava a Mina da Passagem. Na segunda metade do século XIX, esta era a mais importante e uma das mais lucrativas minas de ouro exploradas por empresas de mineração britânicas instaladas em Minas Gerais, nesse período. Ao longo do texto, procurou-se mostrar o valor histórico dessas edificações, enquanto documentos que retratam ex-

periências coletivas passadas e presentes, e vestígios materiais da história da Mina da Passagem e dos atores sociais que interagiam neste local. Mais do que isso, a Usina de Cloretação, a Capela dos Ingleses e o Cemitério foram caracterizados como bens culturais, enfatizando o seu valor imaterial e simbólico. Por outro lado, a pesquisa enfocou o estado atual das edificações e seu entorno, mostrando a situação lastimável em que se encontram, e propôs medidas de conservação e preservação destes bens culturais, com base nas Cartas Patrimoniais e na legislação que os protege. O trabalho salientou, entretanto, que a preservação de bens patrimoniais e culturais depende muito do valor que se atribui às “coisas”. São as práticas e os atores que atribuem valor a determinados bens, concorrendo para a sua proteção. Então, é preciso ir além da preservação dos edifícios e levar em consideração o processo de produção, reprodução, apropriação e de reelaboração desses valores, enquanto processo de produção simbólica e prática social. Na essência, levar com conta as práticas de construção do patrimônio por atores definidos, muitas vezes, com interesses conflitantes. Daí, a dialética da conservação/destruição estar sempre presente na preservação do patrimônio. Além disso, a conservação, como demonstrado no trabalho, depende do desenvolvimento de uma política de preservação. O Brasil, particularmente, reúne uma série de condições que dificultam a preservação dos valores culturais por setores mais amplos da sociedade, tais como a imensa diversidade cultural e o baixo consumo de bens culturais. Nesse sentido, é necessário ver o processo de apropriação dos bens patrimoniais, que pode ser diferente, segundo grupos econômico,

social e culturalmente diferenciados. Definir um uso também é fundamental para a preservação das edificações; é preciso ter em mente que o patrimônio pode ser integrado às culturas locais ou recusado por elas, dependendo dos usos sociais que vierem a ter. Ainda assim, a preservação do patrimônio é um desafio constante, uma vez que a dialética da conservação/destruição está sempre em transformação, as identidades mudam e os homens reinventam, sem cessar, o social.

Palavras-chave: Ingleses. Capela. Cemitério. Usina de cloretação. Município de Mariana. Patrimônio histórico e cultural.

TOMBADO, SIM. MAS E O USO? UMA REFLEXÃO SOBRE A ADOÇÃO DE NOVOS USOS EM BENS CULTURAIS:

O CASO DO CINEMA IDEAL

LIMA CARLOS, CLAUDIO ANTONIO
claudio.limacarlos@gmail.com

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma reflexão acerca da legislação fluminense e carioca de proteção de bens culturais no tocante à adoção de novos usos e seus reflexos na conservação do patrimônio edificado, especialmente o localizado na cidade do Rio de Janeiro. A referida análise terá por base a teoria da conservação expressa no pensamento de teóricos relacionados ao tema, bem como em documentos nacionais e internacionais que destacam, dentre outras ações voltadas à conservação de bens culturais arquitetônicos, a sua efetiva e adequada utilização. No entanto, os novos usos devem atentar para as limitações e características físicas das edificações históricas, bem como priorizar, o máximo possível, a

sua fruição por parte das comunidades a eles relacionadas. Desta forma, objetiva-se uma conseqüente inserção desses bens culturais nos cotidianos de cidadãos, habitantes ou usuários. A reflexão proposta terá como estudo de caso o Cinema Ideal, bem cultural tombado, na esfera estadual, em 1985, e protegido em nível municipal pela Lei que estabeleceu a Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) do Corredor Cultural (1985-1987). O cinema era originalmente composto por quatro sobrados tradicionais adaptados ao uso de sala de projeção e funcionou como tal, até os anos 1960, época em que foi desativado. No mesmo período, teve um dos quatro sobrados demolido, em função do início da construção da Avenida Norte-Sul. A construção do grande eixo viário foi abortada em função do tombamento da Rua da Carioca, logradouro no qual se insere o bem cultural. A citada demolição inviabilizou a sua utilização como um cinema, restando ao prédio abrigar lojas comerciais comuns, o que acarretou a ocultação de sua bela estrutura metálica, integrada por uma cúpula metálica móvel. Em virtude dos usos comerciais inadequados a sua tipologia e da má conservação, a edificação sofreu um grande incêndio em 1994, que atingiu o depósito da sapataria que na ocasião abrigava. A edificação foi objeto de projeto de conservação que embasou intervenções realizadas no período 1996-1998, em virtude do incêndio ocorrido. O processo de aprovação envolveu impasses relacionados à adoção do uso comercial ou cultural, o que ocasionou a vacância do prédio durante quatro anos. Em 2002, a edificação foi finalmente ocupada por uma casa noturna, uso que permanece até hoje, em somente duas noites por semana. A sua subutilização gera uma

situação indesejada, que restringe a fruição do bem cultural aos seus usuários, apenas nos períodos de uso da casa noturna. Todo o processo que culminou com a situação relatada transcorreu, ao longo de dez anos, ora com, ora sem, a devida aprovação oficial dos órgãos de patrimônio cultural municipal e estadual, bem como da legislação em vigor. O fato gera subsídios para uma profunda reflexão sobre o tema da adaptação de novos usos em bens culturais que trará como resultados algumas alternativas e sugestões ao aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção de bens culturais.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Conservação. Legislação de proteção.

TRIÂNGULO DA MEMÓRIA DE JUIZ DE FORA

SAMPAIO, JULIO CESAR RIBEIRO
julio.sampaio.ufrj@gmail.com

A conservação integra-se cada vez mais às políticas urbanas das cidades. Desde as investigações de Gustavo Giovannoni na década de 1910, passando pelas criações das legislações de proteção de áreas urbanas nos anos 60, na promulgação de cartas patrimoniais específicas (Nairóbi, Washington, Petrópolis, etc.), até as experiências práticas e as discussões interdisciplinares no meio acadêmico e no movimento social, muito avançou-se na consolidação de princípios, critérios, normas e práticas de conservação do ambiente construído. Este trabalho pretende discutir a implantação das consagradas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural/APACs na Cidade de Juiz de Fora levando-se em consideração a trajetória apontada, sobretudo, a experiência da Cidade do Rio de Janeiro. Como ponto de partida, o presente estudo se restringe a parte central de Juiz

de Fora, especialmente no triângulo formado pelas Avenidas Rio Branco, Francisco Bernardino e a Rua Espírito Santo. Este local enquadra um conjunto arquitetônico relativamente íntegro e tipologicamente homogêneo que concentra exemplares arquitetônicos protegidos majoritariamente por tombamentos parciais (fachadas e coberturas), outros casos com potencial de salvaguarda, alguns deles de composição de ambiência e trechos renovados, totalizando 859 edificações distribuídas em 33 quadras. O artigo se divide em quatro partes. A primeira se constitui numa síntese conceitual, metodológica e prática das principais referências da conservação de áreas urbanas que servirá de suporte para as análises que ocorrerão nas demais partes do delineamento do trabalho que tratarão especificamente da área de estudo mencionada, do “Triângulo da Memória de Juiz de Fora”. Em seguida, inicia-se um estudo preliminar da formação, consolidação e transformação do “Triângulo”, o qual coincide com o núcleo histórico da cidade. Na terceira seção, as condições atuais e as legislações vigentes da área são apresentadas e avaliadas através de procedimentos metodológicos especialmente desenvolvidos para este objetivo específico do trabalho, no âmbito de uma pesquisa que contou com os apoios do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais/FAPEMIG e do programa de iniciação científica da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. Estas duas partes intermediárias fornecem os dados empíricos devidamente contextualizados, que subsidiarão, no fechamento do artigo, as definições dos parâmetros básicos (critérios de proteção, de conservação, revisão de legislações urbanísticas, etc.) que tradicionalmente compõem o instrumento de

conservação da APAC que será proposto para a área do “Triângulo da Memória”. Os resultados disponibilizados neste trabalho pretendem contribuir para o aprimoramento da política de proteção e de conservação do patrimônio cultural da cidade, especialmente do ambiente construído, das áreas urbanas com potencial de se transformarem em APACs.

Palavras-chave: Instrumentos de proteção. Áreas de Proteção do Patrimônio Cultural. Juiz de Fora.

EIXO 7 **FUNDO MUNICIPAL E** **FINANCIAMENTOS**

POSSIBILIDADES DE FINANCIAMENTO PARA AS POLÍTICAS PATRIMONIAIS
COCCO, FLÁVIA M.; MOURA FILHO, JOSÉ L.
flavia.cocco@yahoo.com.br

A recorrente afirmação de que o poder público, em especial o municipal, não tem condições financeiras de arcar com as despesas relativas ao patrimônio cultural despertam o nosso interesse em repensar os recursos municipais destinados a tal fim. O texto constitucional impõe ao Estado o dever de tutelar os bens culturais, aí consideradas não somente as formas de acautelamento desses bens, mas a sua valorização e gestão que atenda às necessidades da comunidade, sejam elas econômicas, sociais ou culturais. Para a promoção de políticas patrimoniais locais é de fundamental importância a criação de um Fundo Municipal para o patrimônio cultural, pois somente assim, dentre os valores arrecadados pelo Município não haverá “disputa” em termos de prioridades, e a gestão do patrimônio cultural poderá contar com recursos específicos. Desta forma, é preciso que sejam efetivamente adotados novos instrumentos da legislação urbanística, regulamentados pela Lei Federal 10.257/01, como a outorga onerosa e a transferência do direito de construir, além do direito de superfície. Por fim, é fundamental revisitar conceitos, como os royalties e sua destinação. O primeiro trata da possibilidade de

exercer o direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico, mediante contrapartida a ser paga pelo beneficiário à municipalidade, que será aplicada em finalidades específicas previstas pelo EC, entre elas a proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico. Já o segundo permite ao proprietário de imóvel urbano de interesse cultural exercer em outro local ou alienar o potencial direito de construir no imóvel que não pode mais ser modificado. Experiências vêm demonstrando que a vinculação parcial da receita obtida com a venda do potencial construtivo, ao restauro do próprio bem objeto da transferência, é uma boa solução para aliar a preservação à restauração do mesmo, oferecendo vantagem econômica ao proprietário. Quanto ao direito superficiário, os recursos oriundos da exploração do espaço público por particulares, aí compreendidos o solo, subsolo e espaço aéreo, tornam-se uma alternativa viável em face da autonomia do Município, o qual deve ser remunerado pela instalação de galerias subterrâneas, postes de sustentação de redes aéreas, fixação de cabos, fiações e demais equipamentos, sob pena do enriquecimento injusto de concessionárias de serviço público. Essa contraprestação pecuniária pode ser fonte de receita para investimentos no patrimônio cultural do município. Ainda, a destinação dos royalties da exploração mineral à preservação do patrimônio cultural também se justifica, já que a atividade mineradora causa degradação, muitas vezes dos próprios bens culturais ou de áreas de seu entorno que implica, necessariamente, em recuperação ambiental na necessidade de medidas compensatórias à exploração de recursos naturais não renováveis. Por fim, o que se pretende demonstrar com o presente trabalho é

que há, não mais que um mito acerca da falta de recursos para o financiamento de políticas públicas patrimoniais, senão mesmo que uma renúncia fiscal em favor de empresas privadas, em geral multinacionais, como é o caso das concessionárias de serviços públicos e uma negligência por parte do poder público municipal em pensar soluções para as políticas patrimoniais.

Palavras-chave: Financiamento. Município. Patrimônio cultural. Instrumentos.

EIXO 8

CONSELHOS E DEMOCRACIA

A MUNICIPALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO: AVANÇOS E RETROCESSOS DA EXPERIÊNCIA DA REGIÃO DO ABC PAULISTA

PASSARELI, SILVIA HELENA;
RAMOS, RUTH CRISTINA FERREIRA;
KLEEB, SUZANA CECÍLIA
silvia.passarelli@ufabc.edu.br

O tratamento da questão da preservação do patrimônio no ABC paulista revela imensos desafios a serem transpostos. Localizada a sudeste da capital paulista, na Região Metropolitana de São Paulo, é formada por sete municípios que tiveram seu crescimento e desenvolvimento ligados à formação do parque industrial paulistano no final do século XIX e posteriormente, com seu fortalecimento por meio da indústria automobilística. As cidades assistiram ao longo do século XX um crescimento populacional intenso e suas políticas públicas estiveram constantemente voltadas à prestação de serviços básicos a esta população, particularmente nas áreas de saneamento e transporte e, depois de educação e saúde. Aos poucos, os governos municipais foram assumindo outros setores da gestão das cidades e do atendimento da população. A redemocratização do país ampliou a ação do município com relação às suas atribuições constitucionais. Na década de 1980 assistiu-se a reorganização de movimentos da sociedade civil pela qualidade da vida ambiental e urbana. É o momento em que se constroem organizações não-governamen-

tais ambientalistas, movimentos por moradia, associações pela preservação do patrimônio cultural e da memória. A região do ABC, SP, presenciou vários movimentos em favor do seu patrimônio cultural que resultaram na criação de órgãos colegiados de defesa do patrimônio, museus e centros de memória e inúmeras manifestações ao longo dos últimos 30 anos. Torna-se, portanto, exemplar para o registro deste momento de redemocratização do país onde o poder público se abre à participação popular por meio de Conselhos Deliberativos. Junto à formação dos conselhos de defesa do patrimônio cultural, conselhos de cultura, de defesa do meio ambiente, de desenvolvimento urbano; os executivos municipais se abrem para a participação da sociedade civil e, de forma deliberativa ou consultiva, requerem participação e endosso para os programas de desenvolvimento local. Uma avaliação da atuação desses conselhos é bastante importante. Passados mais de 20 anos da formação da maioria deles, o que se observa é uma ação descontinuada na atuação desses órgãos, totalmente dependentes da vontade política dos governantes. A luta dos movimentos sociais, símbolo do surgimento de alguns deles ou do tombamento de marcos da cultura local é silenciada pelo desconhecimento da legislação, do valor cultural de bens inseridos na paisagem, ou mesmo da própria história e memória locais, dificultando a construção de uma política de preservação do patrimônio cultural. Não há como negar que a instituição dos conselhos de defesa do patrimônio corresponde à abertura de um importante canal de participação popular, no entanto, o que a experiência mostra é que o conhecimento desigual entre os atores participantes dos conselhos

exige uma ação educativa permanente de educação patrimonial e reconhecimento da cidade e de seus valores. O objetivo deste artigo é apresentar as dificuldades que a preservação do patrimônio cultural encontra na disputa com o mercado imobiliário e o desenvolvimento econômico e busca desenhar alternativas para a formação de novos cenários para a política de preservação, integrada às políticas de desenvolvimento urbano, de cultura e de gestão ambiental, todas elas buscando a qualidade de vida em um único território .

Palavras-chave: Política pública. Patrimônio cultural. Organização social. Participação popular. Educação patrimonial.

ANÁLISE DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, ATRAVÉS DO VIÉS DA PARTICIPAÇÃO

MACEDO, KARLA; GOMES,
EDUARDO
krmacedo@gmail.com
karla.macedo@hotmail.com

O presente artigo constitui-se de um ensaio teórico conceitual que pretende mostrar a importância do turismo, como fenômeno social e a importância da participação comunitária. A pesquisa bibliográfica usada ofereceu subsídios necessários para essa releitura do tema e para alcançar os objetivos propostos que são conhecer e contextualizar a dinâmica da participação local do Brasil, sua história, implicações e mudanças ao longo dos anos, a fim de melhor embasar as análises da relação da participação e turismo de base comunitária existentes.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária. Sociedade. Participação comunitária.

EIXO 9 **POLÍTICAS DE PROTEÇÃO**

**A QUESTÃO DOS TOMBAMENTOS:
UMA ANÁLISE DE CASO DA
FÁBRICA RHEINGANTZ NA
CIDADE DO RIO GRANDE**
SILVA, ROGÉRIO PIVA DA
piva_furg@hotmail.com

A primeira indústria capitalista do Rio Grande do Sul teve origem na cidade do Rio Grande no ano de 1873, sob o nome de Fábrica Nacional de Tecidos e Panos de Rheingantz e Vater. A “fábrica Rheingantz”, como é conhecida até hoje, situada na principal avenida de acesso ao centro da cidade, chegou a empregar 2.000 funcionários em uma área de 155 mil metros quadrados. Seu complexo é formado pela planta industrial, pela vila operária, casas de mestres e técnicos, por um grupo escolar, jardim de infância, cassino dos mestres, além de vias de deslocamento e construções originadas pelo trabalho industrial. Sua implantação foi fundamental na urbanização, no crescimento portuário e na expansão da malha férrea do Rio Grande. Esse conjunto de edificações permanece erguido em grande parte, apesar da degradação ambiental e econômica que vem sofrendo, desde que a atividade entrou em declínio e chegou ao fim por volta da década de 1960. Conjuntamente com a memória construída ao longo de gerações, esse complexo representa um patrimônio cultural do país e, em função disso, deve ser preservado. Entretanto, todos os esforços já empreendidos nesse sentido fracassaram. A demora na implantação de uma política de proteção e do efetivo tombamento de estruturas

arquitetônicas em geral e do complexo da fábrica Rheingantz, particularmente, tem efeitos devastadores não só para os bens edificados, mas também, para a compreensão do processo histórico de formação da indústria e ocupação interiorana no Brasil. O presente artigo busca fazer uma análise dos aspectos jurídicos da proteção do patrimônio cultural, analisando especificamente o caso da fábrica Rheingantz. Inicialmente, é estudado o significado da proteção e suas políticas, constituída, principalmente, pelo tombamento. Também, a importância cultural do tombamento da mesma, fazendo uma análise dos órgãos responsáveis por sua tutela, através de um estudo da legislação competente sobre o tema nas esferas Federal, Estadual e Municipal, tendo como base a Constituição brasileira de 1988. Da mesma forma, é analisada a possibilidade da atuação integrada dos três entes federados na execução do tombamento da Rheingantz que, até o momento, não foi efetivado, colocando em risco um dos últimos sítios industriais urbano-histórico do Estado do Rio Grande do Sul que ainda mantém parte de sua estrutura edificada.

Palavras-chave: Patrimônio. Políticas de Proteção. Tombamento. Fábrica Rheingantz.

**ARQUITETURA ECLÉTICA
EM FLORIANO, ANÁLISE
SOBRE O ANTIGO PRÉDIO DA
UNIÃO ARTÍSTICA OPERÁRIA
FLORIANENSE**

CARVALHO, LUANNA DE;
MACÊDO, JEFFERSON; MOURA,
ÁUREO
luannadecarvalho@yahoo.com.br

Este artigo tem por objetivo apresentar um panorama dos prédios históricos da

cidade de Floriano e a situação de abandono em que se encontram por parte do poder público. Neste panorama, o estudo de caso apresenta uma construção eclética que vem se mantendo relativamente bem preservada devido ao reconhecimento da sua importância histórica e cultural por parte da população. Tendo em mente que a cidade apresenta um patrimônio muito mais vasto principalmente eclético este artigo busca também discutir a municipalização do patrimônio, suas premissas, instrumentos utilizados, arranjos institucionais, resultados e possibilidades de financiamento. Este trabalho é fruto da disciplina Arquitetura Brasileira II do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPI e como tal utiliza-se da sua metodologia. Análise arquitetônica feita a partir de visita ao local. Levantamento de fontes primárias e secundárias a respeito do objeto de estudo e seu contexto histórico e espacial. Registro gráfico através de plantas e croquis. Floriano está localizada a 256 Km de Teresina no Estado do Piauí. A localização geográfica privilegiada e o seu porto localizado no médio Parnaíba fez com que a cidade progredisse rapidamente, tornando-se referência para todo sul do Piauí e Maranhão. As marcas desta dinâmica urbana são bem visíveis hoje quando se observa a disposição dos edifícios coloniais e ecléticos na região central da cidade. Caracterizada como um centro histórico, com um grande acervo de prédios não tombados, a cidade se apresenta como uma potencialidade futura na área de patrimônio, não existindo políticas públicas que apoiem uma cultura de preservação de seus edifícios, o que se vê em geral é o abandono e descaracterização do patrimônio cultural e arquitetônico. A preservação do patrimônio

construído é de especial importância para a formação da identidade de um povo, e no entanto a falta de interesse público a respeito do tema faz com que seja essencial a implementação de ações e o desenvolvimento de estudos. Devido à sua importância histórica, Floriano necessita de um órgão municipal que preserve seu acervo edificado, assim incentivando a população local a criar um censo estético e cultural que impresse a descaracterização de seus prédios históricos. O estudo de caso apresenta um edifício de significativa importância para a vida cultural da cidade, não estando inventariado e nem tombado, a sua boa conservação se deve à manutenção de um mesmo programa de necessidades desde 1957 e ao cuidado por parte de ex-alunos. A situação do edifício e a comparação deste com o quadro geral da cidade sugere um tópico de grande importância ao estudo de edificações históricas, sua preservação e como se dá a participação da sociedade, tanto o poder público através de tombamento, quanto à iniciativa privada.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Municipalização do patrimônio. Preservação cultural.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM SÃO CARLOS

CERÁVOLO, ANA LÚCIA

alceravolo@yahoo.com.br

ana.ceravolo@promemoria.saocarlos.sp.gov.br

As temáticas do patrimônio e da preservação ganharam destaque nas últimas décadas, com espaço na mídia internacional e nacional, forte apelo junto à opinião pública e alocação de

recursos e investimentos consideráveis por parte de instituições culturais e financeiras, impulsionadas pelo crescimento do turismo nacional e internacional. Essa recente visibilidade e a crescente relevância das intervenções de restauro de áreas e centros históricos para o planejamento e os projetos urbanos, em particular no Brasil, vêm suscitando reflexões e debates sobre as políticas de preservação do patrimônio cultural e também sobre a legitimidade das intervenções realizadas contemporaneamente. No entanto, a política de patrimônio ainda está concentrada nas chamadas “cidades históricas”, nas capitais e grandes cidades do país. Para o Município, particularmente no Estado de São Paulo, o desafio para implantação de políticas para proteção de seu patrimônio cultural ainda esbarra em dificuldades elementares, como formação de pessoal, interesse e conhecimento dos políticos, ação dos profissionais da área, falta de estrutura de um Sistema Nacional, que embora em discussão tem se mostrado refratário a enfrentar o desafio de implantar a política de preservação para os 5.566 municípios brasileiros. A cidade de São Carlos vem se dedicando à implantação e consolidação de uma política para gestão do patrimônio cultural que esteja adequada a sua realidade patrimonial, econômica e urbanística, repensando o desenvolvimento da área urbana, no sentido, de permitir o crescimento sem perder sua identidade. Cumprimos a etapa do inventário do patrimônio do Município, onde verificamos que os bens significativos estavam presentes tanto na área urbana quanto rural, sobretudo em função do período cafeeiro, e eram complemen-

tares. Nos levantamentos mais minuciosos também identificamos que o patrimônio arquitetônico na área urbana era mais complexo, pois, abrangia um espaço de tempo maior e era composto de centenas de edificações que individualmente não justificavam proteções integrais, mas constituíam um conjunto com cerca de 1500 (mil e quinhentos) edifícios, entre palacetes, casas populares, comércio e serviços, edifícios institucionais e escolares, praças, indústrias e uma extensa área ferroviária. Considerando essas condições, investimos na construção dos instrumentos legais para proteção dos bens locais. Criamos a política de proteção com a figura do tombamento e de uma segunda categoria denominada “edifícios declarados de interesse histórico-cultural”. O tombamento é aplicado para bens de caráter excepcional ou para os que se encontram isolados do conjunto localizado na área central. Já os imóveis “declarados de interesse” pressupõem-se a manutenção da volumetria e fachadas e tem por objetivo a conservação de um conjunto urbanístico relevante. Para incentivar a conservação dos imóveis, o Município criou o IPTU Histórico, que visa compartilhar com os proprietários o ônus da manutenção das edificações mediante a renúncia fiscal. A legislação para proteção do patrimônio local integra ainda o plano diretor, que criou duas áreas de especial interesse na região central e uma área de especial interesse histórico e turístico na zona rural. Visando o fortalecimento das políticas para preservação do patrimônio do Município e estabelecer um diálogo mais próximo com a população foram desenvolvidos diversos trabalhos de educação patrimonial.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Gestão de política pública. Desenvolvimento urbano. Instrumentos de proteção e São Carlos-SP.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO: O LEGAL E O REAL

OLIVEIRA, ANTÔNIO C.; ALVES, JOSÉ X.S.; OLIVEIRA, CLAUDIA G. arq.oliv@gmail.com

O presente estudo tem o propósito de apontar, apresentar, alternativas possíveis aos gestores municipais de bens patrimoniais históricos a respeito de políticas públicas necessárias para o encaminhamento de propostas e soluções dos meios efetivos de proteção ao patrimônio. Nesse sentido apresentamos um estudo de caso sobre o município de Bauru, situado no estado de São Paulo, com cerca de 400 mil habitantes, e que conta com um órgão municipal de gestão dos seus bens patrimoniais históricos, sendo este o responsável pela elaboração das políticas e instrumentos de gestão de seu patrimônio. Foi realizado o levantamento desses instrumentos de proteção junto ao órgão municipal e feito o cotejamento entre a sua aplicação efetiva e o estado atual dos bens protegidos. Especialmente nesse estudo nos detivemos sobre a proteção do bem patrimonial histórico edificado e o seu estado físico atual bem como as alternativas para a sua recuperação, valorização e reutilização dos imóveis por parte do município. Indicamos às possibilidades de parcerias entre a iniciativa privada e o poder público municipal para essa finalidade, com a utilização dos instrumentos de gestão existentes e modelos, experiências de parcerias já consolidadas.

Palavras-chave: Patrimônio histórico. Proteção. Valorização. Gestão.

ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL – ANÁLISES PRELIMINARES DO EFEITO DE SUA IMPLEMENTAÇÃO SOBRE OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS DO REGISTRO E SALVAGUARDA DOS BENS CULTURAIS MINEIROS – A PONTUAÇÃO PCL
SANTOS, ROSANA ALEXANDRE DOS
rosanasantos@gmail.com

O intuito deste trabalho é apresentar uma análise preliminar dos dados disponíveis sobre o efeito da municipalização das políticas de registro e salvaguarda de bens culturais tal como proposta pelo ICMS cultural do Governo do Estado de Minas Gerais em suas diversas configurações – 2009, 2011 - na criação e/ou gestão dos órgãos municipais direcionados a essa política. Esta análise faz parte de uma pesquisa que desenvolvo no Programa de Especialização em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas - CECAPS/UFMG cuja intenção é um mapeamento e uma análise de como se configuram as relações destes órgãos municipais com as diversas empresas privadas, o terceiro setor e profissionais liberais que prestam serviços a eles neste setor. É de conhecimento geral que o ICMS cultural é um repasse de parte do ICMS estadual aos municípios vinculado à comprovação de uma série de CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS EXIGIDAS PARA EFEITO DE PONTUAÇÃO descrita na Deliberação Normativa 01/2009. Quanto maior a pontuação, maior o repasse de ICMS. Dentre as características mínimas, há a pontuação por existência do Planejamento de Política Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural - sigla PCL. A PCL, na Deliberação Normativa do CONEP 01/2009 é dividida em três itens subdivididos em caracte-

terísticas tal como descrito no Quadro 1 da referida deliberação. Investigarei os custos dos municípios com relação às exigências destas características mínimas para pontuação, especialmente, os gastos com o item 2 - SETOR DA PREFEITURA RESPONSÁVEL PELAS ATIVIDADES RELATIVAS À PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Qual foi o histórico da destinação de pontos ligados a este item e suas características no ICMS cultural nas diversas versões de Deliberação Normativas do IEPHA e da pontuação dos municípios neste item e em suas características são outras perguntas norteadoras de investigação. Sabemos que a pontuação final dos municípios está aumentando de forma espantosa. Desmembrar a pontuação e analisar o que ocorre com a fração destinada ao PCL, tendo em vista as mudanças apresentadas, principalmente, nas duas (2) últimas deliberações normativas do CONEP/IEPHA, é uma etapa para a compreensão das relações em função do ICMS cultural. Geralmente, em análises de políticas de descentralização de políticas públicas, são priorizados os ganhos em repasse das entidades subnacionais. Entretanto, autores como Gomes (2009) ressaltam a necessidade de incluir nas análises os interesses dos governantes subnacionais e os custos consequentes à adesão destes nas políticas. Assim, estas investigações são necessárias para análise da adesão e efeitos desta política.

Palavras-chave: ICMS cultural. Municipalização. Setores responsáveis pelas atividades relativas à proteção do patrimônio cultural e a PCL.

O ICMS CULTURAL COMO ESTRATÉGIA DE INDUÇÃO

PARA A DESCENTRALIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO CULTURAL EM MINAS GERAIS

ARIMATÉIA, KARINE

karinearimateia@gmail.com

A proposta é apresentar a minha pesquisa que resultou na monografia apresentada ao Curso de Especialização de Políticas Públicas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Departamento de Ciência Política) da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Ciência Política, sob a orientação da professora Magna Inácio. O trabalho investigou o ICMS Cultural, política de indução criada pelo governo mineiro para a descentralização da proteção do patrimônio cultural. A análise apontou uma alta da adesão desta política pelos municípios mineiros, que decorre, sobretudo, do sucesso do desenho de implementação proposto pelo estado. A despeito dos problemas apontados, o ICMS Cultural alterou o quadro da proteção do acervo mineiro, e indicou uma solução parcial para os problemas da descentralização apontados na literatura atual.

Palavras-chave: Descentralização. ICMS cultural. Patrimônio cultural.

OS PARQUES URBANOS EM MEIO À CIDADE CONTEMPORÂNEA

GALERA, IZABELLA

izabellagalera@ufmg.br

izabella.galera@gmail.com

O espaço público desempenha um papel determinante no ambiente construído, estabelecendo-se como uma afirmação democrática do equilíbrio entre a dimensão pública e a privada na cidade. Sua importância no contexto da socie-

dade contemporânea extravasa a função de identidade simbólica, oferecendo um território para as manifestações coletivas, tanto como um espaço para expressão individual como um palco aberto para a vida da comunidade. No cenário da economia global, colocam-se desafios inesperados quanto ao alcance do estado, enquanto agente promotor do domínio público. Diante disso, surgem novos atores em campo à medida que interesses privados assumem um efeito decisivo sobre a paisagem urbana. Com a notável expansão urbana que vivemos constantemente nos grandes centros, surge a questão: como estes parques urbanos sobrevivem em meio à cidade contemporânea e como estão sendo apropriados. As mudanças que incidem na cidade contemporânea geram uma nova atitude na compreensão dos espaços públicos. A transformação na estrutura econômica e social, além das mudanças espaciais, faz com que surjam novas territorialidades, trazendo muitas vezes conflitos entre os atores institucionais e os cidadãos. Neste contexto, o espaço público ganhou um novo significado, político, ideológico, social e ambiental. Ao analisar os parques urbanos, vemos que os espaços livres de uso público contidos no meio citadino tinham, principalmente, um objetivo estético e artístico, haja vista terem sido concebidos pela classe burguesa do século XVIII, a qual possuía os meios artísticos e estéticos necessários para investir no embelezamento das cidades. Entretanto, só recentemente, na segunda metade do século XX, tais espaços foram reconhecidos como áreas de extrema importância para a manutenção da qualidade de vida no meio urbano, pois as áreas verdes podem oferecer aos habitantes urbanos o sentimento de bem es-

tar, satisfação e felicidade no cotidiano. Com este texto, pretende-se analisar o conceito parque urbano, buscando entender como em especial, o Parque Américo René Gianetti em Belo Horizonte e o Passeio Público em Curitiba vem sobrevivendo em meio as novas demandas das metrópoles, além de buscar estabelecer uma relação entre a apropriação dos cidadãos com tais parques. Com esta proposta, a pesquisa entra no eixo temático "Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído", levantando a seguinte questão: como as políticas públicas podem contribuir para um planejamento urbano sustentável e para a valorização dos parques como Patrimônio Cultural e Ambiental em Curitiba e Belo Horizonte?

Palavras-chave: Paisagem cultural. Espaço público. Parques urbanos. Cidade contemporânea.

OURO PRETO: UM NOVO MODELO DE GESTÃO DE CIDADES HISTÓRICAS

CAIRO, MARIA CRISTINA DA SILVA
propat.smpdu@gmail.com, propat.smpdu@ouropreto.mg.gov.br

Neste trabalho objetivamos apresentar um programa abrangente de valorização do patrimônio cultural adotado pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto, a partir do ano de 2005. Buscamos trazer uma ampla discussão conceitual sobre a conjuntura atual no que tange às Políticas de Gestão do Patrimônio Cultural no Brasil e no mundo. Serão apresentadas as estratégias adotadas pela gestão municipal, visando o alcance de um novo paradigma de preservação do patrimônio Cultural no Município, cujo Distrito Sede é Pa-

Patrimônio Mundial da Humanidade. Estabeleceram-se a base firme e os instrumentos indispensáveis a uma gestão pública empreendedora e eficiente, no campo da cidadania, da cultura e dos acervos históricos, através da criação da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano, em 2006. Apresentaremos todos os passos dados para o fortalecimento e amadurecimento dessa equipe multidisciplinar, que conta com arquitetos, Engenheiros, Advogados, Administradores, Historiadores, fiscais, estagiários e uma Assessora em Patrimônio Cultural, arquiteta e Urbanista, com ampla experiência no Campo da Preservação. Através desta equipe, foi possível a realização de inúmeros projetos de restauração, de urbanização, dossiês de tombamento e o Inventário de mais de 1600 (mil e seiscentos) bens culturais. Pretendemos também discorrer sobre a atuação dos Conselhos Municipais que participam diretamente da Preservação do Patrimônio Ouro-pretano, assim como sobre o fortalecimento dos diversos atores da sociedade envolvidos na questão. Por último, serão apresentados os resultados alcançados positivos e o cenário que se vislumbra, onde transparecem as numerosas realizações, em termos de obras físicas, e no sucesso do modelo político-administrativo adotado.

Palavras-chave: Gestão municipal. Instrumentos de preservação. Patrimônio cultural.

4º FÓRUM Mestres e Conselheiros
Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento Local
17 a 19 de Agosto de 2012

AUTORES

ABREU, LUZIA DOS SANTOS - 81
ALMEIDA, RENATA H. DE - 83
ALMEIDA, ROBERTO FLÁVIO SANT'ANA DE - 63
ALVES, JONAS J. M. - 17
ALVES, JOSÉ X.S. - 98
ANDRADE, WALLACE CARRIERI DE PAULA - 46
ANZEI, SAIURI. - 51
ARAÚJO, PRISCILA KAMILYNN - 16
ARAÚJO, STEFANE GRACE BATISTA - 12
ARCANJO, DAVIDSON - 86
ARIMATÉIA, KARINE - 99
ARMOND, MÁRCIA A. - 39
ARRUDA, PHRYGIA - 43
ASSUNÇÃO, PAULO DE - 35
AZEVEDO, CLÉCIO - 62
BALDINO, JOSÉ MARIA - 22
BALESTRA, ROBERTA CAIADO - 42
BARACHO, ANNA SOPHIA B. - 41
BARBOSA, MARIA TERESA - 63
BARBOSA, TERESA - 36
BARBOZA JR., FREDERICO - 47
BAYON, JACQUELINE - 26
BENÍCIO, DANIELLE R. - 79
BERTONCINI, PRISCILA M. D. - 79
BORTOLLI JR., ORESTE - 44
BRAGA, ROBERTA S. - 60, 70
BRETTAS, ALINE P. - 78
BRITO, MARIANA VIEIRA DE - 24, 74
CAIRO, MARIA CRISTINA DA SILVA - 100
CAMPOS, YUSSEF DAIBERT SALOMÃO DE - 78
CARMO, MÔNICA E. - 67
CARVALHO, CLAUDIA S. RODRIGUES DE - 49
CARVALHO, LUANNA DE - 95
CARVALHO, MÁRCIO FRANCISCO DE - 59
CASTIGLIONI, LORENA DE A. - 83
CASTRO, LUIZA G. - 30
CERÁVOLO, ANA LÚCIA - 96
COCCO, FLÁVIA M. - 91

COÊLHO, KÁCIA D.N. I. - 18
CORREIA, ELISABETE - 32
COSTA DA SILVA, FERNANDA - 34, 69
COSTA, AMANDA ACIPRESTE RODRIGUES - 81
CRESTON, HELENA TULER - 20
CUNEGATO, LORENZO - 52, 53, 54
ESCORTEGANHA, MÁRCIA REGINA - 26
ESSER, PRISCILA CHAMONE - 50
FARIA, ANA CRISTINA - 11
FERENZINI, VALÉRIA L. - 64
FÉRES, LUCIANA ROCHA - 9
FERREIRA, MONICA C. B. F. - 65
FIGUEIREDO, ANA FLÁVIA - 12
FIGUEIREDO, LAURO CÉSAR - 57
FIGUEIRÓ, ADRIANO SEVERO - 57
FLOETER, ROBERTO A. - 61
FURTADO, MARIA BETÂNIA G. N. - 47
GAIDA, WILLIAN - 57
GALERA, IZABELLA - 99
GAMA, ALEXANDRE DE OLIVEIRA - 58
GELBCKE, DANIELE L. - 62
GENTILINI, SÔNIA MARIA - 88
GOMES, EDUARDO - 94
GUIMARÃES, MARCOS VINÍCIUS TELES - 81
GUTIERREZ, RODRIGO LUIZ MINOT - 11
HIRAO H.; FACCIO, N. B. - 70
HIRAO, HÉLIO - 61
HOLANDA, LUNA - 86
KLEEB, SUZANA CECÍLIA - 93
LACORTH, LUISA W. - 52
LARROSA, TAMIRES L. - 10
LEITE, FRANCISCO C. - 19
LEITE, MARCELO A. F - 68
LEMONS JÚNIOR, CLÉSIO B. - 41
LENZ, TALITA C. ZECHNER⁶²
LIMA CARLOS, CLAUDIO ANTONIO - 89
LIMA, DANNIELA CHRISTINE FREIRE DUARTE - 80
LIMA, FABIO JOSE MARTINS - 74
LÖBLER, CARLOS - 57
LOPES, GUILHERME ANTONIO DE GOUVÊA - 81
LOURES, PATRÍCIA MARCELINA - 22
LUZ, J.A. - 70
LUZ, MOISÉS R. - 19
MACÊDO, JEFFERSON - 95
MACEDO, KARLA - 94
MAEDA, THIAGO Y. - 54

MAGALHÃES, ROBERTA D. - 21
MAIA, LUÍZA CARVALHO LOPES - 80
MARIANO, LUCIMARA CARDOZO - 12
MARTINS DA SILVA, ALINE - 34
MARTINS, LÍVIA FERREIRA - 76
MARTINS, MATEUS DE CARVALHO - 75
MELLO, CLÁUDIO R. de C - 52, 53, 54
MELO FILHO, ANTENOR V. DE - 66
MENDES, ALINE DE OLIVEIRA - 61
MENDES, GABRIELA LUIZA VIANA - 75
MENDES, HERCILIA R. S. - 15
MENEZES75, NATHÁLIA SANTOS - 75
MESQUITA, CAROL C. - 19
MIRANDA, ALEXSANDRO S. - 52
MIYASAKA, ELZA LULI - 11
MOURA FILHO, JOSÉ L. - 91
MOURA, ÁUREO - 95
MUNAIER, FELIPE C. - 29
NEVES, CLEMENTINA I. N. M. - 27
NÓBREGA, CLÁUDIA CARVALHO LEME - 44, 49, 56
NOGUEIRA, ROCHELLE H. N. - 18
NUNES, CÁRMEN - 81
OLIVEIRA, ANTÔNIO C. - 98
OLIVEIRA, CAROLINA B. - 65
OLIVEIRA, SHEYLA DE. - 36
OLIVEIRA, YARA R. - 47
OLIVEIRA,CLAUDIA G. - 98
OLIVERIA, EDUARDO ROMERO DE - 36
PAASHAUS NETO, AUGUSTO - 87
PACHECO, RAFAELA VERBICARO - 44
PAIVA, KAUE FELIPE - 22
PASCHOALIN, RACHEL - 63
PASSARELLI, SILVIA H. F. - 51, 93
PAVAN, JULIANA S. - 25
PEREIRA, GEFERSON S. - 54
PIMENTA, LUÍS F. - 26, 35
PIMENTA, MARGARETH C. A. - 26, 27
PINTO FERREIRA JUNIOR, SILVIO - 14
PIRES, MARIANA R. - 73
PORTES, RAQUEL - 74
PRADO, ROSSANNA - 81
RAMOS, RUTH CRISTINA FERREIRA - 93
REIS, ROBERTO BATISTA - 81
REZENDE, MARCO ANTÔNIO P. - 41
RIBEIRO, ISAAC CASSEMIRO - 81
RIBEIRO, ROSINA TREVISAN M. - 25

RODRIGUES, ANA - 86
RODRIGUES, BERNADETE BITTENCOURT - 71
RODRIGUES, GABRIELA T. - 68
RODRIGUES, ÍSIS MEIRELES - 31
RODRIGUES, KARINA DA SILVA MARTINS - 81
RODRIGUES, RITA LAGES - 45
ROMANINI, ANICOLI - 13
ROMERO, EDUARDO - 16
SALVADOR, SABRINA - 72
SAMPAIO, JULIO CESAR RIBEIRO - 90
SANTANA, SUSANA LEAL - 84
SANTIAGO, ALINA GONÇALVES - 26
SANTIAGO, ALINA - 72
SANTOS, ALBERTO M. - 41
SANTOS, CLEDIANE N. - 30
SANTOS, LUAN ARIEL SIGAUD VASCONCELLOS DOS - 81
SANTOS, MARCOS IURI F. - 54
SANTOS, ROSANA ALEXANDRE DOS - 98
SCCOTI, ANDERSON - 57
SCHRAMM, LILIANY - 13
SILVA, ALESSANDRA M. - 60
SILVA, ANDRÉ L. G. - 17
SILVA, CLÁUDIA FEIJÓ DA - 50
SILVA, DEISY N. B. - 15
SILVA, ELCIONE LUCIANA - 33
SILVA, JARDEL SANDY DA - 24,74
SILVA, LAYANE M. L. - 18
SILVA, MARCELLE L. - 15
SILVA, MÁRCIA A. P. - 10
SILVA, NATÁLIA A. M. - 86
SILVA, ROGÉRIO PIVA DA - 10, 95
SILVA, RUBEMIRIAM L. - 29
SILVA, TEREZINHA DE J. P. DA - 66, 87
SIMÃO, DÉBORA CRISTINA RIBEIRO - 12
SOARES JR., JAIR - 85
SOARES, ADRIANO SANTOS - 24, 74
SOUZA, PAULA A. - 66
TACHIBANA, V. M. - 70
TALAMINI, JOSIANE P. - 76
TAVARES, FABIANA M. - 36
TEIXEIRA, LUIZ EDUARDO FONTOURA - 50
TEIXEIRA, MARIA CRISTINA VILLEFORT - 20
TEIXEIRA, MARINA LAGES GONÇALVES - 80
TEIXEIRA, RAFAEL ARAÚJO - 40, 55
THOMAZ, ROSANGELA C.C. - 30
TOFFOLO, TIAGO R. - 40

TORRE, THAÍSA - 56
TREVISAN, ROSINA - 56
TURÍBIO, RENNE DE J. - 79
URBAN, TALITA F. R. - 68
VIANA, ALICE DE O. - 79
VIEIRA, ARNON B. - 79
VIELMO, MIGUEL H. M. - 53
WELTER, INGRID - 57
ZAMBI, MARIA MADALENA - 13
ZILLE, BÁRBARA C. - 10